

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE  
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES  
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA  
DISCIPLINA DE PESQUISA HISTÓRICA II**

**A HISTÓRIA DA LUTA DE UMA COMUNIDADE  
RURAL CONTRA A EXCLUSÃO SOCIAL, EM  
POÇO BRANCO - RN**

**NATAL - RN  
JULHO - 1999**

JAIR FERREIRA DE SOUZA

**A HISTÓRIA DA LUTA DE UMA COMUNIDADE  
RURAL CONTRA A EXCLUSÃO SOCIAL, EM  
POÇO BRANCO - RN**

Monografia apresentada à disciplina de Pesquisa Histórica II, ministrada pela professora. Denise Mattos Monteiro, do curso de História da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, sob orientação da Professora Dra. Françoise Dominique Valéry.

NATAL – RN  
JULHO DE 1999.

*“Imagine não haver propriedade  
Me pergunto se você consegue  
Nenhuma necessidade de ganância ou fome  
Uma irmandade de homens  
Imagine toda a gente  
Compartilhando o mundo todo*

*Você pode me achar um sonhador  
Mas não sou o único  
Espero que um dia você se juntar a nós  
E o mundo vai viver como uma coisa só”.*

John Lennon

Aos meus amigos de Natal, Poço Branco e do Paraná,  
Aos moradores Acauã,  
Aos professores que me estimularam,  
À Dra. Ismália Garcia,  
Ao Sr. Marino,  
À D. Maria,  
Ao Antonio Apolinário,  
Para o Sr. João Catarino,  
À minha mãe,  
Minha gratidão a todos.

## **RESUMO**

Este trabalho focaliza a comunidade rural de Acauã, em Poço Branco - RN, marcada pela exclusão social. Tem como objetivo situar a história de sua exclusão, no processo de desenvolvimento da região açucareira litorânea do Rio Grande do Norte, especificamente o Vale do Rio Ceará-Mirim, onde ações políticas e econômicas se sucederam para construir um modelo de desenvolvimento excludente. A construção da Barragem Engenheiro José Batista do Rego Pereira, entre 1959 a 1968 representa o corte temporal na história da comunidade e o segundo, é mais recente: 1996-1998, caracterizado pela auto organização comunitária, para reverter o quadro de exclusão no qual vivia. O trabalho foi construído a partir de fontes primárias e secundárias, além da bibliográficas. Norteia-se por uma concepção de história, na qual o historiador atua em sua época para explicar o social no presente, partindo do passado e colaborar na construção do futuro.

## SUMÁRIO

LISTA DE ABREVIATURAS . . . . .	06
1. CAPÍTULO 1 . . . . .	07
1.1. - INTRODUÇÃO . . . . .	08
2. CAPÍTULO 2/O MUNICÍPIO DE POÇO BRANCO E A COMUNIDADE DE ACAUÁ. 13	
2.1. POÇO BRANCO: PERFIL <u>SOCIAL</u> E ECONÔMICO DO MUNICÍPIO . . . . .	14
2.2. ACAUÁ PERFIL <u>SOCIO</u> E ECONÔMICO DA COMUNIDADE . . . . .	16
3. CAPÍTULO 3/O VALE DO CEARÁ-MIRIM) E SEU DESENVOLVIMENTO	
ECONÔMICO . . . . .	18
3.1. - O VALE DO RIO CEARÁ MIRIM . . . . .	19
3.2. - PRINCIPAIS INVESTIMENTOS DO VALE DO CEARÁ-MIRIM ENTRE 1845 /	
1970 . . . . .	21
3.3. - A AMEAÇA DAS ENCHENTES . . . . .	25
4. CAPÍTULO 4/A CONSTRUÇÃO DA BARRAGEM DE POÇO BRANCO E SUAS	
CONSEQÜÊNCIAS . . . . .	26
4.1. - OS INTERESSES NA CONSTRUÇÃO DA BARRAGEM . . . . .	27
4.2. - A CONSTRUÇÃO E AS <u>CONSEQÜÊNCIAS</u> IMEDIATAS. . . . .	30
4.3. - AS <u>CONSEQÜÊNCIAS</u> ECONÔMICAS PARA O VALE DO CEARÁ-MIRIM	31
4.4. - AS <u>CONSEQÜÊNCIAS</u> SOCIAIS PARA ACAUÁ . . . . .	32
5. CAPÍTULO 5/ACAUÁ: DA CONSCIENTIZAÇÃO À ORGANIZAÇÃO SOCIAL	35
5.1. - O PAPEL DO PROJETO UNIVERSIDADE SOLIDÁRIA . . . . .	36
5.2. - ORGANIZAÇÃO NÃO GOVERNAMENTAL: UMA IDÉIA DE CIDADANIA	38
5.3. - NÚCLEO DE ESTUDOS BRASILEIROS: LIGAÇÃO COM A	
COMUNIDADE . . . . .	40
5.4. - DESENVOLVIMENTO HUMANO: MULHER, MEIO AMBIENTE E	
SEGURANÇA ALIMENTAR. . . . .	41
6. CAPÍTULO 6/A FORMAÇÃO DA ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DE ACAUÁ -	
AMA . . . . .	45
6.1. - A ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DE ACAUÁ	46
6.2. OS PROJETOS COMUNITÁRIOS . . . . .	49
7. CONCLUSÃO . . . . .	51
8. BIBLIOGRAFIA . . . . .	53
9. FONTES E BIBLIOGRAFIA DE APOIO . . . . .	54
10. ANEXOS . . . . .	55

*LISTA DE ABREVIATURAS*

AMA	ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DE ACAUÁ
CAERN	COMPANHIA DE ÁGUAS E ESGOTO DO R N
DNOCS	DEPARTAMENTO NACIONAL DE OBRAS CONTRA A SECA
FETARN	FEDERAÇÃO DOS TRABALHADORES NA AGRICULTURA DO RN
? FHC	FERNANDO HENRIQUE CARDOSO
ha	HECTARES
IBGE	INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA
IDEC	INSTITUO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO
NEB	NÚCLEO DE ESTUDOS BRASILEIROS
NEPAM	NÚCLEO "NÍSIA FLORESTA" DE ESTUDOS E PESQUISAS SOBRE A MULHER E RELAÇÕES SOCIAIS DE GÊNERO.
ONG	ORGANIZAÇÃO NÃO GOVERNAMENTAL
ONG APB	ONG AMIGOS DE POÇO BRANCO
PCS	PROGRAMA COMUNIDADE SOLIDÁRIA
PROGER	PROGRAMA DE GERAÇÃO DE RENDAS
PRONAF	PROGRAMA NACIONAL DA AGRICULTURA FAMILIAR
PUSOL	PROJETO UNIVERSIDADE SOLIDÁRIA
? RN	RIO GRANDE DO NORTE
t	tonelada
UEL	UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA
UFRN	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE

## ***1. - CAPÍTULO 1***

### ***1. - INTRODUÇÃO***

## 1.1. - INTRODUÇÃO

O presente trabalho procura resgatar os aspectos históricos e contemporâneos de luta de uma comunidade negra, Acauã, contra a exclusão social. A maioria dos fatos aconteceram no município de Poço Branco, Rio Grande do Norte, na micro região do Mato Grande. Acauã, é acordo como o Pequeno Dicionário da Língua Portuguesa<sup>1</sup> é um substantivo masculino e feminino, designando uma ave da família do Falconídeos, um espécie de gavião, o mesmo que sanã-de-samambaia. Acauã é um nome bastante conhecido no RN.

Tendo em vista a ênfase dada ao fenômeno da exclusão, como resultado de um processo histórico, neste trabalho, torna-se necessário definir o conceito ao qual se refere. A questão da exclusão social permite mostrar que:

*"é um fenômeno marcado por três características que se complementam: a primeira seria a exclusão do 'mundo normal' do trabalho; em seguida a percepção dominante de que esses excluídos, por não possuírem as habilidades necessárias para serem absorvidos pelos novos processos produtivos, já em si liberadores de mão-de-obra, teriam se tornado 'desnecessários' economicamente; por fim, e esse é o traço que mais imprime força à própria idéia de exclusão, o fato de que sobre eles se abate um estigma cuja conseqüência mais dramática seria a sua expulsão do que Hannah Arendt<sup>2</sup>, no outro contexto, chamou de 'âmbito da humanidade', ou seja; os excluídos, levando uma vida sub-humana em relação aos padrões considerados normais de sociabilidade, passam a ser percebidos como indivíduos socialmente ameaçantes e, por isso mesmo, passíveis de serem eliminados"*

Entende-se portanto, como exclusão social o processo que transformou os moradores da comunidade de Acauã, em pessoas despercebidas, esquecidas e atiradas à sua própria sorte e realidade, para fora da sociedade e dos objetivos das políticas públicas. No decorrer desta introdução, procurar-se-á contextualizar a questão de exclusão social na sua definição contemporânea, mostrando como esse fenômeno atinge os povos em determinadas momentos históricos e geográficos distintos.

Em 1948, com o assassinato, de Mahatma Ghandi, em Nova Dheli, os excluídos da Índia e do Mundo, perderiam sua maior voz. Nesse mesmo ano é assinada a Declaração Universal dos Direitos Humanos, da qual o Brasil como país signatário, se comprometia a melhorar as condições de vida dos brasileiros.

Nesses cinquenta anos muita coisa mudou, mas a perversidade da exclusão social continua cruel, principalmente no Hemisfério Sul. No Brasil, os povos indígenas, os camponeses negros, os

<sup>1</sup> LIMA e BARROSO, 1957, p.15.

<sup>2</sup> Cf.: ARENDT, Hannah. Origens do Totalitarismo, 1990; 331.

<sup>3</sup> Cf. NACIMENTO, Elimar. Hipóteses sobre a nova exclusão social. 1994: 36.

<sup>4</sup> OLIVEIRA, 1997, p. 18.

idosos pobres, as crianças de rua, os presos negros e pobres, os sem terras, estão entre suas maiores vítimas, sem considerar o meio ambiente.

Nem todos conseguiram resistir, vários povos indígenas desapareceram ou restam apenas um ou dois membros, como os Xetás, no Paraná, mas a capacidade de resistência dos povos excluídos é impressionante, indo da defesa armada, como os indígenas mexicanos, organizados no Exército Zapatista de Libertação Nacional; da desobediência civil recusando as leis impostas pelos que possuem o poder, como fazem os trabalhadores Sem Terra, ao ocupar latifúndios no Brasil, ou como fizeram os adolescentes negros de Soweto, na África do Sul, recusando a educação oferecida pelo Apartheid e transformando em hino a música do grupo Pink Floyd, "*Another Brick in the Wall (Outro Tijolo dentro da Parede)*".

Resistindo, os povos brasileiros vítimas da exclusão social vão desenhando com seu próprio sangue, a cara do Brasil nas nossas florestas, campos e cidades, buscam por um lugar ao Sol e sem ser convidados foram entrando na História do Brasil, colocando à mostra as cicatrizes que a brava gente brasileira tem.

A verdadeira cara do Brasil, foi surgindo, em nossa opinião, nas Ligas Camponesas do Nordeste; na obra do educador Paulo Freire; no Movimento Nacional dos Atingidos por Barragens; na União dos Povos da Floresta, na luta do cacique Raoni; na morte de Chico Mendes; nas Comunidades Eclesiais de Base, nas preces de D. Paulo, D. Helder, Irmã Dulce e outros; na Central Única dos Trabalhadores, na liderança de Lula, Menegueli, Olívio Dutra, Vicentinho e tantos outros; no Movimento dos Sem Terras, no desafio de João Stédile ou no Movimento Nacional dos Meninos e Meninas de Rua, nos saques para matar a fome, provocada pelo descaso e corrupção da classe dirigente do país; na defesa do meio ambiente, quando o Greenpeace/Brasil, concreta canos de dejetos industriais que poluem nossas águas ou ainda do suicídio praticado pelos jovens do povo Kaiowá, são tantos exemplos que mostram que nossa gente não "tem sangue de barata" e que olham para o futuro, percebendo que ele pertence às próximas gerações, mas sem esquecer os mortos do passado e do presente.

Não se pode esquecer daqueles que foram eliminados: as vítimas do autoritarismo, dos esquadrões da morte, da intolerância e do descaso da classe dirigente.

Há também, a sociedade civil, na qual as pessoas se organizam em cooperativas, associações, sindicatos, nas organizações não governamentais, dentre outros movimentos sociais que hoje delineiam as articulações entre o Estado e a sociedade.

Neste trabalho, entender-se-á movimento sociais como:

*"Movimentos de pequeno porte (que na) escala e o estilo apresentados nos anos 70 indicavam a emergência de um fenômeno novo... Foram chamados de movimentos para acentuar sua natureza instável e mutante, distinta da obtida em estruturas que se organizam numa longa duração. E chamados*

*coercido*

sociais devido ao seu distanciamentos em relação aos aparelhos de Estado. Apesar do envolvimento constante em matérias de interesse público".<sup>5</sup>

Dessa forma, esta monografia, procura viabilizar o resgate de parte da história que os latifundiários, políticos oligarcas e seus 'apadrinhados', tentaram afogar no lago da barragem construída em Poço Branco, na década de 60. Mostrando que a luta de hoje, encontra-se embasada no passado, uma história que após trinta e cinco anos aflorou na comunidade<sup>6</sup> de Acauã e precisa ser contada.

Tem-se como objetivo geral, neste estudo, procurar mostrar a contribuição de estudantes universitários no resgate de comunidades socialmente excluídas, desvendando sua história e aspectos sociais, debatendo o presente e planejando o futuro, cooperando na organização comunitária, ao desvendar o 'mundo normal', expressão de Oliveira. ( ) ?

E especificamente, mostrar o que representou o desenvolvimento da indústria açucareira no Vale do Rio Ceará Mirim, para a comunidade de Acauã, enquanto a necessidade de salvaguardar das enchentes do Rio Ceará-Mirim, uma concepção de desenvolvimento econômico, patrocinado pela industrialização da cana-de-açúcar ao longo de cerca de 150 anos, naquele vale. Cujas soluções apresentadas pela classe dirigente, foi a construção da Barragem Engenheiro José Batista do Rego Pereira.

Para tanto, a metodologia usada foi uma coleta sistemática de dados em fontes primárias, secundárias e bibliográficas, referentes a historiografia do Rio Grande do Norte:

- 1) A pesquisa de fontes primárias em documentos existentes nos arquivos, da Organização Não Governamental Amigos de Poço Branco - ONG APB; Núcleo de Estudos Brasileiros - NEB, Núcleo "Nísia Floresta" de Estudos e Pesquisas sobre a Mulher e Questões de Gênero - NEPAM e da Associação de Moradores de Acauã - AMA; de importância fundamental para entender a memória coletiva, registradas em impressos, relatórios e vídeos, além de depoimentos colhidos ao longo de mais três anos de contato, com vários informantes da comunidade, o que possibilita uma fidedignidade à memória coletiva, daquela comunidade;
- 2) Dados complementares foram coletados através de um censo na comunidade<sup>7</sup> em 1998, contando com um levantamento exaustivo de dados, com registro fotográfico de toda a comunidade. A pesquisa de fontes secundárias foi complementada por dados de Poço Branco, obtidos junto ao IBGE, IDEC e DÑCOS;

<sup>5</sup> FERNANDES, 1994, p. 43.

<sup>6</sup> Entende-se por comunidade: "ser local, pequena e personalizada são características (...) - lá onde as pessoas estão, supostamente, mais à vontade, mais senhoras de si, e portanto em certo sentido mais verdadeiras. (...), é formada por um conjunto de famílias e circunscreve um lugar de moradia". FERNANDES, 1994, p. 33-34.

<sup>7</sup> Censo organizado por uma equipe de bolsistas do NEPAM, sob orientação da prof. Françoise D. Valéry, da UFRN.

3) A pesquisa bibliográfica foi dividida em duas partes: a histórica, limitada à busca da linearidade dos antecedentes econômicos que propiciaram o desenvolvimento, assim como a influência política e econômica dos senhores de engenho e dos investimentos estrangeiros, no Vale do Ceará-Mirim, principais responsáveis pela construção da Barragem; e a história social, mais ampla e que demonstra o desenvolvimento de resistência à exclusão social.

A atuação como membro da equipe de assessoria à comunidade e integrante das entidades que atuaram na localidade, como o NEB e o NEPAM, possibilitou a percepção dos acontecimentos do passado e suas conseqüências no presente, com o objetivo de desvendar o motivo da exclusão social de Acauã e construir uma outra realidade.

No CAPÍTULO 2, procura-se traçar um perfil sócio-econômico do município de Poço Branco, através de dados quantitativos, com destaque para a área rural e a comunidade de Acauã, para depois no CAPÍTULO 3, navegar pelas águas do Rio Ceará Mirim, calmas nos verões e violentas nos invernos, imaginar a natureza do Vale e falar um pouco de sua gente, ricos e pobres; constatar que a ocupação do espaço, a partir de 1845 se deu de acordo com os interesses de quem lucra com a exploração da cana-de-açúcar e por fim escutar o clamor para combater as cheias e garantir os investimentos feitos no Vale.

No CAPÍTULO 4, procura-se perceber que a barragem interrompe o ciclo natural das cheias e o húmus fertilizado, fica agora no fundo do lago, mas é uma obra que aumenta, oportunamente, a concentração de terras, usando o simulacro do discurso da seca e inundações, que contribuiu para a chegada das cercas. O que significou a barragem pronta, encerra este capítulo.

No CAPÍTULO 5, descreve-se a intervenção junto à realidade local, feita por estudantes trazidos pelo Projeto Universidade Solidária, oriundos da Universidade Estadual de Londrina - UEL; o papel desempenhado pelas organizações não governamentais idealizadas por esses estudantes paranaenses, assim como as alternativas de desenvolvimento debatidas para e com a comunidade.

No CAPÍTULO 6, procura-se fazer o fechamento do contexto em que surgiu a associação, abordando a necessidade de auto-organização da comunidade, sua história recente, seus projetos e seus parceiros.

No Brasil, nossa gente padece naquilo que o IBGE, denomina de aglomerados rurais (7.000, somente no Nordeste); os políticos chamam de currais eleitorais; a academia de laboratório para pesquisas de campo; mas para quem mora ali é a sua comunidade, onde querem morar, serem felizes e considerados como cidadãos brasileiros, com seus direitos respeitados, sua história resgatada, seus filhos e filhas com perspectiva de vida e futuro.

Para mim, Acauã é uma parte do Brasil escondida do Brasil. Seus moradores visualizam um futuro diferente, sem deixar o passado ao largo, estão esperançosos e cientes de que as 24

comunidades, cuja população é de maioria negra, do Rio Grande do Norte, tem história para mostrar e contribuição para combater a exclusão social.

Resolvemos embarcar junto com eles nessa viagem, eu; Emerson Cenzi, acadêmico de cooperativismo; Prof. Dominique Valéry, Coordenadora do NEPAM; Ana Cecília, formanda de Arquitetura; Vander Adriani, acadêmico de História, José Iram, formando em Zootecnia e outros que ainda encontraremos pelo caminho.

## *CAPÍTULO 2*

### *2. O MUNICÍPIO DE POÇO BRANCO E A COMUNIDADE DE ACUÃ*

Este capítulo tem como objetivo apresentar dados quantitativos, geográficos e sociais, que permitem situar o município e a comunidade, objeto de estudo desta monografia.

## 2.1. POÇO BRANCO: PERFIL SOCIAL E ECONÔMICO DO MUNICÍPIO

Poço Branco é uma cidade situada na região do Mato Grande, considerada a porta de entrada para a caatinga potiguar, o Sertão, distante 70 quilômetros de Natal. (cf. mapa).

Poço Branco, possui 11.303 habitantes, sendo 5.712 homens e 5.591 mulheres. A zona urbana, conta com 5.979 habitantes e a zona rural com, 5.324<sup>8</sup>, que colheram uma produção diversificada (listada abaixo), que identifica os principais produtos agrícolas do município, que possui uma área de 169,3km<sup>2</sup>.

Com uma média pluviométrica anual em Poço Branco, varia em torno de 600 a 800<sup>9</sup>mm, o que viabiliza inclusive o plantio de milho, que necessita pelo menos de 400 mm anuais de chuva. Portanto um bom lugar para se plantar.

QUADRO 01: Repartição de produção por área colhida, quantidade produzida e valor da produção.

PRODUTO (culturas permanentes)	ÁREA (ha) COLHIDA	QUANTIDADE PRODUZIDA	VALOR DA PRODUÇÃO (R\$ 1)
Abacaxi (1000 frutos)	42	924	443.000
Batata-doce (t)	26	117	28.000
CANA-DE-AÇÚCAR (t)	300	13.500	267.000
Feijão - cm grão (t)	260	156	74.000
Mandioca (t)	900	7.200	324.000
Milho (t)	280	140	21.000
Castanha de caju (t)	80	16	6.000
Coco-da-baía (1000 frutos)	25	85	11.000
Pimenta do Reino (t)	50	35	12.000

\*Fonte: IDEC - Anuário Estatístico 1997, capítulo 3.

A produção de cana é a maior, em seguida vem a mandioca, principal produto da agricultura de subsistência e que ocupa a maior área, embora a de abacaxi seja mais rentosa, de acordo com os dados do IDEC/RN.

Ainda na área econômica, o IDEC apresenta os seguintes dados de 1995, em relação aos efetivo do rebanho: 5.563 cabeças de gado; 225 de equinos; 461 de suínos; 370 de asininos, 133 de muares; 996 ovinos; 302 caprinos e nas 1.041 vacas ordenhadas produziram, 541 mil litros de leite.

<sup>8</sup> RN/IDEC, 1997, p. 58.

<sup>9</sup> RN/IDEC, 27-28, considerando o município de João Câmara e a Subzona de Touros.

Na avicultura existiam 3.492 galinhas e outros 5.436 galos, frangas (os) e pintos. Foram produzidas 28.000 dúzias de ovos.

É interessante observar que a produção se restringe praticamente a área rural, pois não há indústrias em Poço Branco e apesar do comércio registrar 199 estabelecimentos, a arrecadação local de ICMS, representou apenas 0,23%, do total do Estado.<sup>10</sup>

Como outras cidades do interior do RN, a principal fonte de recursos do município é o Fundo de Participação dos Municípios – FPM. Os equipamentos públicos refletem o quadro de precariedade do município: um Hospital Municipal, com 19 leitos, carece de médicos, enfermeiros, equipamentos e medicamentos; apenas duas ambulâncias funcionam, precariamente, no constante vai e vem levando doentes para João Câmara, Ceará Mirim ou Natal.

As escolas municipais, possuem 48 salas de aulas, sendo 33 na zona rural, mas faltam professores qualificados, carteiras, materiais didáticos e merenda escolar.

A escola do município em melhores condições é a Escola Municipal Aluísio Alves, reformada anualmente desde 1996, para receber os universitários do Projeto Universidade Solidária, que vieram da Universidade Estadual de Londrina, no Paraná, nos meses de janeiro e fevereiro de 1996, 97, 98 e 99.

## 2.2. ACAUÃ: PERFIL SOCIAL E ECONÔMICO DA COMUNIDADE

Acauã é um aglomerado rural<sup>11</sup> situado a 03 quilômetros de Poço Branco, sua população tem predominante origem negra e minoria parda. Como comunidade apresenta elevado grau de coesão social, racial e de parentesco.

As pessoas da comunidade consideram que foram esquecidos e denunciam discriminação em todos os sentidos - racial, econômica, cultural. A tal ponto que vários moradores da cidade os consideram "malditos", por isso seriam tão pobres.

A origem da comunidade pode remontar ao século XVIII, provavelmente, formada por escravos fugitivos do Vale do Ceará-Mirim e de outros vales açucareiros e talvez até, daqueles que fugiam das guerras contra os índios Cariris e do Quilombo de Palmares<sup>12</sup>, patrocinadas pelos portugueses.

Nos dados coletados em 1998, Acauã possuía 166 moradores, distribuídos em 33 famílias que moravam em 31 casas; sendo que 85 do sexo masculino e 81 do sexo feminino, com destaque para a juventude, pois 57% dos moradores tem até 20 anos.

No passado, o povo de Acauã trabalhava a terra de forma coletiva, pois não existiam cercas, portanto a terra era de uso comunitário. Plantavam o suficiente para o sustento de suas famílias e de seus animais, pois todos os anos o rio Ceará-Mirim, fertilizava o solo com suas cheias; nos depoimentos coletados, percebe-se que ninguém passava fome ali, salvo nos períodos de seca. As terras eram devolutas e não tinham donos; pois "eram terras de D. Pedro e todos podiam usar", segundo depoimentos dos informantes mais idosos, depositários da memória coletiva.

Hoje, a principal fonte de renda dos moradores sem dos roçados, que produzem de forma precária, sem tecnologia apropriada. Empregam temporariamente 48 pessoas, produzindo milho, feijão verde, mandioca, macaxeira e batata doce, em sistema de meeiro, em propriedades vizinhas. O destaque é o cultivo da mandioca para a produção de farinha, cultura sazonal que deixa os trabalhadores rurais sem renda em parte do ano.

Também 03 pessoas são trabalhadores da construção civil, 03 servidores públicos (duas professoras e a merendeira da escola) e 16 realizam trabalhos domésticos. Percebe-se assim, a quase inexistência de vínculos com o trabalho formal, outra forma significativa de exclusão social no Brasil.

Como em outras comunidades pobres e pequenas, a aposentadoria dos idosos é uma garantia de segurança alimentar, para várias famílias; em Acauã existem 12 aposentados e aposentadas e uma mãe que recebe pensão de viuvez.

<sup>10</sup> RN/IDEC, capítulo 5.

<sup>11</sup> Nome dado pelo IBGE, às comunidades rurais. ( ? )

Mas, nos final dos anos 50, quando a barragem começa a ser construída, os grandes latifundiários foram tomando 'aforamento da terra" (como dizem os mais velhos), colocando as cercas onde queriam, e assim, Acauã foi sendo ilhada.

A situação se complicou na década de 60, com a inauguração da Barragem Engenheiro do Rego Batista, pelo Departamento Nacional de Obras Contra a Seca - DNOCS<sup>13</sup>, para conter as cheias no vale do Rio Ceará-Mirim, que inundava as plantações de cana-de-açúcar, a 30 – 40 quilômetros, rio adiante.

A barragem inundou Acauã e outras comunidades, a sede do município de Poço Branco, que teve de ser reconstruída. Os moradores de Acauã tiveram que sair da fértil margem do rio, de onde tiraram seu sustento por mais de um século<sup>14</sup>. As novas terras que lhe foram destinadas, ficam distantes a quatro quilômetros das margens do lago formado; apenas foram suficientes para a construção das casas, todas feitas de taipa, na época.

Os moradores de Acauã não tem mais onde plantar e uma cerca impede o acesso ao reservatório da barragem. Assim, as 33 famílias que compõem a comunidade, mal conseguem viver da agricultura de subsistência, feita em propriedades vizinhas, através do sistema de meeiro. Portanto, a Acauã apresenta hoje, traços de uma população pobre e excluída de seus direitos de acesso à terra e à água, elementos fundamentais para assegurar a sua sobrevivência.

Torna-se necessário voltar ao início da colonização do Vale do rio Ceará-Mirim, no passado, para poder entender como se construiu este processo, que levou à exclusão social, naquela comunidade, objeto do capítulo seguinte.

<sup>12</sup> Não há fontes fidedignas sobre este fato

<sup>13</sup> Segundo a Secretarias dos Recursos Hídricos do RN, que está assumiu o controle de todas as barragens públicas do Estado, sendo a única exceção a de Poço Branco, pois toda a documentação referente a ela, originária do DNOCS, não foi localizada, até o momento.

<sup>14</sup> O líder da comunidade Sr. João Catarino, possui 78 anos e seus pais e avós, também nasceram em Acauã.

### 3. CAPÍTULO 3

#### 3. O VALE DO CEARÁ-MIRIM E SEU DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

Neste capítulo tem como objetivo mostrar o desenvolvimento econômico do Vale, os investimentos governamentais e de empresários brasileiros e estrangeiros, que precisavam ser protegidos das inundações, só assim poderiam ser viabilizados novos projetos.

### 3.1. - O VALE DO RIO CEARÁ MIRIM

Neste capítulo, pretende-se apresentar a ocupação do Vale, sua situação geográfica, social e econômica, onde está inserida a história da comunidade Acauã. Para tal, recorreu-se a fontes historiográficas que existem para delinear e analisar esse contexto.

Viajando pela BR - 406, até Poço Branco, se tem uma bonita visão do Vale do Rio Ceará Mirim, grandes extensões de plantações de cana-de-açúcar debruçando-se sobre as colinas suaves, as máquinas agrícolas na pista, trabalhadores se alimentando de comida fria, cortando a cana, os rostos cansados, a vida se esvaindo em cada golpe do facão.

Entrando por uma estrada vicinal dirigindo-se ao rio, a beleza do Vale impressiona, árvores altas e verdes, cipós, várias "ilhas" de mata fechada, pássaros cantando, animais e flores silvestres, são espaços pequenos para a Natureza, mas a exuberância, nos faz pensar: como seria lá a duzentos anos atrás?

No caminho vamos sentindo o cheiro da cana, encontrando os trabalhadores, suas casas pequenas e coloridas casas, suas crianças, suas comunidades com pouquíssima infra-estrutura social (escolas, postos de saúde...). As rugas nos rostos mostram bem a marca do trabalho pesado da lavoura.

Continuando o caminho, não se vê o senhor da situação: o Rio Ceará Mirim, que escorre pelo fundo do Vale, cercado de árvores e cercas que impedem a chegada até o leito, mas sente-se a sua presença e a sua magnitude ao olhar ao redor.

O Rio Ceará-Mirim nasce, nas proximidades da cidade de Lages, a cerca de 300 metros de altitude: "nos altos sertões do Rio Grande do Norte, ou do vizinho Estado do Sul, precipitando-se das serras distantes que no interior separam as caatingas"<sup>15</sup>. Em suas águas carrega as terras sertanejas, o que pode explicar a fertilidade desse e de outros vales úmidos do litoral oriental do Rio Grande do Norte:

*"porque a sedimentação que se formou ao longo destes rios, (...Curimataú, Jaciá, Trairi, Potengi e Ceará-Mirim...) nos vales que os acompanham, varia para cada typo, predominando nos de curso maior, as várzeas argilosas de uma fertilidade assombrosa.(...) Os grandes rio sertanejos rolam pelas caatingas em caudais volumosas na época bonançosas das chuvas, mas passada essa quadra, os seus leitos seccam e só ao penetrarem, ao talharem a faixa litoranea do Taboleiro, é que começam a receber o beneficio da água constante das vertentes. É assim no Ceará-Mirim..."*<sup>16</sup>

Ceará-Mirim quer dizer "charque-pequeno"<sup>17</sup>. Não é a proposta se aprofundar nessa questão, mas o rio, apesar da exuberância do Vale, é de fato pequeno, em muitos locais é possível

<sup>15</sup> IGNÁCIO, 1936, p. 12.

<sup>16</sup> Ibidem, p. 12 - 13.

<sup>17</sup> LIMA, 1957, p. 265, 277 e 815.

? (É esse daí mesmo!)

Ceará-Mirim quer dizer "charque-pequeno"<sup>17</sup>. Não é a proposta se aprofundar nessa questão, mas o rio, apesar da exuberância do Vale, é de fato pequeno; em muitos locais é possível atravessá-lo num passo. Mas as suas águas são salobras e ricas em magnésio e outros minerais, como demonstraram os exames feitos pela Fundação Nacional de Saúde – FNS, em 1997, com amostras de água retiradas do lago da Barragem, em Poço Branco.

Portanto, os aspectos físicos do Vale, propiciaram o desenvolvimento de uma agricultura intensiva predatória em relação à mata atlântica que existia ali, berço da riqueza que alimentou a região e a cidade de Ceará-Mirim, hoje sede de um município com 57.983 habitantes<sup>18</sup>.

É nesse Vale, que a maioria das transformações econômicas viriam a ser realizadas, a partir da segunda metade do século XIX, cujos beneficiários, terão peso na decisão da construção da barragem, em Poço Branco.

<sup>17</sup> LIMA, 1957, p. 265, 277 e 815.

<sup>18</sup> RN/IDEC, 1997, p 58.

3.2. – PRINCIPAIS INVESTIMENTOS NO VALE DO CEARÁ-MIRIM ENTRE 1845 E 1970

Com tanta exuberância e fertilidade soa estranho a fala do Senador Joaquim Ignácio em 1936, noventa anos depois de instalados os primeiros engenhos no Vale: "no Ceará-Mirim restam grandes extensões do valle totalmente inaproveitadas..."<sup>19</sup>. Pois, segundo Andrade:

*"Foi a partir de 1845 que o vale ganhou seu primeiros engenhos de açúcar, seus banguês iniciais, engenhos de bestas, de cavalos, e depois de bois, o boi de era (...) Os iniciadores da indústria açucareira no vale foram os portugueses Antonio Bento Viana, (Engenho Carnaubal) e Francisco Bernardo Gouveia; os brasileiros Manoel Varella do Nascimento, depois Barão de Ceará-Mirim e Manoel Leopoldo Raposo da Câmara, nos engenhos de São Francisco e Porão do Norte, respectivamente. Em 1860, já contava Ceará-Mirim com 44 engenhos, exercendo então, a supremacia produtiva na indústria do açúcar".*<sup>20</sup>

O poder econômico aportou no Vale, trazendo consigo as conseqüências do capitalismo colonial e selvagem exploração dos recursos naturais e humanos, mesmo que significasse a destruição das matas e animais, dos escravos e posseiros, tudo em função do lucro para uns poucos.

As cheias que depositavam o húmus todos os anos nas colinas suaves do Vale, passaram a ameaçar os investimentos feitos por ricos e poderosos homens "empresendedores e dinâmicos".

*"É importante salientar aqui, o prestígio dos senhores de engenho locais. Sua independência e facilidade para se dirigir aos poderes provinciais pleiteando melhoria para o vale. Sem contar que muitos desses senhores de engenho exerceram cargos políticos importantes na Província e tiveram um papel em sua História. (...) O desenvolvimento açucareiro do vale do Ceará-Mirim começou justamente no auge da repressão do tráfico negreiro promovida em conseqüência de decreto n.º 731 de 14 de novembro de 1850. Em 1873 tinha 904 escravos, em 1881, 859 e em 1884, 777 escravos. A partir de 1889 começaram as libertações espontâneas".*<sup>21</sup>

Poderosos, ricos e escravocratas, esses senhores de engenhos se incomodam com as conseqüências das inundações e buscam solução junto aos governos federal e estadual: "a ocorrência do inverno rigoroso do ano de 1894, que fazendo transbordar o rio Ceará-Mirim, prejudicou mais de 2/3 da produção do município do mesmo nome, situado no litoral norte de Natal, zona de excelência do cultivo da cana."<sup>22</sup>

A economia do Estado, abalada pelas fortes secas ocorridas na segunda metade do século XIX, pelas enchentes anuais, escassez de mão-de-obra e a falta de mercado para açúcar produzido aqui, fazendo com que os "agricultores entraram para o século XX endividados.(...) Na tentativa de salvar a lavoura canavieira o governo estadual funda o Banco de Natal, em 1905 e o

<sup>19</sup> IGNÁCIO, 1936, p. 15.

<sup>20</sup> ANDRADE, 1995, 41-42.

<sup>21</sup> Ibidem, 42.

<sup>22</sup> Discurso do governador Pedro Velho, em de 14 de julho de 1894, in LIMA H., 1987, 18.

*Cópia  
em anexo*

Governador Alberto Maranhão defendia a policultura, contra a monocultura da cana, no litoral"<sup>23</sup>.

Correia de Andrade, confirma que a economia do Estado estava em dificuldades em fins do século XIX e, além disso, a entrada no século XX, traz esperanças de que o capital estrangeiro, da Inglaterra, fosse investir no Estado, principalmente em obras de infra-estrutura, mas:

*"na primeira metade do século XX, o crescimento econômico do Rio Grande do Norte se procedeu com certa lentidão, de uma forma menos dinâmica que a dos estados vizinhos, mas houve, nesse período a aplicação de investimentos em suas atividades econômicas principais e penetração do capital estrangeiro em alguns setores de sua economia ..."*<sup>24</sup>

Investimentos que foram bem vindos, para minorar a crise que sacudiu a economia estadual, vieram como salienta, Lima (H.), citando a celebração de contratos como parte da definição de "uma política de incentivos, ... para o estabelecimento da usina no Vale do Ceará-Mirim e o segundo contrato, com proprietários do mesmo Vale, para o fornecimento de cana (...) "Neste processo o capital inglês, desempenha um papel importante..."<sup>25</sup>

Além, disso, é importante salientar a mensagem do governador Alberto Maranhão, de 1910:

*"Certo de que o serviço de melhoramento do Vale do Ceará-Mirim será efetuado pela união, e atendendo a constantes reclamações de lavradores de cana-de-açúcar, objetivei em contrato assinado por todos os agricultores do mesmo vale, as justas aspirações dos senhores de engenho, já descrentes da reabilitação da própria indústria do açúcar pelos processos rotineiros... com os dados expressos nesse contrato será talvez possível obtermos, com poucas modificações, o estabelecimento de uma grande usina para exploração racional da produção de cana que nos oferece aquela importante zona".*<sup>26</sup>

Os investimentos e os futuros projetos, se implantariam no Nordeste como um todo mediante: "a execução de um política federal de obras contra as secas, com o desenvolvimento da rede de transporte e sistema de açudagem, (que) possibilitou uma reiteração da economia nordestina às novas estruturas do capitalismo".<sup>27</sup>

Nesse sentido, Correia de Andrade vai lembrar que o "homem é o sujeito no processo do espaço, organizando o mesmo de acordo com o seus interesses, com os seus objetivos, em função da realização econômica das classes dominantes e lançando mão do capital e dos recursos técnicos de que dispõe."<sup>28</sup>

<sup>23</sup> LIMA H., 1987, 42.

<sup>24</sup> ANDRADE C., 1995, 26-27.

<sup>25</sup> LIMA H, 1987, 47.

<sup>26</sup> Ibidem, 47.

<sup>27</sup> Ibidem, 41.

<sup>28</sup> ANDRADE C., 1995, 10.

Mesmo assim, a primeira usina só viria a ser "instalada, no Ceará- Mirim - a São Francisco - em 1922"<sup>29</sup>, assim a implantação do novo sistema significou:

*"...o progressivo declínio e desaparecimento dos antigos engenhos, uma vez que as usinas tornaram-se auto-suficientes em termos de matéria-prima, produzindo cana em sua própria área de domínio, passando numa fase posterior a absorver antigas propriedades fornecedoras, pela aquisição de terras. Esse processo de concentração da riqueza, no seu aspecto social configurou-se no conflito surgido ente os usineiros e seus fornecedores, os antigos "senhores de engenho".*<sup>30</sup>

Desde o fim do século XIX os produtores de cana clamavam soluções governamentais para resolver o problema das enchentes, mas é nos anos 20, após a grande cheia de 1923 e a ascensão ao poder estadual de políticos oligarcas da região do Seridó, ligados aos produtores de algodão, que se apresenta uma proposta em 1927 na forma da Lei 653:

*"que dispõem sobre drenagem e saneamento dos vales úmidos... ... 'Art. 2° - os proprietários das terras beneficiadas pelos trabalhos de drenagem e saneamento pagarão, durante cinco anos, uma taxa anual acrescida de 1% ao mês correspondentes a 20% da despesas executada com as obras de beneficiamento, e se comprometerão, por si ou seus sucessores a cultivar essas mesmas terras e a conservar limpos os canais de drenagem, sob pena de desapropriação e multa; Artigo 4° - os proprietários que não quiserem se sujeitar ao pagamento da taxa de saneamento e conservação dos canais de drenagem, serão desapropriados por utilidade pública, antes de iniciadas as obras."*<sup>31</sup>

Ao que parece, quando estuda-se o discurso do Senador Joaquim Ignácio, proferido em 1936, ou seja nove anos após a aprovação da Lei 653, ela não surtiu muito efeito, pois segundo o ele:

*"Sabe-se que o que mata os canaviaes por ocasião das inundações não é a passagem e nem mesmo a permanência das águas durante poucos dias; é a demora desta água durante quinze, vinte e até trinta dias, na baixada verdejante (...) O excesso d'água tem uma dupla causa: ou é motivada pelas grandes cheias, em dias seguidos, nos rios de origem sertaneja, ou provem de acumulação gradual d'água das vertentes, cujo escoamento rápido é impedido por uma vegetação tenaz, que se desenvolve dentro dos rios e canaes obstruindo-os."*<sup>32</sup>

Lima H., confirma o discurso do senador, que continua explica sobre a,

"importância da desobstrução dos rios e canais, através da drenagem, colocando que os problemas são a obtenção de recursos para tanto, assim

<sup>29</sup> Ibidem, 34.

<sup>30</sup> LIMA H., 1987, 48.

<sup>31</sup> LIMA H., 101.

<sup>32</sup> IGNÁCIO, 1936, 18.

como as dificuldades em convencer os proprietários de terras de assumirem sua responsabilidade na limpeza de rios e canais (...). Em 1930, a situação dos vales era dramática, o desânimo dos proprietários era grande, assim como as extensões de terras que eram abandonadas. A exceção do Vale do Ceará-Mirim, que como deve continuar sendo destinado à cultura da cana, instalando-se uma moderna usina de açúcar e seus proprietários organizando-se de forma cooperativista - os demais devem substituir a lavoura de cana pela fruticultura, algodão, legumes, mandioca, frutas oleaginosas, etc., instalando-se no Estado, um economia baseada na policultura.<sup>33</sup>

0

Esses investimentos de um lado permitiram a permanência de uma agricultura baseada na produção e transformação da cana-de-açúcar, atividade que até hoje se mantém, no Vale do Ceará Mirim. Por outro lado se a situação desses proprietários de terras estava complicada com as enchentes, dá para tentar perceber o que acontecia com os trabalhadores, desempregados, posseiros, sesmeiros, meeiros, enfim aqueles que possuíam apenas a sua força de trabalho.

Nesse sentido, entende-se os motivos do êxodo rural e da migração maciça para o Sudeste do Brasil, constituindo uma saída para os moradores desse Vale, como salienta Andrade<sup>34</sup>. Outra face da exclusão social no Brasil, ou seja, a expulsão do homem do campo.

percepo que  
não se acredita  
e o ex se desenvolveu  
no interior!

<sup>33</sup> LIMA H., 1987, 100.

### 3.3. - A AMEAÇA DAS ENCHENTES

Como percebeu-se anteriormente, o governo Estadual e seus políticos, patrocinaram uma série de investimentos e incentivos de toda ordem, entre os fins do século XIX e no início do XX, numa tentativa de revitalizar a produção açucareira nos vales úmidos. É interessante ressaltar que este período o governo do estado estava sob controle da oligarquia Maranhão (1892-1914), cujos membros eram ligados ou então, produtores de açúcar.<sup>35</sup>

Entretanto, as cheias do Vale já traziam preocupações anteriores: (Valeto)

*"Em 1870, a Lei n.º 619, de 7 de novembro, classificou os engenhos de Ceará-Mirim, banhados pelas enchentes do rio, em primeira e segunda ordem, sendo os de primeira os que se achavam devidamente montados e tinham terrenos para mais de dois mil pães de açúcar e os de segunda, que não preenchiam essas condições."*<sup>36</sup>

Porque? Mas é a partir dos anos 20 que o debate se acirra, principalmente em 1924, quando se processa o "deslocamento da hegemonia da oligarquia açucareira-textil para a oligarquia algodoeira-pecuária"<sup>37</sup>. Com a chegada ao poder estadual do governador José Augusto, ligado ao setor algodoeiro, oriundo da região do Seridó.

*"A zona açucareira continuava a enfrentando o alagamento dos vales úmidos sobretudo, em anos de inverno mais rigoroso, quando canaviais ficavam submersos ou encharcados, foi o caso do ano de 1923 (...) O governador de então, José Augusto, discursa em 1924 defendendo a importância econômica do vale do Ceará-Mirim e da cana, assim como de outros vales úmidos. Tenho convidado representantes do mais altos da indústria açucareira do Brasil, para virem visitar os nossos fertilíssimos vales, que em breve mandarei estudar por técnicos de reconhecida autoridades, que nos indique de que melhoramentos, ao alcance dos recursos do Estado, necessitam eles para por a sua produção a salvo dos prejuízos freqüentes que lhes causam as enchentes"*<sup>38</sup>.

91 Frente a ameaça, das soluções apresentadas (drenagem e alargamento de canais, etc.) a construção da barragem foi o elemento que certamente, marcou mais profundamente a evolução da região e da comunidade, e principalmente, o desejo dos detentores do poder econômico e político.

<sup>34</sup> A tese de Andrade trata das causas da migração do Vale do Ceará-Mirim.

<sup>35</sup> LINDOSO, 1992, 33

<sup>36</sup> ANDRADE, 1995, 42.

<sup>37</sup> LINDOSO, 1992, 37.

<sup>38</sup> LIMA H., 1987, 98.

#### **4. CAPÍTULO 4**

##### ***4. A CONSTRUÇÃO DE BARRAGEM DE POÇO BRANCO E SUAS CONSEQÜÊNCIAS***

Neste capítulo pretende-se acompanhar o desenrolar da construção da barragem em Poço Branco, mostrando suas conseqüências imediatas e históricas focalizando a comunidade de Acauã.

#### 4.1 - OS INTERESSES NA CONSTRUÇÃO DA BARRAGEM

*Box de finalização?*

Enquanto, no Rio Grande do Norte, a troca de oligarquias foi feita a partir de 1924, com a chegada de novos grupos ao poder local, no Brasil tal acontecimento só ocorrerá, quando da chegada de Vargas ao poder na década de 1930.

As fontes históricas, tanto as primárias como secundárias, demonstram que a construção da barragem em Poço Branco, foi fruto de processo político e econômico mais amplo, dedicado a atender as reivindicações de políticos locais, apoiadas nos discursos sobre secas e inundações.

Mesmo após 1930, num governo mais centralizado do que aqueles que praticaram a Política dos Governadores, o comportamento da classe dirigente do Rio Grande do Norte não vai ser muito diferente da explicação transcrita abaixo:

*"... uma vez assentada a estrutura política da ação, após os conturbados anos pré e pós proclamação da República, e estando já implantadas as bases daquilo que viria a ser chamado de 'Política dos Governadores', na qual os grandes proprietários detinham o poder político e econômico do país, por um sistema de pactos políticos que interligavam os diferentes segmentos da estrutura do Estado, de forma a garantir a perpetuação de hegemonia de poder, essa mesma classe reconpunha-se e passava a executar diretrizes econômicas que visavam seus próprios interesses enquanto classe..."*<sup>39</sup>

*Sob 1-1-1930*

Nesse sentido, o clamor junto ao governo federal por verbas e subvenções para combater as secas e as inundações, assim como, as crises econômicas sucessivas afetando a produção de cana-de-açúcar, vislumbra-se nas falas dos dirigentes locais, nas ações empreendidas e nas vantagens tiradas oportunamente dessas situações, em épocas anteriores.

A retórica do 'socorro mais rápido aos atingidos pelas secas', servia também, fundamentar a questão do escoamento da produção oriunda das futuras Usinas, projetadas nesse período. Paralelamente, os discursos salientavam a importância de conseguir a utilização permanente das várzeas do Rio Ceará-Mirim:

*"Nos rios sertanejos, estas vertentes passam no fundo dos valles, irrigando apenas a parte mais baixa destes, enquanto permanecem para os lados - faixas de terra alluviana, mais altas, inatingidas pela humidade. São as varzeas seccas. Constituem ella, porventura, as melhores terras do littoral, por sendo tão férteis quando as melhores terras do sertão, acham-se sob a influência de um regime de chuvas mais abundantes, mesmo no decorrer dos annos mais de inverno. (...). Assim que entre Ceará-Mirim e Taypú, ao longo do rio, estadeiam-se amplas varzeas utilizada com proveito real somente no annos nos de inverno, no plantio de cereaes e algodão. As terras de varzeas altas são seccas, mas admiravelmente férteis..."*<sup>40</sup>

<sup>39</sup> Ibidem, 45.

<sup>40</sup> IGNÁCIO, 1936, 24-25.

A posse daquelas terras, seriam valorizadas com a construção da barragem. Os discursos políticos, na década de 30, já salientavam a importância dessa obra, no rio Ceará-Mirim:

*"O certo é, porém que na parte média destes rios que desaguam na costa oriental do Rio Grande no Norte, estão os logares apropriados para a construção de grandes obras, barragens e represas de grande capacidade que a um só tempo, remediariam os males da secca e da inundação: a secca, pelo armazenamento d'agua, suficiente para humedecimento das dilatadas planícies alluvianas marginaes dos rios para o interior, a inundação pela retenção e paralyzação das águas torrenciais das cheias na bacia dessas grandes represas, permitido-se o escoamento vagaroso das águas... Construindo essas obras teremos resgatado as varzeas de Taypú (...)Esta é a única solução natural e definitiva para o problema da secca e das inundações na região ora flagelada do Rio Grande do Norte, onde a função reguladora das barragens será completada com o systema de drenagem..."<sup>41</sup>*

19  
2  
Ou seja, o interesse pela construção da Barragem, não era só o combate a secas e inundações<sup>42</sup>. Vale ressaltar que os novos proprietários de terras valorizadas, teriam mercado garantido para a cana plantada. Joaquim Ignácio, conclui, seu discurso feito no Senado Federal, em 1936, ressaltando a importância do Vale do Ceará-Mirim e sobre o projeto da barragem:

*"Cumprimos immediatamente o dever de assignalar que no mais importante destes valles referidos, o Ceará-Mirim, está em via de construção (de) uma grande represa com a barragem de Taypú, que será a primeira encaminhada com o fim de disciplinar o regime de aguas de um daqueles rios sertanejos que se desembocam na costa oriental do Rio Grande do Norte. Ignoramos, porém, qual seja a sua capacidade, quaes os motivos que retardam/início de sua construção e quaesquer outros detalhes dessa obra"<sup>43</sup>.*

Explica-se assim, uma consequência imediata: aparecimento repentino das cercas, como relatam os moradores mais antigos da região. Apenas alguns privilegiados tinham conhecimentos da facilidade de tomar a posse em terras devolutas e que a barragem pronta contribuiria com a fertilização das terras ao redor dela, "as várzeas altas de Taipú", que seriam umedecidas.

Correia  
? } Além da própria obra (segunda maior barragem do RN<sup>44</sup>), outra consequência notável reside nas obras de infra-estrutura, em Poço Branco e na região: aeroporto, hotéis, geração de milhares de empregos, além de melhorias na ferrovia e nas estradas de rodagem, facilitando o escoamento da produção das várzeas altas de Taipú, para as usinas de Ceará-Mirim

Mas as consequências sociais não foram boas para a maioria da população, notadamente os mais pobres, lembrando Correia Andrade:

<sup>41</sup> Ibidem, 26-27

<sup>42</sup> "Seccas e Inundações", título do discurso do Sen. Ignácio, no Senado Federal, feito em 1936.

<sup>43</sup> Ibidem, 28.

<sup>44</sup> RN/IDEC, 1997, 40-50: 136 m<sup>3</sup> milhões (considerando a capacidade de acumulação aproximada em m<sup>3</sup> a maior em Açú, 2,4 bilhões e a terceira maior, fica em Parelhas, 85 milhões).

*"A política de construção de açudes merece sérias críticas, quer do ponto de vista ecológico, que do ponto de vista social. Embora não possamos condenar pura e simplesmente a construção de açudes, devemos levar em conta que a construção de grandes represas provoca a formação de imensos lagos que cobrem grande parte da área agrícola de melhor qualidade das margens dos rios: além disso, a utilização da água armazenada nem sempre é feita de forma racional"*<sup>45</sup>

Conseqüência negativa enfatizada recentemente em matéria do jornal Tribuna do Norte<sup>46</sup>,

De 1936, quando do discurso do Senador J. Ignácio, no Rio de Janeiro, a 1963 ano da inauguração da barragem, passaram-se 29 anos. Nos quais eventos históricos como a Segunda Guerra Mundial, fim da ditadura do Estado Novo, entre outros, não permitiram a realização desta obra.

A oportunidade ressurgiu após três grandes intempéries naturais que assolaram o os estados do Nordeste, nesse período: a seca de 1952, as fortes enchentes que inundaram novamente as plantações de cana, em 1954, e a grande seca de 1958. O governo federal, reconhece, então a validade da idéia defendida pelos dirigentes do Rio Grande do Norte sobre a necessidade de construção Barragem de Taipú.

Então, como foi dito anteriormente, o início das obras para a construção da barragem, em 1959, coincide com relatos dos moradores sobre a chegada da cercas, na zona rural de Poço Branco. Hoje, às margens do lago formado só existem grandes fazendas, salvo ma faixa de aproximadamente de cinco quilômetros, onde se situa fica a zona urbana, de Poço Branco, às margens da vazante do açude.

<sup>45</sup> ANDRADE C., 1995, 32.

<sup>46</sup> Tribuna do Norte, Natal. 10 jun. 1999, "Barragem de Poço Branco sofre com o abandono".

#### 4.2 - A CONSTRUÇÃO E AS CONSEQÜÊNCIAS IMEDIATAS

A obra iniciou-se em 1959, no auge dos anos J. K.: "se a questão era falta d'água, tudo se resolveria represando-a em, grandes reservatórios durante a estação de chuvas. Haveria assim, água suficiente na época de estio. Com essa visão, o DNOCS construiu, até 1961, 486 açudes." <sup>47</sup>

Foi batizada de "Barragem Engenheiro José Batista do Rego Pereira", inaugurada, em 1963 mas rompeu-se no ano seguinte. A reconstrução terminou em 1968, no auge do governo militar. Formou numa faixa de terras que se estende por 24 quilômetros "um lago com 136 milhões de m<sup>3</sup> de água, foi necessária que Poço Branco fosse transferida de localização, para cerca de 2 km do lugar original inundado pelas águas da barragem". <sup>48</sup>

Fim das obras, baixou a poeira foi clareando o novo contexto que acontecia em Poço Branco, era o momento de recomeçar a vida, a água inundou o passado e o futuro estava cercado.

Analisando o impacto psicossocial causado pela realocação da cidade, Valêncio capta o seguinte depoimento, no vale do Açú:

*"Numa parte o pessoal foi beneficiado e em outra foi prejudicado porque não teve o retorno do que se tinha nas propriedades agrícolas inundadas, suas vazantes, seus roçados. Na hora que mudaram, ficaram sem emprego, sem trabalho, nada tendo para sobreviver"* <sup>49</sup>

Tais como em outros lugares inundados por barragens, os moradores tiveram que se acostumar, a uma nova vida, numa nova cidade, com um lago enorme ao lado, com a transferência de comunidades rurais, construídas em outros locais como Cântador e Acauã.

Para os moradores da zona urbana, a nova cidade tinha um atrativo, bem desenhada e organizada, ruas largas, centro comercial, escolas..., ao contrário da zona rural, como a comunidade de Acauã, cujos moradores eram ligados a terra, plantavam, tinham uma relação de décadas com a terra e o rio.

Acredita-se ser difícil imaginar ter a sua vida invadida por 136 milhões de metros cúbicos de água "Não imaginamos quão profundamente o coração pode ser ferido." <sup>50</sup>

Os mais prejudicados foram os mais pobres, aqueles que não tinham terras, mas plantavam o roçado nas margens aluviais.

<sup>47</sup> Cenas do Século, 1997.

<sup>48</sup> CAVALHEIRO, 1999, 02.

<sup>49</sup> VALÊNCIO, 1995, 97.

<sup>50</sup> Frase dita por Martha Hoghaug, moradora de Grand Forks, EUA, por ocasião da grande enchente do Rio Vermelho, em 1997.

### 4.3 - AS CONSEQÜÊNCIAS ECONÔMICAS PARA O VALE DO CEARÁ-MIRIM

Os investimentos no Vale aumentaram, principalmente após a segunda inauguração da barragem, em 1968:

7 "a Usina São Francisco de propriedade da Companhia Açucareira Vale do Ceará-Mirim... que é o resultado da junção das duas usinas de açúcar existentes na região até 1970. Usinas estas, que desde sua criação estavam na mãos de famílias que hereditariamente iam passando o comando dos negócios de pai para filho, exercendo ao lado do comando das usinas, o comando da política local." <sup>51</sup>

Ainda em 1970, era grande o contingente de trabalhadores da cidade de Ceará-Mirim envolvida na atividade açucareira, de uma "população economicamente ativa de 10.056 hab., sendo que destes, 6.831 trabalham na agricultura e 920 nas atividades industriais, ligadas à produção do açúcar"<sup>52</sup>.

Dois anos depois, as usinas passam para outras mãos, investe-se em inovações tecnológicas:

"Em 1972, as duas usinas: Ilha Bela e São Francisco, por imposição do Instituto do Açúcar e do Alcool encerram suas atividades como usinas autônomas, sendo todas as canas absorvidas pela Usina São Francisco, requiemada para tal fim, através de financiamentos concedidos pelo IAA a um grupo de fora, que passou a administrar a usina." <sup>53</sup>

Ao que parece a segurança trazida pela barragem, refletem-se nos interesses envolvidos nas obras e terras da região. Pois quatro anos mais tarde, a grande produção de cana-de-açúcar e capacidade de moagem da Usina, demonstra a entrada na era do álcool, "Na safra 1976 - 1977, a Usina São Francisco moeu cerca de 280.000 toneladas de cana, safra maior do que a soma da maior safra de todas as usinas existentes até 1970, no município ... resultado da intensificação do processo sineiro que vem acontecendo no município..." <sup>54</sup>.

Um recorde de produção, comemorado pelos empresários da região.

<sup>51</sup> ANDRADE, 1995, 37.

<sup>52</sup> Ibidem, 32.

<sup>53</sup> Ibidem, 38.

<sup>54</sup> Ibidem, 38.

#### 4.4. AS CONSEQUÊNCIAS SOCIAIS PARA ACAUÃ

Na comunidade de Acauã quando vivia às margens do Rio Ceará-Mirim, cada família tinha sua casa, feita de taipa e 1.500 covas para plantar o seu roçado, de onde tiravam a sua subsistência e negociavam o excedente nas feiras da região. Criavam pequenos animais soltos pela comunidade, viviam sua própria vida, comemoravam suas datas e festejos, como o Boi de Reis (uma variação do Bumba-méu-boi), as festas juninas, pois ficou na memória coletiva a alegria daqueles tempos sem as cercas e sem a barragem.

Terminada a construção da Barragem, enquanto os produtores de cana e os usineiros comemoravam, as águas do Ceará-Mirim foram inundando as terras, engolindo as comunidades rurais e até a cidade de Poço Branco.

O Departamento Nacional de Obras Contra as Secas - DNOCS, construiu uma nova cidade, casas residências, zona comercial, igreja, escolas, tudo novo em 1963. Havia um misto de esperança no futuro, no progresso, no desenvolvimento prometido pelos construtores. A modernidade tinha chegado à Poço Branco.

A agitação foi tanta que o distrito de Poço Branco, conseguiu se transformar em cidade, desmembrando-se de Taipú, mesmo tendo apenas dois representantes na Câmara de Vereadores, ao mesmo tempo que se afogavam o lamento dos saudosistas no discurso do Brasil Grande, o país do futuro, o passado estava afogado.

Mas não foi bem assim. De um lado, a usina e os produtores de cana-de-açúcar comemoravam as safras que batiam todos os recordes do passado, mas na zona rural, onde o lago se formou, as pessoas foram acordando aos poucos para a tragédia. Os moradores de Acauã, foram deslocados para quatro quilômetros das margens da barragem: Senhor Marino Catarino, conta:

*"Os engenheiros queriam acabar com nossa comunidade, eles queriam que a gente fosse morar em Contador ou na cidade. A gente disse que não queria morar com ninguém, o povo de Acauã é o povo de Acauã, aí eu dei a ele dinheiro para comprar novas terras. Nossa comunidade ficou junta, mas não tinha mais 1.500 covas para cada família fazer o seu roçado. As coisas foram ficando difíceis e a comida começou a faltar..."<sup>55</sup>*

Realocados num lugar cujas condições econômicas eram nulas, cercados de fazendas por todos os lados, e ainda por cima os moradores da comunidade tiveram que pagar pelas novas terras, que antes tinham "franca". Pois eles não sabiam que eram terras devolutas, que podiam cercar o lote e registrar em cartório. Além disso, os engenheiros do DNOCS, políticos da região, sabiam e usaram mão-de-obra das próprias comunidades rurais para levantar as cercas.

<sup>55</sup> POÇO BRANCO. Coordenação de Filmagens de Rony Mazzetto e Edvaldo C. Mellegari. Londrina, 1996/1997. 5 horas (sem edição), vídeo VHS, pertencente a videoteca do Núcleo de Estudos Brasileiros.

A fome que antes restringia-se aos períodos de seca, passou a fazer parte do cotidiano da comunidade. Sem terras, a exploração do trabalho nas fazendas vizinhas também chegou. A vida foi afogada nas águas do lago e nas cercas ao lado da "Nova Acauã". Para essas pessoas a mudança representou um retrocesso em seu modo de viver, amplamente registrado na memória coletiva.

As mulheres sofreram mais. Antes usavam suas mãos para fazer panelas, pões e gamelas de barro com argila retirada das margens do rio; suas peças de barro eram famosas pois tinham boa qualidade. Mas agora não trabalham mais o barro, a argila ficou longe. Suas mãos e de seus filhos foram substituídas pelas mãos dos homens, nas casas de farinha, porque os homens foram cortar cana para os latifundiários ou para a usina.

Um dos maiores problemas enfrentados pela comunidade, foi a falta d'água, pois desde 1963 até 1997, não foi instalada uma torneira sequer em Acauã. A labuta diária das tarefas domésticas ficou mais difícil e pesada, Francisca Catarino diz: "*temos que ir buscar água nas latas de 20 litros, a quatro quilômetros de Acauã, lá no açude, é só as mulheres e as crianças que vão buscar água, ou então, ficar esperando o carro pipa, que passa de vez em quando e despeja água no chafariz*"<sup>56</sup>.

É comum, em cidades do interior do Nordeste, a presença de caminhões pipas, pagos pela SUDENE, para levar água às populações do interior. Pois quando o Prefeito Municipal decreta a situação de emergência, agiliza-se a liberação de recursos para levar água às populações flageladas.

Prática registrada pelo Diário de Natal<sup>57</sup>, numa série de reportagens sobre a seca, onde informava: "*que a SUDENE, pagava entre R\$ 1.500,00 a R\$ 2.800,00, dependendo do lugar, por frete*". Em entrevista, o Prefeito atual de Poço Branco, Fernando Cândido<sup>58</sup>, declarou:

*"Eu contratava mão-de-obra no Nordeste para trabalhar nas obras. Trabalhava por empreita, ganhei dinheiro e papai, que era vereador em Poço Branco, me chamou de volta. Disse que queria seus filhos perto dele, que eu vende-se minhas coisas no comprasse um caminhão pipa, para botar na SUDENE. Aí, vim embora ele botou o caminhão na SUDENE, deu certo e aí eu comprei mais dois caminhões e coloquei na SUDENE, também... depois resolvi investir no comércio em Natal..."*<sup>59</sup>.

Acauã reflete bem os efeitos perversos das grandes obras hídricas, não só no Nordeste, mas no Brasil como um todo, a ponto de organizar-se o Movimento Nacional de Atingidos por Barragens, mais conhecido na região Sul do país. Reforça-se assim a exclusão social, nessas comunidades.

<sup>56</sup> Idem.

<sup>57</sup> Registrada numa série de reportagens feita na segunda quinzena de janeiro de 1996.

<sup>58</sup> Morou dois anos em São Paulo, foi mestre de obras na Usina Nuclear de Angra dos Reis, chefe de carpintaria na Itaipú, no Paraná e foi depois transferido para o Iraque.

<sup>59</sup> Entrevista publicada pela ONG Amigos de Poço Branco, em seu informativo, de 1997.

Passados trinta e seis anos, a comunidade não se refez dessa tragédia. Por isso, uma das questões importantes ao se discutir a exclusão social, reside justamente na falta de políticas públicas para essas populações, que por serem pobres, não tem acesso à cidadania, ao contrário dos detentores do poder na região, que foram beneficiados pelas mudanças relatadas.

## *5. CAPÍTULO 5*

### *5. ACAUÃ: DA CONSCIENTIZAÇÃO À ORGANIZAÇÃO SOCIAL*

Após ter contextualizado a história da comunidade e discutido suas características, procurar-se-á, neste capítulo, resgatar o papel desempenhado pelos universitários trazidos pelo Projeto Universidade Solidária e o contato com a comunidade.

### 5.1. O PAPEL DO PROJETO UNIVERSIDADE SOLIDÁRIA

(Não explica)

Sob o ponto de vista dos estudantes que participaram, em 1996<sup>60</sup>, do Projeto Universidade Solidária, o papel principal foi o de possibilitar a vinda, de Londrina no Paraná, para Poço Branco no Rio Grande do Norte. O Boletim Informativo da ONG Amigos de Poço Branco, explica que o PUSOL é:

*"uma contribuição do Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras – CRUB ao Programa Comunidade Solidária, que é coordenado pela Prof<sup>a</sup>. Dra. Ruth Cardoso. Envolve uma grande parceria com as Forças Armadas e empresas públicas e privadas, como a Petrobras, Varig, Fiat, Banco Real, etc.; fundações como a Roberto Marinho, Oswaldo Cruz, Roquete Pinto entre outras, além de várias universidades, em sua maioria públicas"*<sup>61</sup>.

A experiência piloto de 1996, virou um programa governamental, com atuação em quase todos os estados, em parceria com as universidades, partir dos seguintes objetivos iniciais:

- Articular com as universidades o desenvolvimento de programas que valorize, no estudante, o seu sentimento de cidadania, possibilitando a inter-relação entre o modo de vida da população e o conhecimento sistematizado;
- mobilizar estudantes e professores para a participação voluntária e solidária, em ações de combate à pobreza e a exclusão social, direcionada às comunidades municipais;
- estimular a participação da população em ações que valorize o sentido de cidadania;
- incentivar a participação direta da população em experiências, projetos e iniciativas que revertam em melhoria de sua qualidade de vida;
- subsidiar a formação de agentes multiplicadores na comunidade, através de treinamento na área de educação e educação para a saúde<sup>62</sup>.

Universitários de todas as regiões do país, são enviados às regiões carentes do Norte e Nordeste do Brasil: *"ficamos chocados com a realidade social do Nordeste, indignados com o descaso das autoridades governamentais e revoltados com o funcionamento da indústria da seca e da miséria"*<sup>63</sup>.

Avaliando-se a primeira experiência, foram feitas um leque de críticas e sugestões, dentre as quais a falta de condições para os estudantes desenvolverem seus trabalhos; a falta de transporte; equipamentos; aparelhos de televisão e vídeo cassete.

Também, dentro da própria Universidade, alguns professores enxergavam a iniciativa do PUSOL, como a *"divulgação da política neo-liberal do governo FHC"*, pressionando os estudantes que participaram do projeto, através das avaliações e do registro de frequência, prejudicando os acadêmicos.

<sup>60</sup> Em 1996, foi feito o projeto piloto nos 803 municípios mais carentes do Brasil.

<sup>61</sup> ONG Amigos de Poço Branco, 1997, 04.

<sup>62</sup> BRASIL, Programa Universidade Solidária, 1996, 5.

<sup>63</sup> CARVALHO, 1996, 06.

A queixa mais comum, foi a falha apresentada no material didático destinado à juventude: direcionado à adolescentes da classe média urbana, das grandes e médias cidades brasileiras, frequentadores de Shopping Centers e *fast food*, inadequado para a realidade miserável do interior nordestino.

No entanto, deve ser salientado que, no geral, as fitas de vídeo produzidas para o projeto, podem ser consideradas de boa qualidade, possibilitando o desenvolvimento de um trabalho de educação popular, envolvendo a saúde, organização comunitária, cidadania, sexualidade, cultura, etc. Entretanto, não dispensa a criatividade das equipes, ao trabalhar com a realidade concreta.

Considero relevante diferenciar o PUSOL do Projeto Rondon, pois nos anos 70 a universidade envolvida, abria um "campus avançado", numa cidade do interior do Nordeste, Norte ou Centro-Oeste do país, enviava para a cidade recursos humanos: professores, estudantes, pesquisadores e funcionários, que ficam em média seis meses, trabalhando na localidade, colaborando na assistência à população carente.

Por exemplo, através desse projeto a UEL, abriu em 1977, um campus avançado no Ceará, próximo à divisa do Rio Grande do Norte, em Limoeiro do Norte.

Já no caso do Projeto Universidade Solidária, não há essa estrutura "avançada", apenas um grupo composto por dez estudantes de várias áreas, coordenados por um professor ou professora. Enviados para cidades do interior, eles passam cerca de vinte dias, dando palestras, fazendo pequenos exames, debatendo problemas dos idosos, crianças, portadores de deficiência física e adolescentes, sexualidade, educação, organização comunitária.

Em comum dos dois projetos é o apoio logístico oferecido pelas Forças Armadas: a Força Área, transporta os universitários, aqueles que tem mais sorte, viajam de Hércules C-130, avião de transporte de tropas e equipamentos; o Exército, fica responsável para levar as equipes das bases aéreas para o destino de origem e a Marinha, desloca seus navios hospitalares para a Amazônia, com três equipes acadêmicas.

Em caso de algum problema ou acidente envolvendo qualquer integrante das equipes, as forças armadas, tem condições de resgate em poucas horas, até nos locais mais distantes.

As prefeituras locais, por sua vez, ficam responsáveis por alojar e alimentar os universitários, assim como por oferecer estrutura para o trabalho. Professores e estudantes recebem uma bolsa-ajuda no valor de R\$ 250,00 (duzentos e cinquenta reais), concorrem a um prêmio que estimula a criatividade da equipe, no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), oferecidos pelo Banco Real.

Outra diferença é a participação da iniciativa privada, que contribui financeiramente, com combustível para aviões da FAB, com alimentação, camisetas, bonés, etc. Apesar de sua curta duração, ele marca as memórias de quem participa, dele, assim como o fazia o Projeto Rondon.

## 5.2- ORGANIZAÇÃO NÃO GOVERNAMENTAL: UMA IDÉIA DE CIDADANIA

É importante registrar que foram os estudantes da Universidade Estadual de Londrina que, participaram do PUSOL/96, que ao fundar a Organização Não Governamental Amigos de Poço Branco, abriram com a comunidade o debate sobre ongs e cidadania.

Nesse sentido o conceito de organização não governamental trabalhado foi o seguinte:

*"São instituições propriamente privadas, mas sem fins lucrativos (...) seus fins têm características do serviço público, cujos quadros são treinados para pensar, de maneira estratégica, em como atender a demandas sócio-culturais que não são satisfeitas pelo mercado. Apesar de pequenos, tendem a pensar como se fossem grandes. Isto é, são instados a internalizar a pergunta sobre o significado para as políticas públicas de cada projeto em que estejam envolvidos, por mais localizado que este seja. (...) não possuem um caráter representativo."*<sup>64</sup>

Nesse sentido o artigo primeiro do estatuto, da ONG APB, tem a seguinte redação:

*"é uma sociedade civil com personalidade jurídica de direito privado, filantrópica e sem fins lucrativos, com sede e fórum na cidade Londrina, no Paraná, constituída para a finalidade de promover o desenvolvimento sócio-econômico, comunitário, auto-gestionário e auto sustentável do município de Poço Branco, no Estado de Rio Grande do Norte"*.<sup>65</sup>

Definiu-se como objetivos específicos: a) abrir uma sub-sede em Poço Branco; b) desenvolver projetos voltados aos mais necessitados, c) organizar retorno em julho/96 e e) realizar articulações para que se efetivassem ações por parte do governo federal, visando o combate à miséria.

A sub-sede foi aberta em junho de 1997, mas em setembro do mesmo ano foi transformada no Núcleo de Estudos Brasileiros - NEB<sup>66</sup>.

Arrecadando-se contribuições de integrantes da Amigos de Poço Branco, foi desenvolvido um Projeto de Educação de Jovens e Adultos, para 80 pessoas, vinte e cinco das quais na comunidade de Acauã. Cabe registrar que, mais tarde essa iniciativa foi absorvida pelo Projeto Alfabetização Solidária, que hoje alfabetiza 500 pessoas, sendo coordenado por Sergio Adriano Cavalheiro, ex-estudante da UEL.

Dessas articulações, nasceram vários projetos: o Alfabetização Solidária<sup>67</sup>; o Programa de Geração e Renda - PROGER/Banco do Nordeste<sup>68</sup>; o Programa Nacional de Agricultura Familiar - PRONAF.<sup>69</sup>

<sup>64</sup> FERNANDES, 1994, 65-66.

<sup>65</sup> ONG APB, Estatuto Social.

<sup>66</sup> O NEB, foi uma ONG, fundada em Poço Branco, pelos universitários do Paraná que vieram residir em Poço Branco, juntamente com moradores locais.

Também, foi elaborado o Plano de Desenvolvimento Rural de Poço Branco, um dos primeiros do Estado, para que possibilitar o acesso a recursos do PRONAF, para investimentos em equipamentos comunitários, visando melhoria da qualidade de vida.

Nesse sentido é relevante conceituar o que seria o desenvolvimento da cidadania, norteadas por questões relevantes como:

*“Não se trata mais de uma identidade exclusiva de classe, construída segundo a situação sócio-econômica e de inserção de indivíduos e grupos no processo produtivo, mas de uma identidade mais complexa, abrangendo cor, raça, sexo, nacionalidade, idade, herança cultural, religião, culturas territoriais, características sociobiológicas, etc. Causas humanitárias também passaram a agregar as pessoas em entidades. (...) O cenário se amplia quando acrescentamos as formas de sociabilidades do mundo do lazer e do sociocultural, compondo um universo de identidades coletivas muito amplo e diferenciado”<sup>70)</sup>*

É nesse sentido que, os universitários, agora da UFRN, estão procurando trabalhar o conceito de cidadania na comunidade de Acauã e em suas próprias ações do dia-a-dia.

<sup>67</sup> Programa de alfabetização que envolve parceria entre o Governo Federal e a iniciativa privada, articulado a partir do Programa Comunidade Solidária.

<sup>68</sup> Programa criado com recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador, voltado ao financiamento pequenas iniciativas que gerem rendas para desempregados e comunidades carentes. Em Poço Branco, está financiando a infra-estrutura para a Associação de Pescadores.

<sup>69</sup> Programa governamental, voltado para o desenvolvimento da agricultura familiar, associativismo e cooperativismo no campo brasileiro, a partir da elaboração de um Plano Municipal de Desenvolvimento Rural - PMDR.

<sup>70)</sup> Gohn, 1998, 19.

(é o mesmo "criticado")

### 5.3. NÚCLEO DE ESTUDOS BRASILEIROS: LIGAÇÃO COM A COMUNIDADE

Considerando que os objetivos da Amigos de Poço Branco, <sup>?</sup> tinham sido atingidos e também, devido ao total distanciamento entre os núcleos de Londrina e de Poço Branco, este último resolveu, fundar outra organização não governamental, com sede e fórum no RN, podendo assim viabilizar parcerias locais. Nasce então o NEB:

*"O Núcleo de Estudos Brasileiros, é uma sociedade civil com personalidade jurídica de direito privado, filantrópica e sem fins lucrativos, com tempo de duração indeterminada e sede e fórum na cidade de Poço Branco, no Estado do Rio grande do Norte, constituído para a finalidade de promover estudos e colaborar no desenvolvimento sócio-econômico, comunitário, auto-gestionário e auto sustentado do município de Poço Branco e Região, no Estado do Rio Grande do Norte." (?)*

Assim, a proposta do NEB é de ser um instrumento capaz de apoiar e subsidiar o desenvolvimento dos objetivos da comunidade, agindo com o interesse comum de dar continuidade de ações que visem a melhoria da qualidade de vida de populações carentes, especialmente na comunidade de Acauã.

Ao se propor assessorar a comunidade, o NEB fornece quadros que procurarão desvendar os mecanismos que garantem o acesso a política públicas e orientação no tocante ao acesso a fundos públicos, organização comunitária, reconhecimento de direitos civis, participação em conselhos de representação popular, articulações de parceiros (Estados, outras ongs, etc.), dentre outros.

Percebendo a enormidade da tarefa a que se propunha e considerando que processo de legalizar uma entidade é trabalhoso e lento, foi fundamental legalizar o NEB, para viabilizar convênios e realizar parcerias. Hoje, no entanto, o NEB possui: C.G.C., estatuto registrado em cartório, títulos de Utilidade Pública Municipal (Lei n.º 142/98) e Estadual (Lei n.º 7.310/98) seus membros reúnem-se regularmente, está em dia com a Receita Federal e no momento, e elegeu uma nova diretoria, em março de 1999.

Também, foi importante concretizar a parceria com o Núcleo "Nísia Floresta" de Estudos e Pesquisas sobre a Mulher e Questões Sociais de Gênero - NEPAM, o que aconteceu em função da comunidade de Acauã, visto que as duas entidades possuem voluntários atuando com os moradores e por último, dois integrantes do NEB, se dispuseram a prestar assessoria voluntária à Associação de Moradores de Acauã - AMA, visto que a comunidade tinha pedido para fundar a AMA, cujo primeiro presidente é integrante do NEB.

Essa parceria entre NEB, AMA e NEPAM, tem o eixo central no desenvolvimento humano, que será tratado no tópico seguinte.

#### 5.4. DESENVOLVIMENTO HUMANO: MULHER, MEIO AMBIENTE E SEGURANÇA ALIMENTAR

A palavra desenvolvimento é polêmica, pois remete à uma idéia ampla de processo de industrialização, com estradas, automóveis, pontes, viadutos, avenidas, assim como, a abertura das fronteiras agrícolas, a derrubada de florestas (mato) para a criação de milhares de cabeças de gado ou a monocultura intensiva, com o uso dos modernos defensivos e adubos agrícolas.

Tudo isso, acrescido de usinas hidrelétricas, nucleares, refinarias de petróleo, siderúrgicas, gasodutos, shopping centers, bolsa de valores.

Desenvolvimento e progresso econômico são conceituados por Melo como:

*"o processo que consiste em modificações na quantia, natureza e uso dos recursos produtivos e na quantia da produção que se obtém com esses recursos ... idéia do desenvolvimento não partilha a noção de naturalidade e espontaneidade contida na concepção evolucionista nem a de mutação gradual e contínua. Pelo contrário, o desenvolvimento exige transformações profundas e deliberadas, mudanças estruturais e institucionais, um processo descontínuo de desequilíbrios, muito mais do que de equilíbrio."*<sup>71</sup>

Caminhando pelas nossas cidades ou viajando pelo Brasil, percebe-se que esse tipo de desenvolvimento é voltado para o benefício de poucas e muitas vezes respaldado pela ciência e a política, que não leva em conta,

*"O conhecimento de homens miseráveis, de coletividade sem um mínimo de condições para uma vida que se possa dizer humana ou mesmo quase-humana, desperta a sensibilidade de um mundo que, por caminhos diversos deseja ser um mundo solidário. A indiferença sem culpa, pelo desconhecimento, passou a não ter mais lugar, porque o conhecimento passou a ser um fato, bem difundido, pelo progresso da técnica das comunicações. Todos, na sociedade universal, passam a ser bem próximos. E se a infelicidade individual faz o outro sofrer, quanto não faz sobre a infelicidade de massas imensas?"*<sup>72</sup>

Uma situação que precisa ser questionada e sofrer a intervenção dos cidadãos como por exemplo, considero muito significativo o "Concerto para Bangladesh" promovido pelo cantor George Harrison, em 1970, no Madison Square Garden em Nova York, que chamou a atenção para a morte de milhões de seres humanos, de fome como consequência de mais uma guerra.

Não é possível aprofundar-se muito sobre desenvolvimento humano e sustentável, que se preocupa com as questões do meio ambiente, segurança alimentar e mulheres; mas é importante focalizá-las neste trabalho por serem questões que norteiam as ações trabalho que desenvolvidas na comunidade de Acauã:

<sup>71</sup> MELO, 1986, 35.

<sup>72</sup> Ibidem, 37.

Valéry?

"estimular a discussão e a reflexão acerca dos conceitos que norteiam o campo das ações ligadas ao processo de desenvolvimento vivenciado no país, e suas relações com dimensão ambiental, tudo isso numa perspectiva que contemplasse a Mulher e as relações de gênero ... focalizar a mulher como agente e como participante da intervenção e transformação da realidade social e ambiental"<sup>73</sup>.

É uma discussão que tem raízes na contestação do sistema conservador da década de 65/75, se aprofundou na década seguinte, 75/85, declarada pela Organização das Nações Unidas como a Década da Mulher:

"Tanto as questões ligadas às mulheres como as questões relacionadas ao meio ambiente são novas e complexas. As duas são construções sociais, a saber produtos de um contexto específico, historicamente determinado, resultado de um processo de desenvolvimento e engloba de maneira integrada as questões sócio-econômicas, políticas e ecológicas"<sup>74</sup>.

Considerar essas questões no processo de desenvolvimento é levar em conta a própria possibilidade de se preservar o Planeta Terra, e garantir aos seus habitantes condições básicas de qualidade de vida, como moradia, alimentação, educação, identidade cultural, harmonia com a natureza, a certeza de que as próximas gerações terão algo a preservar a cuidar, porque foi deixada à eles essa responsabilidade, indo contra a tendência dominante do consumismo desenfreado. "Afinal, por que crescer, se crescer significa alienar o homem e destruir a natureza?", indaga Valéry<sup>75</sup>

Vários estudos, destaca Valéry, que analisaram a questão no meio rural:

"a chamada modernização agrícola, somatório da mecanização acentuada, dos ganhos de produtividade e da concentração de terras, se fez num contexto profundamente ofensivo ao meio ambiente, ... Esse desenvolvimento foi também restringindo cada vez mais as possibilidades de desenvolvimento das mulheres: o aumento do número de assalariadas rurais, a emergência de diversas formas de assalariamento (permanente ou temporário), a proletarização do campo, foram decorrentes da ampliação da produção agrícola e do crescimento da agroindústria.(...) O declínio da utilização da mão-de-obra feminina na pequena produção familiar, em declínio; o aumento das trabalhadoras rurais; o aumento das famílias chefiadas por mulheres; a queda do padrão alimentar da família: as dificuldades em resolver questões como a guarda das crianças e outros problemas familiares; a existência da dupla jornada de trabalho (no lar e na cana) jamais contabilizada embora socialmente necessária.(...) O uso abusivo e incorreto dos agrotóxicos, o uso igualmente abusivo e incorreto do sistema de irrigação, mostram claramente os limite dos meios e formas de tecnologia utilizada pelas empresas capitalistas rurais e seu impacto social, humano e ambiental."<sup>76</sup>

Não se trata de jogar a responsabilidade da preservação ambiental e da melhoria de qualidade de vida, para as mulheres, mas de tirar a mulher da invisibilidade do processo de

<sup>73</sup> VALÉRY, 1994, 15.

<sup>74</sup> Ibidem, 16.

<sup>75</sup> Ibidem, 17.

<sup>76</sup> Ibidem, 18.

dece...  
1?

desenvolvimento e trazer o seu cotidiano para essa questão e considerá-la como pessoa, agente e capaz de interferir e modificar a realidade, construída socialmente e historicamente por uma hegemônica participação masculina. Entra em cena a questão da segurança alimentar.

*"A segurança alimentar não é só uma questão de produção ou unicamente de distribuição de alimentos. A segurança alimentar poder definida como o acesso contínuo da população aos alimentos em quantidade suficientes para ter uma vida ativa e saudável. Os dois elementos essenciais para isso são a disponibilidade de alimentos e a capacidade para obtê-los."*<sup>77</sup>

De acordo com Presvelou, na América do Sul, 26% da população é subnutrida, no Brasil, o mapa da fome destaca o Piauí com 57% da população exposta à insegurança alimentar.

*"Três tipos de agricultura podem ser encontrados nos países em desenvolvimento: a agricultura tradicional, a moderna e a agricultura sustentável. A tradicional e a vida rural nunca foram tão agradáveis, democráticas e afluentes... Tentar restabelecer essas tradições como modelo para o desenvolvimento agrícola do futuro parece irreal. Mas a observação de velhas práticas agrícolas demonstra capacidade, a criatividade e as habilidades técnicas da população permite uma participação decisiva no seu próprio desenvolvimento. A agricultura moderna, foi um tentativa de solução técnica que deixou sem solução o problema da equidade. Em vários casos a desigualdade entre as famílias aumentava ainda mais em termos de produção de alimentos. A agricultura moderna favoreceu aqueles que já possuam terra fértil, e mais os grandes produtores de arroz e trigo do que os produtores de sorgo e milho.<sup>78</sup> Enfim, tornou-se os agricultores dependentes das companhias multinacionais no abastecimento de sementes, fertilizantes e pesticidas necessários para aumentar a produtividade. A agricultura sustentável é baseada nas técnicas tradicionais de agricultura mista (cultura e animais), rotações de culturas e culturas intermediárias. Valorizando o conhecimento tradicional dos agricultores, utilizar o conhecimento existente e insiste na participação dos produtores no planejamento e execução das soluções propostas. A participação da população constitui justificativa para cursos de treinamento intercâmbio de projetos entre os países do Terceiro Mundo promovidos por Organizações Não Governamentais (ONGs), criando condições para que os parceiros desses países se encontrem, e decidam o que é sustentabilidade nas condições específicas, sociais, econômicas, ecológicas, demográficas e culturais. Não existe estratégia ou tecnologia que seja apropriada para todas as áreas e a decisão da agricultura ecológica deve ser sempre de livre arbítrio do produtor."<sup>79</sup>*

Mesmo não possuindo terras, os moradores de Acauã, tem na agricultura sua principal fonte de trabalho e alimento, mostrado pelo perfil da comunidade; mesmo assim, vale a pena debater a questão da auto-sustentabilidade da comunidade, visando garantir a segurança alimentar

<sup>77</sup> PRESVELOU, 1996, 16.

<sup>78</sup> Presvelou se refere aos produtores do Rio Grande do Sul, no caso do Rio Grande do Norte, em vez de arroz e trigo, favoreceu a cana-de-açúcar e o algodão

<sup>79</sup> PRESVELOU, 1996, 20

independente de serem proprietários de terras, a melhoria da produção dos roçados de subsistência e da produtividade de seus animais.

## 6. CAPÍTULO 6

### 6. A FORMAÇÃO DA ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES DE ACAUÁ - AMA

*"No momento em que a segurança alimentar é vista como estratégia para enfrentar os problemas da fome e da desnutrição, até mesmo por organismos internacionais, o papel do núcleo familiar e particularmente da figura feminina ganha relevância no meio rural parceria nas atividades agrícolas e nos empreendimentos comunitários, a mulher também constitui o eixo da economia doméstica, sem contar sua participação nas tarefas educativas, no cuidado com a saúde e o bem-estar da família."<sup>80</sup>*

---

<sup>80</sup> PRESVELOU, 1996, 22.

## 6.1. - A ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DE ACAUÃ.

A formação e as modalidades de funcionamento da Associação<sup>81</sup> de Moradores de Acauã, representam uma importante conquista para a comunidade.

Pois associação, em Poço Branco, servia para designar uma entidade geralmente fantasma, comandada por um político (vereador, prefeito, eleito ou não), sem registro de prestações de contas, de reuniões, sem o estatuto, sem lista de associado, e até sem sede, no entanto, sempre alimentada com dinheiro público.

A Associação de Moradores de Acauã, não poderia ter esse significado. O debate sobre a necessidade de conscientização e organização se iniciou em janeiro de 1996, se fortaleceu em janeiro de 97, com o mutirão que levou água encanada à comunidade e concretizando em janeiro de 1998, com a fundação da AMA.

Em Acauã, a necessidade de garantir água potável, para todos foi a alavanca da organização. Foi organizado um mutirão para cavar uma vala de 2.800 metros de comprimento, até o distrito de Contador, para trazer a água encanada da rede de abastecimento da CAERN.

*"Quatro dias de trabalho, em sistema de mutirão, foram suficientes para minorar a falta de água no distrito de Acauã, que se arrastava há 34 anos... .. a colaboração de 25 moradores da comunidade, que cavaram o leito da estrada para a instalação dos canos. A ONG organizou e deu apoio logístico ao trabalho. O custo da obra foi de cerca R\$ 600,00 com cola, luvas de canos, combustível, lanches, entre outras pequenas despesas. Os 3 mil metros de canos usados, que foram cedidos pela prefeitura, estavam depositados na Companhia de Águas e Esgoto do Rio Grande do Norte, a mais de um ano. A água foi trazida de Contador para um cisterna, com capacidade para 14 mil litros, onde os caminhões pipa depositavam água no passado. Até então, as mulheres eram obrigadas a carregar água, através de baldes de 20 litros e andar 4 km até a barragem, cuja água é imprópria para consumo"<sup>82</sup>*

Os paranaenses que estavam ali, desconheciam o que significava não ter água "franca", como diz Sr. João Catarino ou à vontade, como se fala no Paraná. No momento em que a água chegou, perceberam a esperança retornar aos olhos daquelas pessoas. Presenciar a dialética histórica "acontecer" na sua frente é uma sensação que não se esquece.

Pode-se concluir que, do momento em que a água invadiu as portas de suas casas, arrombando suas vidas, escravizando-os à indústria da seca, em 1963 ao instante em que ela saiu dos canos, em 1997, foi a maior conquista do povo de Acauã. Elemento que reforça a coesão de grupo e incentiva a sua autonomia e várias formas de participação.

<sup>81</sup> LIMA e BARROSO (1957), associação é "ato de associar; sociedade; reunião de pessoas para um fim comum; (Bot.) conjunto de vegetais de uma mesma espécie cobrindo uma determinada área de terreno, em consequência de condições climáticas, altitude, natureza do solo, etc."

<sup>82</sup> ONG APB, boletim informativo, 1997, 02.

Na comunidade 45 pessoas foram ou estão sendo alfabetizadas. Participaram da elaboração do Diagnóstico para o Plano de Desenvolvimento Rural de Poço Branco, organizaram a recepção, entre julho e agosto de 1997, de três estudantes secundaristas dos Estados Unidos da América, integrantes da ONG Amigos das Américas, que construíram 12 banheiros de alvenaria.

Foi nesse contexto em que os moradores de Acauã, foram gestando, de 96 a 98, a idéia da AMA, que foi fundada em 03 de janeiro de 1998. A eleição da diretoria foi dia 24/01<sup>83</sup>. A comunidade se cotizou e pagou o registro do Estatuto. Em 03/07/98, o governador do Rio Grande do Norte, Garibaldi Alves, sanciona a Lei n.º 7.530/98, de autoria da Deputada Estadual, pelo Partido dos Trabalhadores - PT, Fátima Bezerra, que reconheceu a AMA, como entidade de utilidade pública. Em seus artigos primeiro e terceiro, diz o seguinte:

*"Artigo 01 - A Associação dos moradores de Acauã, é uma sociedade civil com personalidade jurídica de direito privado, filantrópica e sem fins lucrativos, com tempo de duração indeterminada e sede e fórum na cidade de Poço Branco, no Estado do Grande do Norte. Constituída com a finalidade:*

- a) Recuperar a História e a Cultura de nosso Povo;*
- b) buscar soluções para os problemas que afetam a comunidade;*
- c) estimular o desenvolvimento da cidadania e reconhecimento dos direitos do moradores;*
- d) colaborar no desenvolvimento sócio-econômico, comunitário, auto-gestionário e auto-sustentado da comunidade rural de Acauã e do município de Poço Branco e Região, no Estado do Rio Grande do Norte;*
- e) representar os moradores da comunidade nas suas reivindicações junto aos poderes constituídos e a sociedade.*

*Artigo 03 - Para exercer e cumprir suas prerrogativas e deveres, A.M.A. trabalhará em cooperação com organizações governamentais e não governamentais, difundindo seus princípios e métodos de trabalho, em espírito solidário, promovendo medidas pertinentes para o desenvolvimento de ações conjuntas, tais como a celebração de acordos, contratos, convênios, etc."*<sup>84</sup>

Atualmente a direção da AMA, e os moradores estão tendo um curso sobre "Desenvolvimento humano e sustentável", onde um dos temas é o associativismo.

Mas é importante ressaltar que o aprendizado da comunidade, se dá muito no dia a dia, aprendendo a contornar ou enfrentar os obstáculos. Tendo em vista a confiança que os moradores depositam na diretoria da AMA, este é por sua vez tem agido de forma transparente; democrática; as reuniões são abertas com a participação de vários moradores.

*"A partir de um certo momento, quando a mobilização conseguiu reunir um número suficiente de interessados, o movimento formula suas reivindicações.*

<sup>83</sup> A diretoria eleita foi: Presidente, Marino Catarino da Silva; Secretário Geral, Manuel Quirino da Silva e Tesoureiro, Antonio Apolinário da Silva; Suplentes, Sebastião Catarino da Silva, Nazaré Barbosa da Silva e Pedro Gomes da Silva. O Conselho Fiscal, que é eleito separadamente da diretoria ficou assim: Efetivos, Francisca Catarina da Silva, Maria José do Nascimento e Jovino Catarino da Silva; Suplentes, Elói Catarina e Miguel Gomes da Silva.

<sup>84</sup> AMA, Estatuto Social.

*Uma coisa...*

*Estas emanam, sem dúvida das necessidades sentidas pelas categoria social em movimento, mas são formuladas em termos de um discurso ideológico, que é o patrimônio comum do grupo que tomou a iniciativa e, geralmente, retém a liderança do movimento.*<sup>85</sup>

Existe um grupo central, mais disposto a fazer as coisas acontecerem, em benefício de todos. O discurso individualista é mais forte na juventude, principalmente nos adolescentes, ao passo que nas pessoas com mais experiência de vida, a perda de boas oportunidades em sua vivência, bate mais forte o discurso da cooperação a favor do coletivo.

<sup>85</sup> SINGER, 1980, 216.

## 6.2. - OS PROJETOS COMUNITÁRIOS

A vitória obtida pelo funcionamento da creche, estimulou os moradores a discutirem seus problemas e a solução deles: *"Uma vez formuladas as reivindicações, as lutas se desdobram, o número de pessoas que nelas participam cresce, até que vitórias - em geral - parciais são conquistadas."*<sup>86</sup>

Desse debate surgiu a idéia do Programa Vida Melhor em Acauã, que resume as bandeiras de luta da AMA, nos seguintes objetivos:

*"Garantir o desenvolvimento sustentado da comunidade de Acauã através do estímulo de sistemas autogestionários, com transferência de tecnologia, qualificação, acompanhamento e articulação de parceria, visando:*

- 1. Garantir o abastecimento de água e com qualidade para a população;*
- 2. Garantir a melhoria significativa das condições habitacionais da comunidade;*
- 3. Garantir acesso a técnicas para garantir a segurança alimentar das 33 famílias;*
- 4. Promover discussões e ações para articular parcerias nos esforços conjuntos para a geração de renda da comunidade;*
- 5. Promover qualificação da comunidade no gerenciamento e desenvolvimento comunitário;*
- 6. Garantir terra para a comunidade."*<sup>87</sup>

Moradia, segurança alimentar, educação, qualificação, novas tecnologias, desenvolvimento e água, o que deveria ser direitos de cidadania, ainda são reivindicações. Só que as reivindicações são agora encaminhadas à AMA, que em conjunto com a sua assessoria transformam em projetos, que são apresentados à assembléia geral para debates e posterior aprovação. Fazem do parte do Programa os seguintes projetos:

*"Projeto de Legalização e Cidadania, para capacitar a comunidade para conhecer seus direitos e defender seus interesses;*

*Projeto Universidade Cidadã, busca melhorar a qualidade das moradias e do ambiente comunitário;*

*Projeto Água Urgente, melhoria na qualidade de vida, garantindo abastecimento de água de forma sustentável e com qualidade.*

*Projeto de Subsistência e Renda, para a garantia da segurança alimentar e posterior geração de renda, através da construção de galinheiro e sistemas de armazenamento e semi beneficiamento da produção.*

*Projeto de Hortas Comunitárias, para a melhoria na qualidade de produção de subsistência, e possibilidades de renda e utilização de espaços disponíveis.*

*Projeto de Treinamento e Qualificação, para a habilitação no gerenciamento, aquisição e transferência de tecnologia, no e desenvolvimento de capacidades cognitivas necessárias para desempenhar as atividades.*

*Projeto de Integração Regional Comunitária, integração da comunidade no comércio regional de forma competitiva."*<sup>88</sup>

<sup>86</sup> Ibidem, 216.

<sup>87</sup> AMA, Programa Vida Melhor em Acauã, 1998.

<sup>88</sup> Idem, 1998.

*Projeto Lições, busca a avaliação participativa, estudos e pesquisas desenvolvidos por estudantes e professores."*

Desse planejamento simples, novas vitórias surgiram. No tocante à água-a CAERN, após exato um ano de correspondências, telefonemas, conversas com engenheiros e uma audiência com o presidente da empresa, em novembro de 1998, acabou instalando uma torneira em cada casa da comunidade.

No tocante à produção, Acauã precisaria possuir uma casa de farinha comunitária, pois quase todas as famílias possuem alguém que trabalha nas casas de farinha, dos fazendeiros locais que ficam com parte da produção. Mas esse anseio esbarra na falta de terras para plantar, pois não é viável ficar na dependência da produção alheia, para trabalhar:

*"não interessava à elite agrária - exportadora do Estado, a legalização das terras pelo que ela implicaria em conflitos entre pequenos e grandes proprietários, entre posseiros e sesmeiros, ... de qualquer forma, a legislação, acompanhando a orientação Federal, implicava em impedir acesso à terra, por parte da grande parcela da população do Rio Grande no Norte".<sup>89</sup>*

A alternativa encontrada foi desenvolver algo que se adaptasse às condições de espaço local: O Projeto do Aviário Comunitário<sup>90</sup>, cuja principal preocupação é a segurança alimentar. Mas envolve a construção de um galpão para 300 aves de corte; cursos de gestão comunitária, manejo de animais, fabricação de ração, além de quatro bolsas para acadêmicos da UFRN e um estágio.

Enviado ao Programa Comunidade Solidária, foi aprovado e escolhido pelo Conselho do Programa Comunidade Solidária - PCS, como modelo que se der resultados positivos, poderá ser implementado em outras comunidades.

O PCS, sua vez, conseguiu articular os recursos necessários<sup>91</sup>, junto à SUDENE, e Fundação de Apoio ao Desenvolvimento - FADE, da Universidade Federal de Pernambuco.

<sup>89</sup> LIMA H., 1987, 33.

<sup>90</sup> Ver em anexo artigo do Programa Federal de Combate aos efeitos da seca

<sup>91</sup> R\$ 16.935,00

(MEMO COES<sup>ta</sup>)

seca  
seca do  
(Tareya e UFRN)

17  
0°

?

0

## CONCLUSÃO

Conclui-se que é enriquecedor <sup>e</sup> revisitar a história econômica do Vale do Ceará-Mirim, enfatizando a problemática da exclusão social, como resultado de um processo histórico da comunidade rural de Acauã, contextualizando e debatendo esse processo.

Nesse sentido, esse trabalho serve como subsídio para que a comunidade perceba a forma como a sua história, já foi determinada pelas transformações econômicas e políticas a partir da indústria açucareira, do Vale do Ceará-Mirim, cujos interesses e investimentos precisam ser protegidos das inundações.

A pesquisa em fontes primárias, secundária e bibliográficas, também permitiu, condensar, conceitos, informações, dados, pesquisadores, servindo de referencial para novas pesquisas, sobre a comunidade, exclusão social, povos atingidos por barragens, podendo facilitar futuras pesquisas. Além de colocar à disposição dos moradores de Acauã, os fatos que levaram a comunidade à exclusão social, servindo de embasamento para novas reivindicações e ações.

Há que se considerar ainda as limitações para a realização desse trabalho, tais como: o desaparecimento dos documentos sobre barragem, oriundos do antigo DNOCS, a falta de recursos para trabalhar e passar mais tempo junto à comunidade, por exemplo.

Considero ser necessário destacar que o efeito que a troca de experiências entre universitários e a comunidade, criou uma relação que permitiu uma assessoria, que contribui para se desvendar duas realidades, a do "mundo normal" e a da comunidade, permitindo a conscientização não só dos moradores de Acauã, buscando alcançar o exercício da cidadania brasileira, reivindicar seus direitos, queixar-se junto ao Ministério Público, questionando as autoridades locais e participando dos conselhos de representação popular, como o de Desenvolvimento Rural e do Conselho Tutelar da Criança e do Adolescente.

Mas também, conscientização dos estudantes da realidade brasileira e da capacidade de intervenção nessa realidade excludente, é de extrema importância, pois possibilita uma dialogicidade que se reflete a opinião de Lucien Fébvre, sobre o papel da História e da pesquisa:

*"a História é ao mesmo tempo ciência do passado e ciência do presente; é a forma pela qual o historiador atua na sua época, na sua sociedade e deve ajudar a explicar o social no presente (e, assim, auxiliar a preparação do futuro). Isso significa que a escolha de temas de pesquisa histórica deve estar atenta, às prioridades sociais do momento que se vive"<sup>92</sup>.*

Para finalizar, o contato com os moradores de Acauã, foi grande enriquecimento pessoal, tanto na prática histórica, focalizada na percepção do processo excludente, como na construção e percepção dos efeitos dessa intervenção na comunidade e ainda o a crítica cotidiana e o embate

<sup>92</sup> CARDOSO, 1982, 73.

travado, por todos aqueles que buscam mecanismos de romper os muros do conservadorismo que envolve ainda a Universidade brasileira.

Ficará gravada na nossa memória, não só o desgaste e as barreiras proporcionadas por esse conservadorismo acadêmico, mas também o apoio e a colaboração de mestres que se preocupam na prática diária com a situação de nossa gente, como as professoras Françoise Valéry, Mariana de Carvalho, Maria Dulce Alho e Ana Cleide Cesário. Assim como a lembrança da apatia e do conformismo, encontrados em 1996 em Acauã, que aos poucos foram transformados em disposição e capacidade para lutar por seus direitos civis, cultura, por melhoria da qualidade de vida, pela possibilidade de planejar e construir o futuro da comunidade.

Valeu Acauã.

?

?

e

## BIBLIOGRAFIA

ANDRADE, Ilza Araújo Leão de. Condições de trabalho e migração: um estudo de caso da região do Vale do Ceará Mirim. Recife: UFPE, Mestrado em Economia e Sociologia, 1995.

ANDRADE, Manuel Correia de A produção do espaço norte-rio-grandense. Natal: UFRN, 1981.

BRASIL, Programa Universidade Solidária, Brasília, 1996, 5.

CARVALHO, Mariana Josefa de Almeida. Relatório final: Projeto Universidade Solidária: Londrina, UEL, 1996. (relatório).

FERNANDES, Rubem Cesar, Privado porém público: o Terceiro Setor na América Latina. 2ª. Rio de Janeiro: Civicus, 1994.

GOHN, Maria da Glória. O novo associativismo e o Terceiro Setor. Campinas: Serviço Social & Sociedade, n.º 58, Ano XIX - nov. 1998, p. 9-23.

LINDOSO, José Antonio Spinelli. Da oligarquia Maranhão à política do Seridó: o Rio Grande do Norte na Velha República. Natal: CCHLA, 1992.

MELO, João W. Mendes. Economia e promoção na História Social. Natal: Ed. UFRN, 2. ed., 1986.

OLIVEIRA, José L. Góis Exclusão Social: questões conceituais e doutrinárias. O Social em questão, n.º 2, jul. - dez., 1997, p. 17-30.

ONG AMIGOS DE POÇO BRANCO. Equipes 02 e 03 Poço Branco/UEL: Projeto Universidade Solidária. Londrina, UEL, 1997. (relatório).

PRESVELOU, Clio et al. Mulher, família e desenvolvimento rural. Santa Maria, RS: UFSM, 1996.

SINGER, Paul. BRANT, Vinícius C. (org.) São Paulo: o povo em movimento. Petrópolis: Vozes, 1980.

TAKEYA, Denise Monteiro. LIMA, Hermano M. Ferreira. História político - administrativa da agricultura do RN - 1892/1930. Natal: 1987, ? (editora)

VALÊNCIO, Norma Felicidade. Grandes projetos hídricos no Nordeste: sua implicações para a agricultura do semi-árido. Natal: UFRN, 1995.

VALERY, Françoise Dominique. Mulher, Meio-Ambiente e Desenvolvimento: Balanço Crítico. in Anais - III Encontro da Rede Regional Norte-Nordeste de Núcleos de Estudos e Pesquisas sobre a Mulheres e Relações de Gênero. Natal: NEPAM, 1994.

\_\_\_\_\_, Acauã: perfil de uma comunidade. Natal: NEPAM, 1999.

NASAMENTO, Eliana ?

ARENST, Hannah ?

**FONTES E BIBLIOGRAFIA DE APOIO**

ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DE ACAUÃ. Estatuto Social. Poço Branco, 1998.

BOLETIM DA ONG AMIGOS DE POÇO BRANCO. Londrina, 1997, UEL, Número especial: equipes 02 e 03 Poço Branco/UEL: Projeto Universidade Solidária. Londrina: UEL, 1997.

BRASIL, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo 1991. Brasília: 1992.

CAVALHEIRO, Sergio Adriano. Poço Banco Velho: a fé católica e a religiosidade da antiga cidade - 1907/930. Natal: Projeto de pesquisa histórica apresentado à disciplina de História da Cultura, UFRN, 1999.

? CARDOSO, Ciro Flamarion S. Uma introdução à história. 2ª. São Paulo: Brasiliense, 1982.

• FRANÇA, Júnia Lessa. Manual para normalização de publicações técnico científicos. 4ª. Belo Horizonte: UFMG, 1998.

? -HURT, Henry. Uma cidade submersa. Rio de Janeiro: Seleções, jan. 1999.

? -IGNÁCIO, Joaquim Sen. Seccas e inundações: Rio Grande do Norte. Rio de Janeiro; Senado Federal, 1936.

LIMA, Hildebrando de BARROSO, Gustavo (org.). Pequeno dicionário brasileiro da língua portuguesa. São Paulo: São Paulo Editoras, 1957.

NÚCLEO DE ESTUDOS BRASILEIROS. Estatuto Social. Poço Branco/Natal, 1997/1999.

ONG AMIGOS DE POÇO BRANCO. Estatuto Social. Londrina, 1996.

POÇO BRANCO. Coordenação de Filmagens de Rony Mazzetto e Edvaldo C. Mellegari. Londrina, 1996/1997. 5 horas (sem edição), vídeo VHS, pertencente a videoteca do Núcleo de Estudos Brasileiros.

RIO GRANDE DO NORTE, Instituto de Desenvolvimento Econômico e Meio Ambiente. Anuário estatístico do Rio Grande do Norte 1997. Natal: IDEC, vol. 24, 1997.

Tribuna do Norte, Natal. 10 jun. 1999, "Barragem de Poço Branco sofre com o abandono".

TV Cultura, Cenas do Século XX. São Paulo: Fundação Roquete Pinto, 1997.

**ANEXOS**

01 - MAPAS

02 - FOTOS

03 - ESTATUTO E DOCUMENTOS DA AMA

04 - ESTATUTO E DOCUMENTOS DO NEB

05 - JORNAL DA ONG AMIGOS DE POÇO BRANCO

06 - ESTATUTO DA ONG AMIGOS DE POÇO BRANCO

07 - RELATÓRIO DO PROGRAMA POÇO BRANCO

08 - PROJETO PILOTO DE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

## ANEXOS

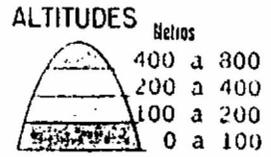
- 01 - MAPAS
- 02 - FOTOS
- 03 - ESTATUTO E DOCUMENTOS DA AMA
- 04 - ESTATUTO E DOCUMENTOS DO NEB
- 05 - JORNAL DA ONG AMIGOS DE POÇO BRANCO
- 06 - ESTATUTO DA ONG AMIGOS DE POÇO BRANCO
- 07 - RELATÓRIO DO PROGRAMA POÇO BRANCO
- 08 - PROJETO PILOTO DE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

0

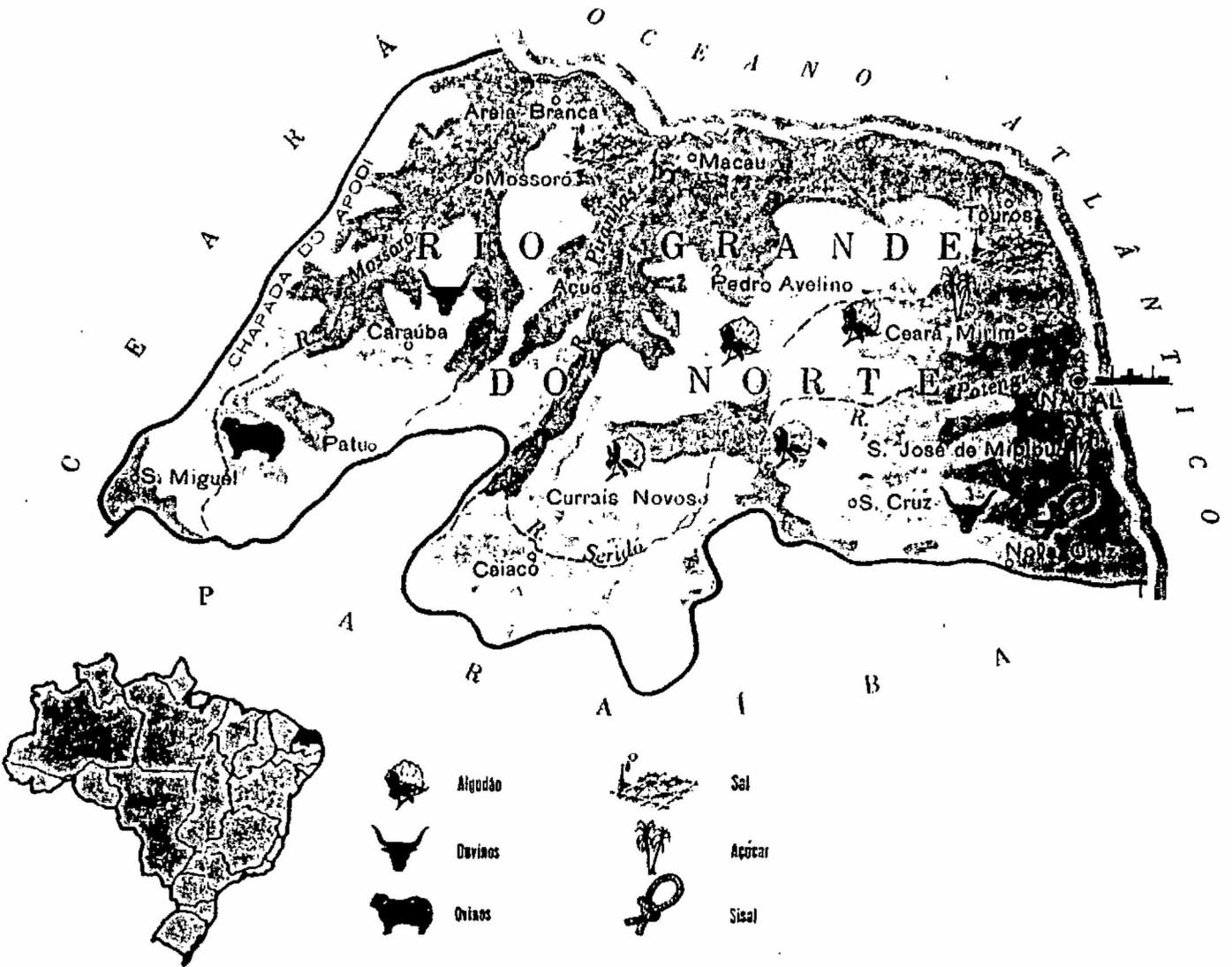
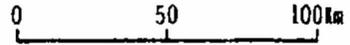


Fonte: Quatro Rodas - Guia de Estradas  
 Editora Abril - São Paulo

**RIO GRANDE DO NORTE**



Área ..... 53 015 km<sup>2</sup>

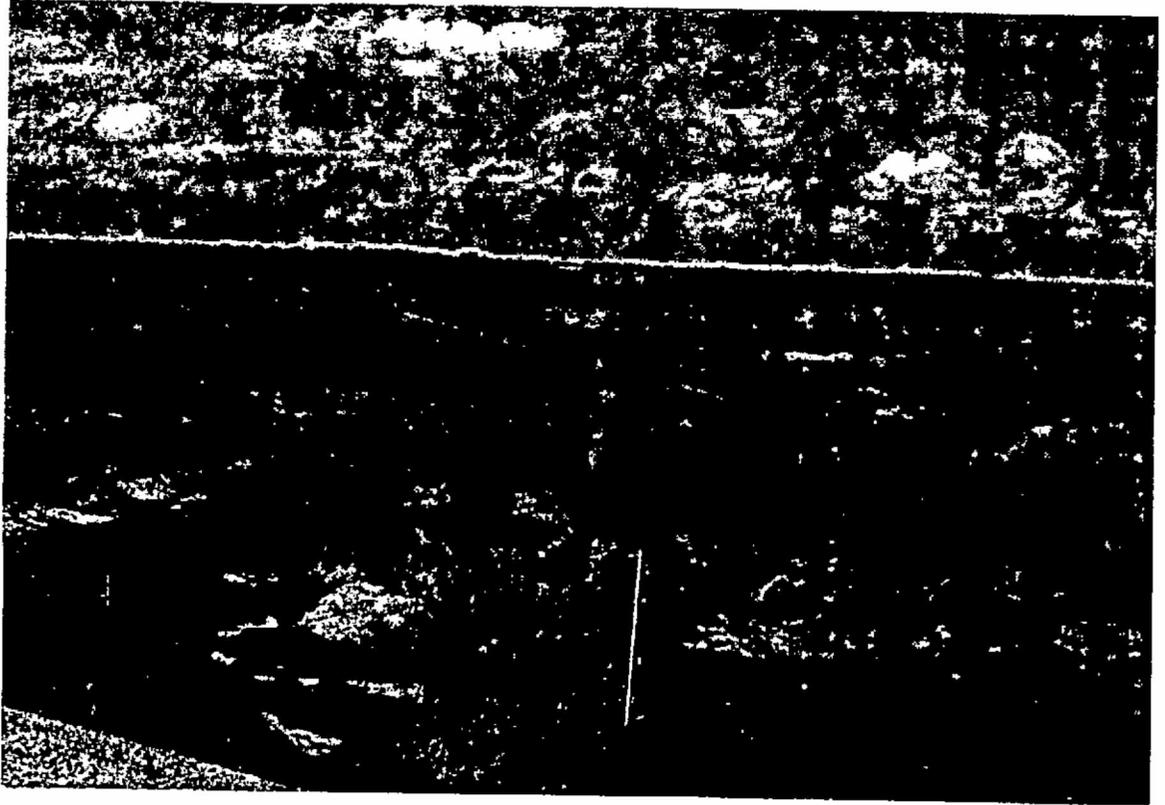


Fonte: Enciclopédia Delta Junior

São Paulo, 1967 ?



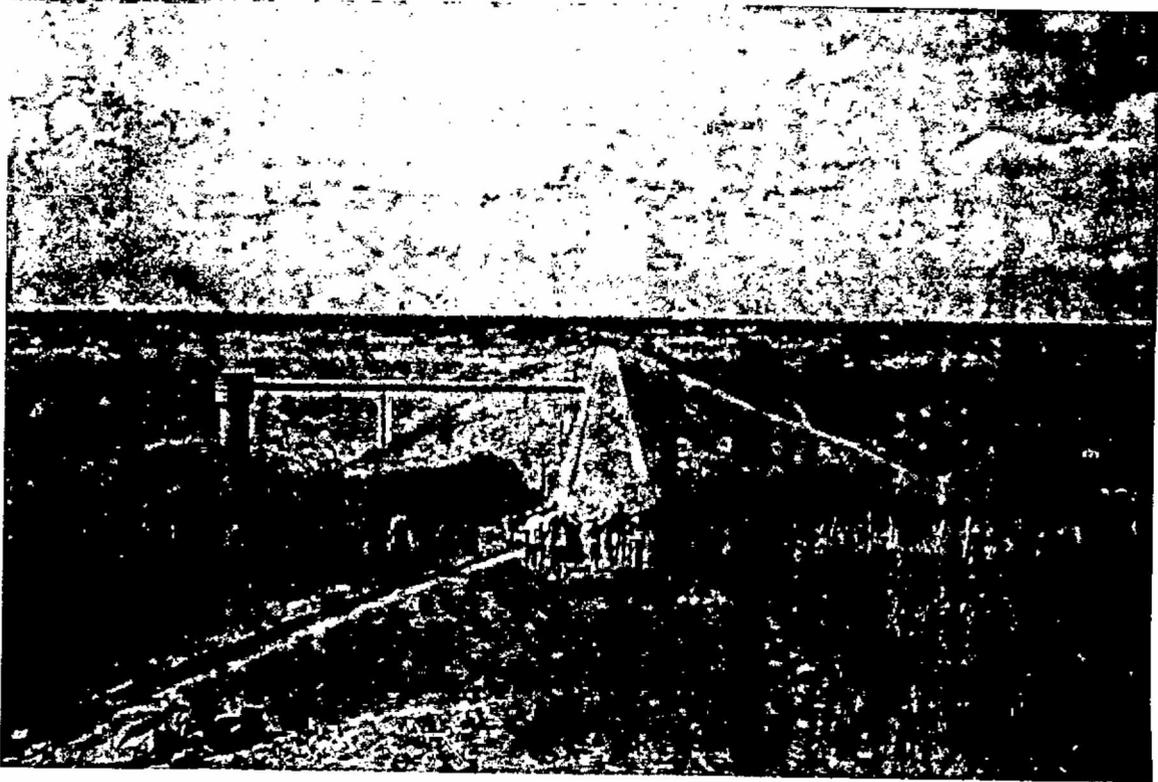
BR-406, próximo à Taipú  
Foto Jair F. Souza - Jan. 96



Rio Ceará-Mirim e as várzeas altas  
Foto tirada do alto da barragem  
em Poço Branco - Jan. 96 (JFS)



Margens do Rio Ceará-Mirim  
entre Poço Branco e Taipú  
Jun. 96 - Rony Mazzeti



Barragem Engenheiro José Batista do Rego  
Pereira - jan. 96 (JFS)



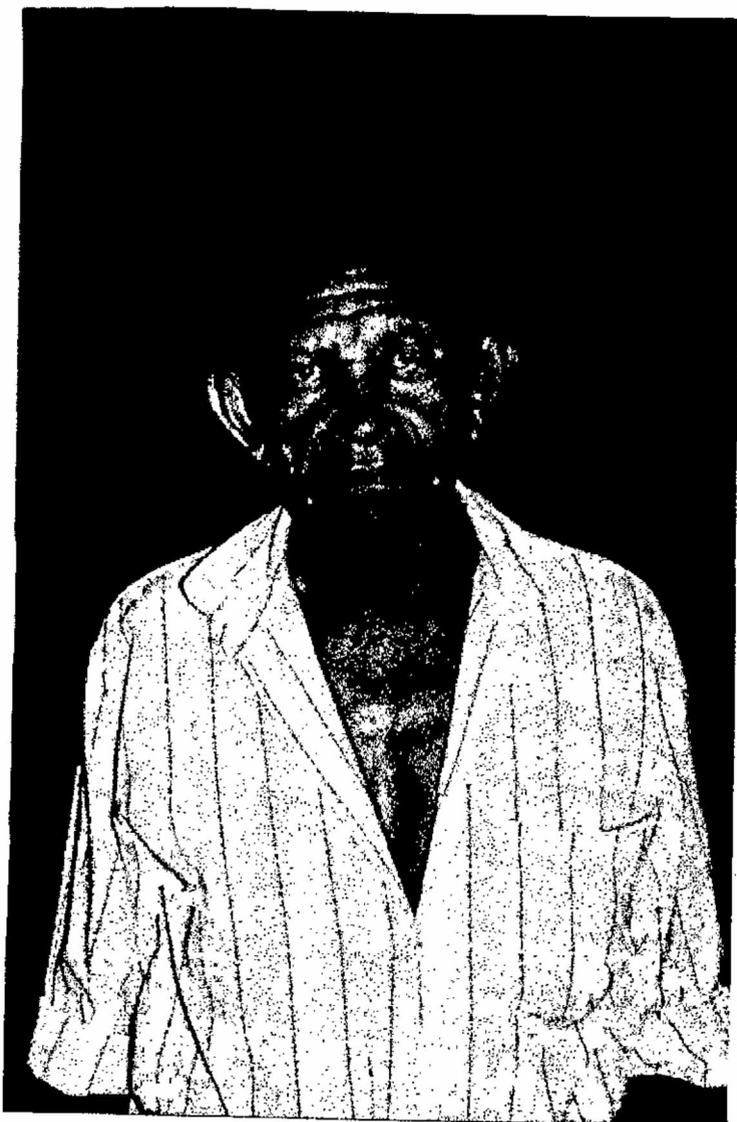
Vista parcial do Lago formado  
jan. 96 (JFS)



CERCAS - jan.96 (JFS)



Recipiente para armazenar  
água, usado em Acauã



Sr. João Catarino

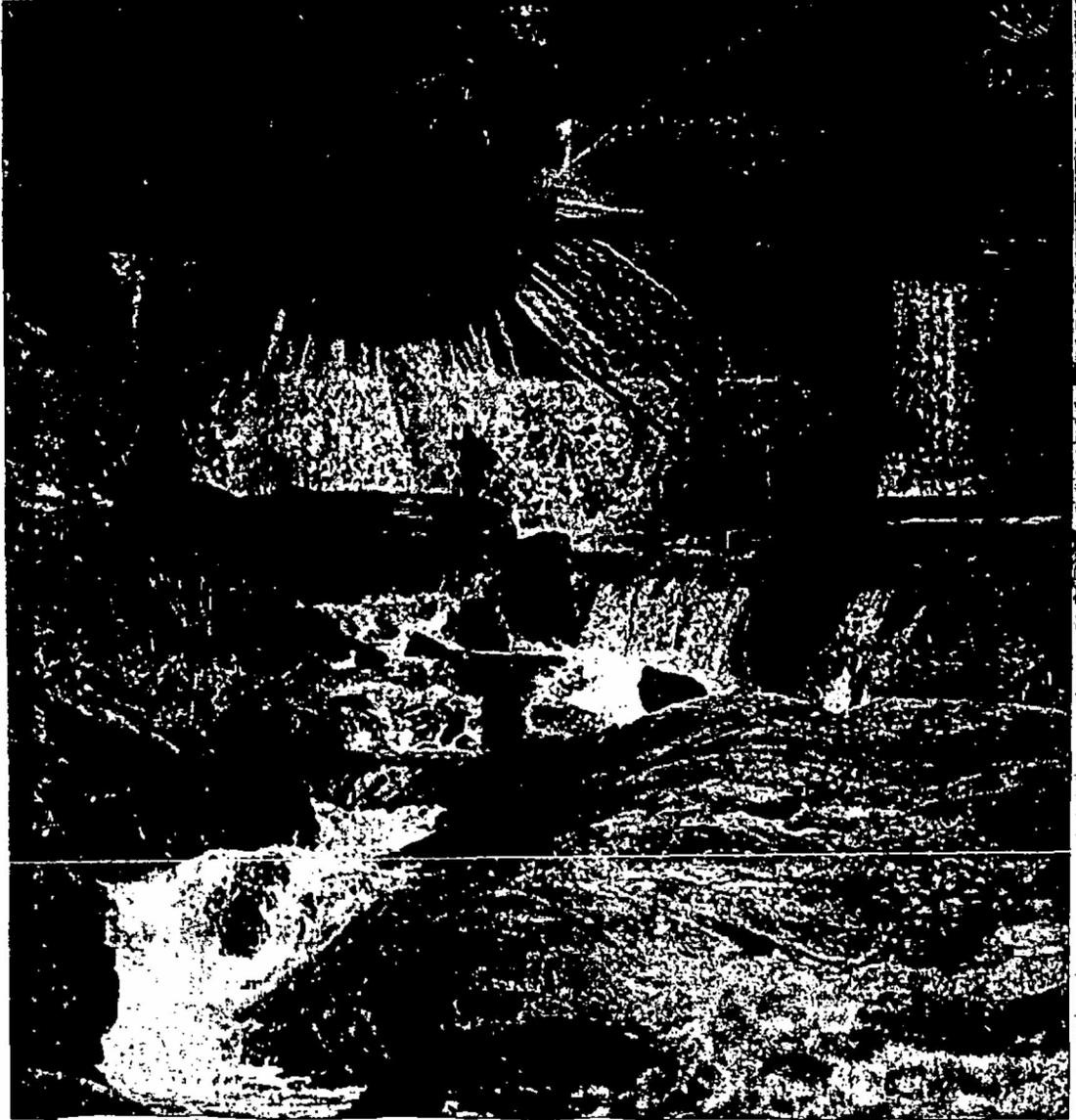
Fev. 97 - Foto Carolina Alcover



Vista parcial de Acauã  
nov. 98 - Foto Ana Cecília

RECURSOS HÍDRICOS Com o abandono, o sistema de comportas das máquinas fica à mercê da ação dos vândalos que já destruíram as vidraças

# Barragem de Poço Branco sofre com o abandono



VLADIMIR ALEXANDRE

SILVIO ANDRADE/REPORTER  
VICENTE NETO/CHEFE DE PRODUÇÃO



**A** barragem do município de Poço Branco, a 54 km de Natal, construída no início dos anos 60 para impedir inundações no Vale do Ceará-Mirim, está totalmente abandonada. As instalações metálicas da torre da casa de máquinas estão enferrujadas, todas as vidraças das janelas e portas encontram-se quebradas, e a tampa de um dos tubos de descarga se desprende. As providências parecem que estão longe de acontecer.

Com o abandono, o sistema de comportas, cujas tampas de acesso e da casa das máquinas estão abertas, fica à mercê da ação dos vândalos, que já destruíram as vidraças. As lâmpadas da parede da barragem também estão todas quebradas. A noite a escumão é total.

No lado das vazantes, além da

ferrugem nas tampas das tubulações de descarga, há pedaços de tubos no pequeno riacho, que foram desprendidos pela falta de manutenção.

A barragem pertencia ao Departamento Nacional de Obras e Saneamento (DNOS), órgão extinto. Segundo o chefe do Distrito do Dnocs no RN, engenheiro Flávio Eduardo Maranhão Madureira, não se sabe a quem pertence a barragem, atualmente, depois que o DNOS foi desativado. No levantamento do patrimônio do órgão, a barragem não entrou na relação de bens e, hoje, nenhum órgão se responsabiliza por ela. O Dnocs tem um estudo para o conserto das comportas, que estão sempre apresentando defeitos, e do sangradouro, mas como não tem nenhum gerenciamento sobre ela, a situação permanece como tal.

Hoje, há vários agricultores que sobrevivem ao longo de sua vazante, além de agropecuaristas instalados nas terras às margens da barra-

gem. Além da pesca, que neste período está escassa, a barragem também é área de lazer para os moradores de Poço Branco, que fazem passeios de barcos e canoa, além do banho numa piscina forma com a água da vazantes.

Construída para impedir inundações no Vale, a capacidade da barragem é de aproximadamente 130 milhões de metros cúbicos, mas ninguém sabe qual a sua capacidade. As comportas da barragem, segundo os moradores da região, são abertas duas vezes por semana, para garantir o volume d'água para as plantações de vazantes.

A TRIBUNA DO NORTE não localizou a pessoa responsável por esse trabalho, no município de Poço Branco. Ele é quem abre as comportas para regularizar a água das vazantes que vai para plantadores e criadores.

IRRIGAÇÃO NO RN FICA AMEAÇADA SE NÃO CHOVER Página 10

**SEM SEGURANÇA** — Instalações metálicas ficam sob ação de vandalismo e nenhuma providência é tomada

Materialize o seu bom gosto.




Móveis Personalizados Laminado. O seu estilo.

**LAMINADO**

INTERIADDES

Av. Cartões Sane. 648 - Tel.: 222 2000

# Projeto de criação de galinha caipira em Acauã

## Vida Melhor em Acauã

Parceria busca o desenvolvimento humano e sustentável de Acauã, no Rio Grande do Norte.

Em 1996, universitários do Paraná que participaram do Projeto Universidade Solidária na cidade de Poço Branco /RN, conheceram a comunidade de Acauã (de origem quilombo) com 166 moradores, vítimas da exclusão social. Jair Ferreira de Souza e Emerson Cenzi, que participaram do projeto, transferiram-se da Universidade Estadual de Londrina, para a Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) e fundaram o Núcleo de Estudos Brasileiros - NEB, que procura colaborar na melhoria da qualidade de vida, via desenvolvimento humano e sustentável de comunidades carentes. Através do NEB, passaram a prestar assessoria voluntária aos moradores de Acauã, estimulando-os a se organizarem. A comunidade resolveu, então, fundar e legalizar a Associação de Moradores de Acauã - AMA, para poder combater as causas da exclusão social.

Conscientes de sua realidade, universitários e moradores buscam ações para transformá-la. Marino Catarino (presidente da AMA) e Antônio Apolinario (ex-aluno do Alfabetização Solidária e tesoureiro da AMA), iniciaram os contatos em busca de parcerias, afirmando que "agora temos esperança de um futuro melhor e a associação será nosso representante".

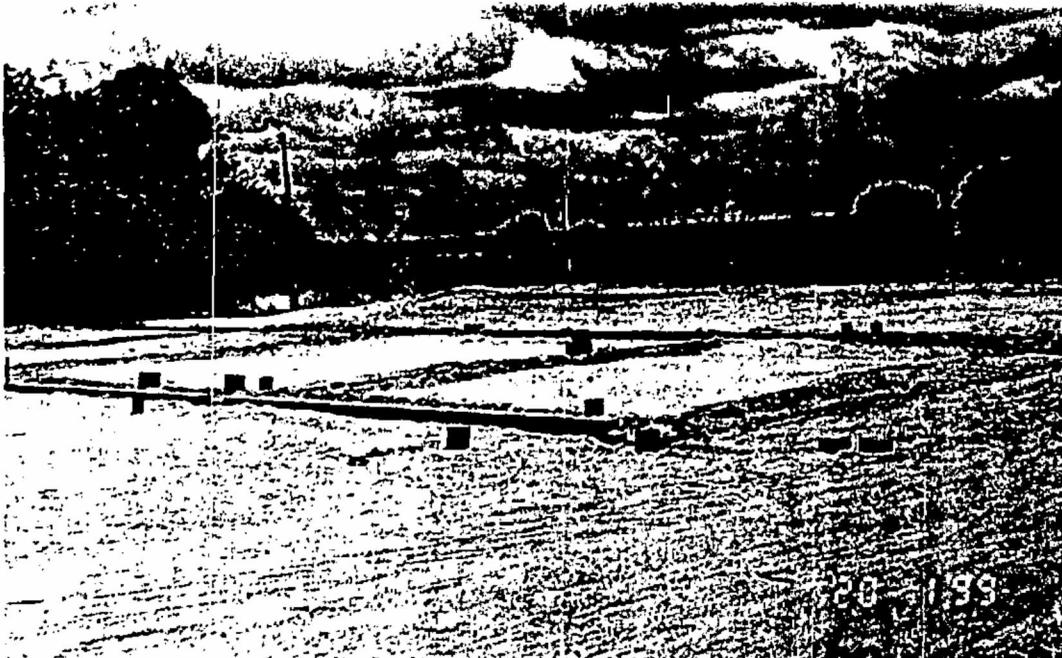




Através do NEB, o Núcleo "Nísia Floresta" de Estudos e Pesquisas sobre a Mulher e Relações Sociais de Gênero - NEPAM da UFRN - começa a colaborar com a comunidade despertando interesse de professoras e outros acadêmicos.

Na comunidade, o desejo geral é a construção de uma casa de farinha comunitária, que se inviabiliza por falta de terras para plantar mandioca, pois a fabricação de farinha é feita na casa do proprietário das terras, causando dependência. Como alternativa, surgiu a construção do galinheiro comunitário.

Aprovado o projeto na comunidade, ele foi encaminhado ao Conselho da Comunidade Solidária, que obteve da SUDENE os recursos necessários - R\$ 16.935,00. Iniciou-se, assim, para o povo de Acauã a conquista de seus sonhos, afogados pela construção de uma barragem em 1963, que inundou o antigo local da comunidade. A construção do aviário viabiliza bolsas e estágio para quatro estudantes da UFRN na comunidade, nas áreas de História, Cooperativismo, Zootécnica e Arquitetura. Estão sendo desenvolvidas atividades como cursos de associativismo e cooperativismo: gestão comunitária e ambiental; questões de gênero; direitos humanos e legislação brasileira, aprendiz de motorista e de pedreiro e a administração do aviário que qualifica jovens, para trabalhar em outros aviários.



A participação nos cursos é aberta a toda a comunidade. Com apoio e estímulo de seus parceiros (NEB, NEPEM, Pastoral da Criança, SUDENE, Conselho da Comunidade Solidária, e Banco do Nordeste), Acauã vem, cada vez mais, se tornando uma comunidade ativa e participativa. Um exemplo foi sua participação na eleição dos representantes da AMA para o Conselho Tutelar da Criança e do Adolescente de Poço Branco e do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural, o que demonstra a preocupação com a concretização de um de seus principais objetivos: a busca da segurança alimentar na comunidade e principalmente o cuidado com 77 crianças da comunidade, que se beneficiarão da produção e venda de carne de galinha caipira. No tocante à mulher e questões de gênero, a NEPAM, com os novos parceiros da comunidade, foi à luta para melhorar a qualidade de vida em Acauã.

Dessa parceria nasceu o Projeto de Aviário Comunitário, que tem a intenção de colaborar na garantia da segurança alimentar dos moradores de Acauã, principalmente das 77 crianças da comunidade, com a produção de carne de galinha caipira.

Também, funcionará como escola, uma vez que outros aviários serão construídos na região, podendo gerar trabalho para jovens qualificados no aviário de Acauã. Além disso, as mulheres da comunidade estarão organizando-se para cuidar voluntariamente do aviário. Essa tarefa será compartilhada, de forma que todas as 34 famílias possam ter alguém colaborando na gestão do aviário.

O projeto de Capacitação e Geração de Renda se insere em um Programa que está sendo elaborado pela AMA e seus parceiros. O objetivo é mostrar concretamente que, ao trabalharem juntos, estudantes, universitários e as comunidades carentes, atuando através das ONGs, comunidades de brasileiros podem resgatar sua dignidade, seus direitos e sua esperança no futuro.

# ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES DE ACAUÃ

COMUNIDADE RURAL DE POÇO BRANCO - RN

# ESTATUTO SOCIAL

ARTIGO 43 - O  
em todo o tempo  
deve principal  
pertinência para  
acordo, contrato

ARTIGO 44 - O  
deve de acordo  
de acordo com o

**POÇO BRANCO - R. N.  
JANEIRO - 1998**

ARTIGO 45 - O  
deve de acordo  
de acordo com o  
de acordo com o

# ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DE ACAUÃ

COMUNIDADE RURAL DE POÇO BRANCO - RN

## ESTATUTO SOCIAL



### CAPÍTULO I

#### DA ASSOCIAÇÃO

**ARTIGO 01** - A Associação dos Moradores de Acauã, é uma sociedade civil com personalidade jurídica de direito privado, filantrópica e sem fins lucrativos, com tempo de duração indeterminada e sede e fórum na cidade de Poço Branco, no Estado do Rio Grande do Norte, constituída com a finalidade:

- a) Recuperar a História e a Cultura de nosso Povo;
- b) buscar soluções para os problemas que afetam a comunidade;
- c) estimular o desenvolvimento da cidadania e reconhecimento dos direitos dos moradores;
- d) colaborar no desenvolvimento sócio-econômico, comunitário, auto-gestionário e auto-sustentado da comunidade rural de Acauã e do município de Poço Branco e Região, no Estado do Rio Grande do Norte;
- e) representar os moradores da comunidade em suas reivindicações junto aos poderes constituídos e a sociedade;

**PARÁGRAFO ÚNICO** - Doravante a Associação de Moradores de Acauã, será referida neste estatuto como A.M.A.

**ARTIGO 02** - Atendidas as regras que este estatuto vier a estabelecer a A.M.A. observará os princípios de: Igualdade, Democracia, Impessoalidade, Publicidade, Tolerância, Respeito, Consenso, Moralidade, Responsabilidade, Paz, Ética, Solidariedade, Autonomia, Justiça, Fraternidade, Cidadania, Organização, Transparência, Honestidade, Harmonia, Humanismo, Cooperação, Comunicação, Ampla Defesa do Contraditório e a Interrelação.

**ARTIGO 03** - Para exercer e cumprir suas prerrogativas e deveres, a A.M.A. trabalhará em cooperação com organizações governamentais e não governamentais, difundindo seus princípios e métodos de trabalho, em espírito solidário, promovendo medidas pertinentes para o desenvolvimento de ações conjuntas, tais como a celebração de acordos, contratos, convênios, etc.

**ARTIGO 04** - Serão admitidos no quadro social todos os moradores, proprietários ou não de imóveis, da comunidade rural de Acauã e adjacências, que dela queiram fazer parte.

**ARTIGO 05** - São direitos e deveres dos associados:

- a) observar as normas estatutárias, principalmente seus princípios;
- b) propor, debater e votar nas reuniões do Sistema Diretivo ou Assembléia Geral, as medidas que julgar conveniente aos interesses da A.M.A.;
- c) votar e ser votado para cargos eletivos.

**ARTIGO 06** - É dever do associado:

- a) promover o fortalecimento da A.M.A., criticando construtivamente e participando dos projetos a serem desenvolvidos;
- b) observar e exigir o cumprimento dos dispositivos deste estatuto.



**ARTIGO 07** - O associado, quando cometer desrespeito ao estatuto ou decisões dos órgãos deliberativos, está sujeito a penalidade de advertência, suspensão ou eliminação do quadro social, cabendo a diretoria executiva a dosagem e aplicação da pena conforme a gravidade que passará a surtir seus efeitos, inclusive para fins de recursos, a partir de sua comunicação por escrito ao mesmo.

## **CAPÍTULO II**

### **DO SISTEMA DIRETIVO E DA DIRETORIA EXECUTIVA**

**ARTIGO 08** - O Sistema Diretivo é constituído dos seguintes órgãos:

- a) Diretoria Executiva, composta de 03 (três) membros;
- b) Corpo de Suplentes, composto de 03 (três) membros;
- c) Conselho Fiscal, composto de 03 (três) membros e 02 (dois) suplentes;
- d) um representante de cada comissão que vier a ser formada;
- e) Conselho dos Conselheiros.

**PARÁGRAFO ÚNICO** - Os integrantes do Sistema Diretivo da A.M.A., respondem subsidiariamente pelas obrigações assumidas pela Associação de Moradores de Acauã.

**ARTIGO 09** - Compete a Diretoria Executiva, composta pela Presidência, Secretaria Geral e Secretaria de Finanças:

- a) Representar a A.M.A., podendo nomear mandatários;
- b) convocar os demais órgãos deliberativos;
- c) elaborar em conjunto com o Sistema Diretivo:
  - 1. os planos anuais de ação e o orçamentário;
  - 2. os balanços anuais: financeiro e patrimonial;
- d) solicitar e reunir relatórios e análises sobre o desenvolvimento de atividades da A.M.A.;
- e) contratar assessorias para a A.M.A.;
- f) representar a A.M.A. ativa, passiva, judicial e extrajudicialmente;
- g) organizar os serviços comunitários, voluntários e mutirões;
- h) prestar apoio para o funcionamento das comissões definidas pela comunidade.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** - A representação da Diretoria Executiva caberá automaticamente ao presidente em exercício, podendo ser cassada, total ou parcialmente, por tempo determinado ou indeterminado, através de decisão de 2/3 (dois terços) dos membros integrantes do referido órgão.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** - A Diretoria Executiva, por decisão de pelo menos 2/3 (dois terços) de seus integrantes, poderá restringir ou extinguir as atribuições de quaisquer de seus membros, sendo que tais decisões só terão eficácia jurídica após referendadas pelo Sistema Diretivo.

**ARTIGO 10** - A A.M.A., através da Diretoria Executiva, poderá firmar contrato de trabalho, de prestação de serviços e ou de voluntariado.



**ARTIGO 11 - A Presidência compete:**

- a) representar a A.M.A.;
- b) preferencialmente, presidir as reuniões, assembléias gerais, encontros e congressos;
- c) coordenar, orientar e responder pela execução das atividades atribuídas aos órgãos do Sistema Diretivo;
- d) iniciar processos eleitorais, na forma e nos casos previstos neste estatuto;
- e) assinar documentos inerentes à própria pasta ou às demais.

**ARTIGO 12 - A Secretaria Geral compete:**

- a) substituir o presidente;
- b) preferencialmente, secretariar as reuniões, assembléias gerais, encontros e congressos convocados pela A.M.A.
- c) elaborar as súmulas, atas, relatórios, resoluções, editar o calendário geral de atividades da A.M.A., distribuindo-os aos diretores e associados;
- d) solicitar e reunir relatórios e análises sobre o desenvolvimento de atividades dos órgãos do Sistema Diretivo;
- e) executar os serviços de notificações e correspondências;
- f) juntamente com a coordenação ou com o secretário de finanças, assinar balanços, cheques e demais títulos de crédito;
- g) organizar e manter em ordem os arquivos e documentos da A.M.A.;
- h) ler a correspondência recebida pela A.M.A.

**ARTIGO 13 - Ao Secretário de Finanças compete:**

- a) assegurar os recebimentos dos créditos da A.M.A., conferindo-os por ocasião dos pagamentos respectivos;
- b) compor, anualmente, balancetes financeiros da A.M.A.;
- c) elaborar relatórios resumidos da situação financeira da entidade para assegurar informações atualizadas aos membros da diretoria executiva e aos demais órgãos do Sistema Diretivo;
- d) coordenar a elaboração, anual, do plano orçamentário e do balanço financeiro da A.M.A.;
- e) assinar documentos inerentes à pasta, juntamente com a presidência ou, na ausência deste, com o secretário geral, entre os quais, balanços, cheques e demais títulos, de crédito;
- f) a gerência patrimonial e financeira;
- g) responder pela área de recursos humanos;
- h) administrar a utilização de bens ou instalações da A.M.A.

**ARTIGO 14 - O corpo de suplentes da A.M.A. é constituído de 05 (cinco) membros, sendo 03 (três) da Diretoria Executiva e 02 (dois) do Conselho Fiscal.**

## **CAPÍTULO III**

### **DO CONSELHO FISCAL**

**ARTIGO 15- Compete ao Conselho Fiscal:**

- a) Reunir-se ordinariamente, semestralmente, para discutir os planos anuais de ação, orçamentário e os balanços anuais financeiros e patrimoniais;



- b) reunir-se extraordinariamente a qualquer tempo para fins de fiscalização;
- c) escolher entre seus integrantes um secretário.

**ARTIGO 16** - A eleição para o Conselho Fiscal e seus suplentes será distinta da eleição do Sistema Diretivo, devendo ser observado o Capítulo VII deste Estatuto.

## **CAPÍTULO IV**

### **DO CONSELHO DE CONSELHEIROS**

**ARTIGO 17** - O Conselho de Conselheiros será composto por todas as pessoas maiores de 60 anos, que quiserem participar.

**PARÁGRAFO ÚNICO** - O Coordenador do Conselho de Conselheiros será sempre seu membro de maior idade.

**ARTIGO 18** - Se reunirá sempre que seu Coordenador ou maioria de seus membros convocarem.

**ARTIGO 19** - Compete ao Conselho de Conselheiros:

- a) Reunir-se e discutir as decisões da Diretoria Executiva;
- b) apreciar os relatórios de atividades, balanços e planos a serem desenvolvidos;
- c) falar nas Assembléias Gerais sobre os assuntos em pauta;
- d) tomar conhecimento das nomeações, convênios, contratos, etc., feitas pela Diretoria Executiva;
- e) caberá ao Conselho decidir, em última instâncias as questões não resolvidas na Assembléia Geral;
- f) participar das reuniões da Executiva e das Comissões;
- g) colaborar no desenvolvimento das propostas aprovadas pela comunidade;
- h) zelar pela harmonia na comunidade;
- i) discutir os problemas dos idosos;
- j) cooperar com a comissão de História e Cultura;
- k) reunir-se todas as vezes que o Presidente da Associação ou maioria dos órgãos deliberativos, acharem necessário.

## **CAPÍTULO V**

### **DO ABANDONO E PERDA DO MANDATO**

**ARTIGO 20** - Ocorrerá o abandono de cargo quando o seu ocupante deixar de exercer injustificadamente as funções respectivas por 30 (trinta) dias ou ausentar-se, também injustificadamente, de pelo menos 3 (três) reuniões, nas quais, por força deste estatuto, deveria ter comparecido.

**ARTIGO 21** - A perda de mandato ocorrerá em caso de:

- a) renúncia ao cargo;



- b) eliminação do quadro social;
- c) abandono do cargo.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** - A perda do mandato ocorrerá automaticamente, nos casos das alíneas "a" e "b"; e com o trânsito em julgado, da penalidade ou da declaração, no caso da alínea "c" e artigo 16.

**ARTIGO 22** - Por deliberação de pelo menos 2/3 do Sistema Diretivo, poderá haver remanejamento de cargo.

## **CAPÍTULO VI**

### **DO SISTEMA DELIBERATIVO**

**ARTIGO 23** - São órgãos do Sistema Deliberativo:

- a) a Diretoria Executiva;
- b) o Sistema Diretivo;
- c) a Assembléia Geral e o
- d) Conselho dos Conselheiros.

**ARTIGO 24** - As decisões dos órgãos deliberativos serão tomadas por maioria simples dos presentes.

**ARTIGO 25**- A Diretoria Executiva deverá se reunir, em sessão ordinária, uma vez por mês e extraordinariamente, sempre que a maioria de seus membros ou o secretário geral convocar.

**PARÁGRAFO ÚNICO** - De suas decisões definitivas é cabível recurso para o Sistema Diretivo, sem efeito suspensivo.

**ARTIGO 26**- O Sistema Diretivo deverá se reunir, em sessão ordinária, semestralmente, ou extraordinária, sempre que for convocado pela maioria de seus membros ou pela maioria dos componentes da Diretoria Executiva.

**ARTIGO 27** - Compete ao Sistema Diretivo, como órgão de deliberação política;

- a) promover congressos, debates e outras atividades afins;
- b) decidir sobre questões administrativas, em grau de recurso; e
- c) deliberar a respeito de assuntos especificamente previstos.

**PARÁGRAFO ÚNICO** - Os recursos serão decididos na primeira reunião do Sistema Diretivo, verificada logo após sua interposição.

**ARTIGO 28** - Qualquer decisão só será válida na hipótese de participarem da reunião do Sistema Diretivo, a maioria de seus integrantes, sendo cabíveis recursos para a Assembléia Geral.

**PARÁGRAFO ÚNICO** - Se o recurso for improvido, o recorrente indenizará a A.M.A., as despesas com a realização da Assembléia Geral, especialmente convocada, "ad referendum" dessa mesma assembléia.



**ARTIGO 29** - A Assembléia Geral é soberana em suas decisões nos termos deste estatuto.

**ARTIGO 30** - A Assembléia Geral deverá se reunir em seção ordinária ou extraordinária sempre que:

- a) for convocada por 25% (vinte e cinco por cento) dos associados, mediante abaixo-assinado dirigido a Secretaria Geral;
- b) pela maioria dos membros do Sistema Diretivo ou pela maioria dos componentes da Diretoria Executiva.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** - Excetuando as Assembléias eleitorais, de apreciação do planos orçamentário, financeiro e do balanço patrimonial, as demais são extraordinárias.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** - A Assembléia Geral realizar-se-á com o quorum mínimo de maioria simples, em primeira convocação, ou então com 15% (quinze por cento) dos associados uma hora após a primeira convocação.

**ARTIGO 31** - Compete a Assembléia Geral:

- a) fixar contribuições aos sócios;
- b) decidir os recursos interpostos contra decisões do Sistema Diretivo;
- c) eleger o Sistema Diretivo e o Conselho Fiscal;
- d) demais questões especificamente previstas.

**PARÁGRAFO ÚNICO** - Serão sempre tomadas por escrutínio secreto, as decisões concernentes aos seguintes assuntos:

1. eleição de associado para cargo de direção;
2. eleição de associado para cargo no Conselho Fiscal;
3. tomada e aprovação das contas da diretoria;
4. julgamento dos atos do Sistema Diretivo, relativos a penalidades e perda do mandato.

## **CAPÍTULO VII**

### **DO PATRIMÔNIO**

**ARTIGO 32** - Constitui patrimônio da A.M.A. destinado a seus fins:

- a) as contribuições pagas pelos sócios;
- b) as subvenções, auxílios, doações de pessoas físicas ou jurídicas, estas públicas ou privadas, nacionais ou internacionais;
- c) os bens de qualquer natureza que possua ou vier a possuir;
- d) as rendas de qualquer espécie a ela atribuídas.

**ARTIGO 33** - A venda e o comodato de bem imóvel dependerão de prévia aprovação da assembléia geral, especialmente convocada para esse fim.

**ARTIGO 34** - No caso de dissolução da A.M.A., seu patrimônio, será destinado primeiramente para as crianças residentes em Acauã, ou ainda para entidades ou instituições afins de cunho filantrópico, governamentais ou não governamentais, desde que atuem em Acauã, Poço Branco ou no Rio Grande do Norte.



**PARÁGRAFO ÚNICO** - Para validar a decisão deste artigo, ela deverá ser decidida em Assembleia Geral específica, por escrutínio secreto, e ainda assim na hipótese de participarem pelo menos a maioria absoluta dos associados.

## **CAPÍTULO VIII**

### **DAS ELEIÇÕES**

**ARTIGO 35** - Os membros do Sistema Diretivo e do Conselho Fiscal, serão eleitos em processo eleitoral único, anualmente, de conformidade com o regimento eleitoral, observados os princípios estatutários e a legislação vigente.

**PARÁGRAFO ÚNICO** - No caso de inscrição de mais de uma chapa, será respeitada a proporcionalidade qualificada, obtida de acordo com a quantidade do votos de cada chapa.

**ARTIGO 36** - As eleições serão realizadas dentro do prazo máximo de 60 (sessenta) dias e mínimo de 30 (trinta) dias que anteceder ao término dos mandatos vigentes, devendo ser convocadas com antecedência máxima de 60 (sessenta) dias e mínima de 30 (trinta) dias, da data da realização do pleito, por edital, elaborado de acordo com os princípios estatutários.

**ARTIGO 37** - É eleitor todo o associado que na data da eleição tiver:

- a) pelo menos 16 anos e
- b) quitado as contribuições até 02 (dois) dias antes do início das eleições.

**ARTIGO 38** - Não pode ser eleito para cargo do sistema diretivo:

- a) quem houver lesado o patrimônio público ou de qualquer entidade;
- b) quem integrar a comissão eleitoral, excetuados os representantes da chapa.

**ARTIGO 39** - O processo eleitoral será coordenado e conduzido por uma comissão constituída de 03 (três) pessoas, eleitas em assembleia geral ordinária (presidente, vice-presidente e secretário), além de 01 (um) representante de cada chapa.

**ARTIGO 40** - Compete à Comissão Eleitoral:

- a) elaborar o regimento eleitoral, observando-se o disposto neste Estatuto;
- b) decidir sobre os recursos eleitorais e as impugnações de candidatura.

**ARTIGO 41** - O mandato da comissão eleitoral extingui-se-á com a posse do Sistema Diretivo eleito.

**ARTIGO 42** - A validade da eleição independe do número de votantes.

**ARTIGO 43** - Havendo vacância de cargo, o Sistema Diretivo poderá decidir por realização de eleições complementares, a ser procedida na forma do regimento eleitoral aprovado em Assembleia Geral.

## **CAPÍTULO IX**

# DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS



**ARTIGO 44** - Eventuais alterações deste estatuto só serão válidas se, em Assembléia Geral específica, forem aprovadas por mais de 30% (trinta por cento) dos associados.

**ARTIGO 45** - Este estatuto entrará em vigor na data de seu registro, após ter sido aprovado na Assembléia Geral.

**ARTIGO 46** - O presente estatuto passará por revisão no prazo máximo de um ano, a contar de seu registro.

Acauã / Poço Branco - RN, 24 de janeiro de 1998.

*Aderbal Ferreira da Silva*  
DR. ADERBAL FERREIRA DA SILVA  
OAB/RN 2711

*Jair Ferreira de Souza*

JAIR FERREIRA DE SOUZA  
PRESIDENTE DA ASSEMBLÉIA

*Emerson Inácio Cenzi*  
EMERSON INÁCIO CENZI  
SECRETÁRIO DA ASSEMBLÉIA

*Maurino Catarino da Silva*

MAURINO CATARINO DA SILVA  
PRESIDENTE ELEITO

*Manuel Quirino da Silva*

MANUEL QUIRINO DA SILVA  
SECRETÁRIO GERAL - ELEITO

*Antonio Apolinário da Silva*  
ANTONIO APOLINÁRIO DA SILVA  
TESOUREIRO - ELEITO

*Manuel Quirino da Silva*  
MANUEL QUIRINO DA SILVA  
*Manuel Gomes da Silva*  
MANUEL GOMES DA SILVA





2º OFÍCIO DE NOTAS  
CGC/MF 08.566.168/0001-70  
MARLUCE OLÍMPIO FREIRE  
TABELLÃ  
CLECIA ALVES FREIRE  
MARINALDO CASSIANO DE OLIVEIRA  
KARINA OLÍMPIO FREIRE  
SUBSTITUTOS  
Av. TAVARES DE LIRA, 85 FONE 222-2220  
CEP 59012-050 - NATAL / RN



## CERTIDÃO

**MARLUCE OLÍMPIO FREIRE**, Tabelã Pública do Segundo Ofício de Notas desta cidade de Natal, capital do Rio Grande do Norte, com Privatividade do Registro de Títulos e Documentos e Pessoas Jurídicas na forma da Lei, etc.

**CERTIFICO**, em razão do meu ofício, a pedido verbal de pessoa interessada, que os estatutos da **ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DE ACAUÃ**, com sede e foro na cidade de **POÇO BRANCO**, no Estado do Rio Grande do Norte, foram inscritos no Registro Civil das Pessoas Jurídicas, desta Comarca, às fls 534/542, do Livro Próprio A-nº 40, sob o número de ordem 3328, nesta data. O referido é verdade e dou fé. Eu, M. Freire, Oficial do Registro Civil das Pessoas Jurídicas, fiz extrair a presente Certidão, actel conforme, subscrevi e assino.

NATAL, 20 de MARÇO de 1998

M. Freire

(OFICIAL DO REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS JURÍDICAS)



## ATA 01

### ATA DA ASSEMBLÉIA DE FUNDAÇÃO DA ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DA COMUNIDADE RURAL DE ACAUÃ - DISTRITO DE POÇO BRANCO - R. N.

Aos três dias do mês de janeiro do ano de mil novecentos e noventa e oito, reuniram-se, na Escola Municipal Maria Francisca, em Acauã, distrito da cidade de Poço Branco - RN, seus moradores para deliberar sobre a seguinte pauta: a) fundação da Associação dos Moradores de Acauã; b) aprovação do Estatuto e c) eleição da diretoria. A assembléia iniciou-se com a apresentação dos representantes das entidades convidadas: Núcleo de Estudos Brasileiros - NEB, Emerson Inácio Cenzi (Sec. Geral) e Jair Ferreira de Souza (Sec. de Finanças); que pôr sua vez convidaram representantes do Diretório Central do Estudantes da Universidade Federal do Rio Grande Norte, Carlos Silvestre, os acadêmicos Roberto, do curso de Administração e Pacheco, de Engenharia Mecânica, também estavam presentes dirigentes do Movimento dos Sem Terras. Após as apresentações, o senhor Maurino Catarino da Silva foi escolhido para presidir a reunião e para secretariar o representante do NEB, Jair Ferreira de Souza, a seguir a mesa diretora dos trabalhos abriu discussão sobre a pauta: a) fundação da Associação dos Moradores de Acauã; foi aprovada pôr unanimidade dos presentes a fundação da Associação; b) aprovação do Estatuto: ficou marcado para o dia dez de janeiro deste ano, reunião com a comunidade para debater a proposta estatutária, com apoio do Núcleo de Estudos Brasileiros e ficou definido o dia vinte e quatro de janeiro próximo, para votação do estatuto; e pôr último, c) eleição da diretoria: foi eleita uma comissão provisória que organizará as discussões sobre o estatuto e os tramites legais para a constituição da Associação, composta pelos seguintes moradores: 01) ANTONIO APOLINÁRIO DA SILVA; 02) ELOI CATARINO; 03) FRANCISCA CATARINO DA SILVA; 04) JOVINO CATARINO DA SILVA; 05) MANUEL QUIRINO DA SILVA; 06) MARIA NAZARÉ BARBOSA DA SILVA; 07) MAURINO CATARINO DA SILVA; 08) MIGUEL GOMES DA SILVA; e 09) PEDRO GOMES DA SILVA, com mandato ate vinte e quatro de janeiro, deste. E como não houvesse mais nada a ser debatido o Sr. Presidente da Assembléia, encerrou a reunião, da qual foi lavrada a presente pôr Jair Ferreira de Souza, secretario da Assembléia ata que segue assinada pôr mim, Secretario da Assembléia, pelo presidente e deçpais membros da diretoria provisória.

Poço Branco - RN, 03 de janeiro de 1998.

*Maurino Catarino da Silva*

MAURINO CATARINO DA SILVA  
Presidente da Assembléia

*Jair Ferreira de Souza*  
JAIR FERREIRA DE SOUZA  
Secretario da Assembléia

*Antonio Apolinario da Silva*  
ANTONIO APOLINÁRIO DA SILVA

*Eloi Catarino*  
ELOI CATARINO

*Francisca Catarino da Silva*  
FRANCISCA CATARINO DA SILVA

*Jovino Catarino da Silva*  
JOVINO CATARINO DA SILVA

*Manuel Quirino da Silva*  
MANUEL QUIRINO DA SILVA

*Maria Nazare Barbosa da Silva*  
MARIA NAZARÉ BARBOSA DA SILVA

*Miguel Gomes da Silva*  
MIGUEL GOMES DA SILVA

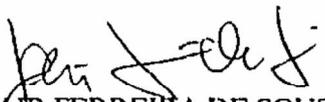
*Pedro Gomes da Silva*  
PEDRO GOMES DA SILVA

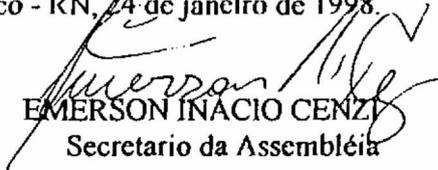
## ATA 02

### ATA DA VOTAÇÃO DO ESTATUTO E ELEIÇÃO DA DIRETORIA DA ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DE ACAUÃ.

Aos vinte e quatro dias do mês de janeiro do ano de mil novecentos e noventa e oito, reuniram-se, na Escola Municipal Maria Francisca, em Acauã, comunidade rural de Poço Branco - RN, seus moradores para deliberar sobre a seguinte pauta: a) discussão e aprovação do Estatuto da Associação dos Moradores de Acauã e b) Eleição da Diretoria. A assembléia contou com assessoria do Núcleo de Estudos Brasileiros - NEB, através de Emerson Inácio Cenzi (Sec. Geral) e Jair Ferreira de Souza (Sec. de Finanças), que foram eleitos para presidir e secretariar a assembléia, a seguir a mesa diretora dos trabalhos colocou em debate a pauta: a) discussão e aprovação do Estatuto da Associação: foram debatidas as dúvidas e após aprovado o estatuto por aclamação; b) Eleição da Diretoria: a mesa diretora dos trabalhos abriu inscrição para apresentação de chapas à direção da Associação, posteriormente, foram inscritas duas chapas, sendo uma para a Diretoria e outra para o Conselho Fiscal, que foram eleitas pôr aclamação, ficando assim a composição da **Diretoria Executiva**: PRESIDENTE, MAURINO CATARINO DA SILVA; SECRETARIO GERAL: MANUEL QUIRINO DA SILVA; e TESOUREIRO, ANTONIO APOLINÁRIO DA SILVA; SUPLENTE: SEBASTIÃO CATARINO DA SILVA, NAZARÉ BARBOSA DA SILVA e PEDRO GOMES DA SILVA. Para o Conselho Fiscal: Efetivos, FRANCISCA CATARINA DA SILVA, MARIA JOSÉ DO NASCIMENTO e JOVINO CATARINO DA SILVA; SUPLENTE, ELÓI CATARINA e MIGUEL GOMES DA SILVA. Após a eleição, a Mesa Diretora dos trabalhos informou aos moradores de Acauã que o Sr. João Maria de Góes, concordou em doar para a comunidade de Acauã o prédio da Creche Tributino I, que pertencerá a Associação dos Moradores de Acauã e, a seguir, os dirigentes eleitos falaram ao público, que os aplaudiram com entusiasmo. A Mesa Diretora dos Trabalhos encerrou a reunião empossando a Diretoria da Associação dos Moradores de Acauã, E como não houvesse mais nada a ser debatido foi lavrada pôr mim, Emerson Inácio Cenzi, secretario da assembléia, a ata da assembléia, integrada pelo Estatuto da Associação dos Moradores de Acauã, relação dos dirigentes eleitos e lista dos presentes. Seguem a minha assinatura, do presidente da assembléia, membros da Diretoria Executiva e efetivos do Conselho do Fiscal.

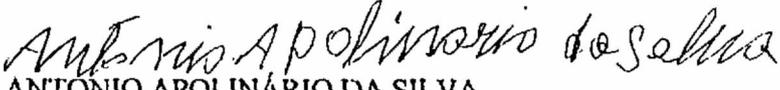
Acauã / Poço Branco - RN, 24 de janeiro de 1998.

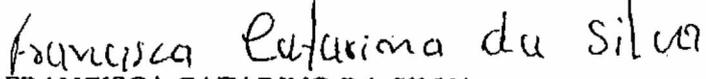
  
JAIR FERREIRA DE SOUZA  
Presidente da Assembléia

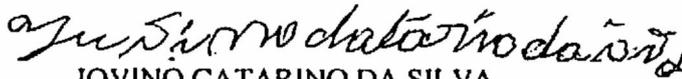
  
EMERSON INÁCIO CENZI  
Secretario da Assembléia

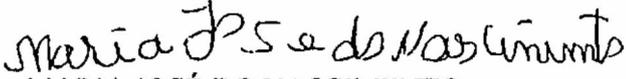
  
MAURINO CATARINO DA SILVA  
Presidente - eleito

  
MANUEL QUIRINO DA SILVA  
Secretario Geral - eleito

  
ANTÔNIO APOLINÁRIO DA SILVA  
Tesoureiro - eleito

  
FRANCISCA CATARINO DA SILVA  
Integrante do Conselho Fiscal

  
JOVINO CATARINO DA SILVA  
Integrante do Conselho Fiscal

  
MARIA JOSÉ DO NASCIMENTO  
Integrante do Conselho Fiscal

ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DE ACAUÃ  
COMUNIDADE RURAL DE ACAUÃ - CEP. 59.560-000 - POÇO BRANCO - RN

---

Acauã / Poço Branco - RN, 24 de janeiro de 1.998.

RELAÇÃO DOS DIRIGENTES DA  
ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES DE  
ACAUÃ  
GESTÃO 1998 / 1999

*DIRETORIA EXECUTIVA:*

PRESIDENTE:	MAURINO CATARINO DA SILVA
SECRETARIO GERAL:	MANUEL QUIRINO DA SILVA
TESOUREIRO:	ANTONIO APOLINÁRIO DA SILVA

*SUPLENTES DA DIRETORIA EXECUTIVA:*

PRIMEIRO SUPLENTE:	SEBASTIÃO CATARINO DA SILVA
SEGUNDA SUPLENTE:	NAZARÉ BARBOSA DA SILVA
TERCEIRO SUPLENTE:	PEDRO GOMES DA SILVA

*CONSELHO FISCAL - EFETIVOS:*

FRANCISCA CATARINA DA SILVA  
MARIA JOSÉ DO NASCIMENTO  
JOVINO CATARINO DA SILVA

*CONSELHO FISCAL - SUPLENTES:*

ELÓI CATARINA  
MIGUEL GOMES DA SILVA

**NÚCLEO DE ESTUDOS BRASILEIROS**

**ESTATUTO SOCIAL**

**POÇO BRANCO - R.N.  
SETEMBRO - 1997**

*[Handwritten signatures and initials]*

# NÚCLEO DE ESTUDOS BRASILEIROS - N.E.B.

## ESTATUTO SOCIAL



### CAPÍTULO I

#### DA ASSOCIAÇÃO

**ARTIGO 01** - O Núcleo de Estudos Brasileiros, é uma sociedade civil com personalidade jurídica de direito privado, filantrópica e sem fins lucrativos, com tempo de duração indeterminada e sede e fórum na cidade de Poço Branco, no Estado do Rio Grande do Norte, constituído para a finalidade de promover estudos e colaborar no desenvolvimento sócio-econômico, comunitário, auto-gestionário e auto-sustentado do município de Poço Branco e Região, no Estado do Rio Grande do Norte.

**PARÁGRAFO ÚNICO** - Doravante o Núcleo de Estudos Brasileiros, será referido neste estatuto como N.E.B.

**ARTIGO 02** - Atendidas as regras que este estatuto vier a estabelecer o N.E.B. observará os princípios de: Isonomia, Equidade, Democracia, Impessoalidade, Publicidade, Tolerância, Respeito, Consenso, Moralidade, Responsabilidade, Paz, Ética, Solidariedade, Autonomia, Justiça, Fraternidade, Cidadania, Organização, Transparência, Honestidade, Humanismo, Cooperação, Comunicação, Ampla Defesa, do Contraditório, a Multi, Inter, e a Transdisciplinaridade.

**ARTIGO 03** - O N.E.B. é uma entidade oriunda da Organização Não Governamental Amigos de Poço Branco, que tem sua sede e foro na cidade de Londrina, no Estado do Paraná.

**PARÁGRAFO ÚNICO** - Ambas entidades poderão desenvolver ações conjuntas normatizadas por acordos, convênios ou contratos.

**ARTIGO 04** - Para exercer e cumprir suas prerrogativas e deveres, o N.E.B. trabalhará em cooperação com organizações governamentais e não governamentais, difundindo seus princípios e métodos de trabalho, em espírito solidário, promovendo medidas pertinentes para o desenvolvimento de ações conjuntas, tais como a celebração de acordos, contratos, convênios, etc.



**ARTIGO 05** - Poderá ser sócio deste N.E.B. a pessoa física que tiver interesse em realizar atividades humanistas, em espírito de colaboração e de acordo com os princípios fixados neste Estatuto.

**PARÁGRAFO ÚNICO** - O ingresso no quadro de sócios deverá ser requerido, por escrito ou oralmente, ao Colegiado do N.E.B. a quem compete deferir ou indeferir, de acordo com os princípios estatutários, após período de experiência de seis meses.

**ARTIGO 06** - São direitos e deveres dos associados:

- a) observar as normas estatutárias, principalmente seus princípios;
- b) propor, debater e votar nas reuniões do Sistema Diretivo ou Assembléia Geral, as medidas que julgar conveniente aos interesses da N.E.B.;
- c) votar e ser votado para cargos eletivos.

**ARTIGO 07** - É dever do associado:

- a) promover o fortalecimento do N.E.B., criticando construtivamente e participando dos projetos a serem desenvolvidos;
- b) observar e exigir o cumprimento dos dispositivos deste estatuto.

**ARTIGO 08** - O associado, quando cometer desrespeito ao estatuto ou decisões dos órgãos deliberativos, está sujeito a penalidade de advertência, suspensão ou eliminação do quadro social, cabendo a diretoria executiva a dosagem e aplicação da pena conforme a gravidade que passará a surtir seus efeitos, inclusive para fins de recursos, a partir de sua comunicação por escrito ao mesmo.

## CAPÍTULO II

### DO SISTEMA DIRETIVO E DO COLEGIADO

**ARTIGO 09** - O Sistema Diretivo é constituído dos seguintes órgãos:

- a) Colegiado Executivo, composta de 03 (três) membros;
- b) Corpo de Suplentes, composto de 02 (dois) membros;
- c) Conselho Fiscal, composto de 03 (três) membros e 02 (dois) suplentes.

**PARÁGRAFO ÚNICO** - Os integrantes do Sistema Diretivo do N.E.B., respondem subsidiariamente pelas obrigações assumidas pelo Núcleo de Estudos Brasileiros.

**ARTIGO 10** - Compete ao Colegiado Executivo, composto pela Coordenação, Secretaria Geral e Secretaria de Finanças:

- a) Representar o N.E.B., podendo nomear mandatários;
- b) convocar os demais órgãos deliberativos;



- c) elaborar em conjunto com o Sistema Diretivo:
  - 1. os planos anuais de ação e o orçamentário;
  - 2. os balanços anuais: financeiro e patrimonial;
- d) solicitar e reunir relatórios e análises sobre o desenvolvimento de atividades do N.E.B.;
- e) contratar assessorias para a N.E.B.;
- f) representar o N.E.B. ativa, passiva, judicial e extrajudicialmente.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** - A representação do Colegiado Executivo caberá automaticamente ao coordenador em exercício, podendo ser cassada, total ou parcialmente, por tempo determinado ou indeterminado, através de decisão de 2/3 (dois terços) dos membros integrantes do referido órgão.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** - Colegiado Executivo, por decisão de pelo menos 2/3 (dois terços) de seus integrantes, poderá restringir ou extinguir as atribuições de quaisquer de seus membros, sendo que tais decisões só terão eficácia jurídica após referendadas pelo Sistema Diretivo.

**ARTIGO 11** - O N.E.B., através do Colegiado Executivo poderá firmar contrato de trabalho, de prestação de serviços e ou de voluntariado.

**ARTIGO 12** - A Coordenação compete:

- a) representar o N.E.B.;
- b) preferencialmente, presidir as reuniões, assembléias gerais, encontros e congressos;
- c) coordenar, orientar e responder pela execução das atividades atribuídas aos órgãos do Sistema Diretivo;
- d) iniciar processos eleitorais, na forma e nos casos previstos neste estatuto;
- e) assinar documentos inerentes à própria pasta ou às demais.

**ARTIGO 13** - A Secretaria Geral compete:

- a) substituir o presidente;
- b) preferencialmente, secretariar as reuniões, assembléias gerais, encontros e congressos convocados pelo N.E.B.
- c) elaborar as súmulas, atas, relatórios, resoluções, editar o calendário geral de atividades do N.E.B., distribuindo-os aos diretores e associados;
- d) solicitar e reunir relatórios e análises sobre o desenvolvimento de atividades dos órgãos do Sistema Diretivo;
- e) executar os serviços de notificações e correspondências;
- f) juntamente com a coordenação ou com o secretário de finanças, assinar balanços, cheques e demais títulos de crédito;
- g) organizar e manter em ordem os arquivos e documentos do N.E.B.

**ARTIGO 14** - Ao Secretário de Finanças compete:

- a) assegurar os recebimentos dos créditos do N.E.B., conferindo-os por ocasião dos pagamentos respectivos;
- b) compor, anualmente, balancetes financeiros do N.E.B.;
- c) elaborar relatórios resumidos da situação financeira da entidade para assegurar informações atualizadas aos membros da diretoria executiva e aos demais órgãos do Sistema Diretivo;

- d) coordenar a elaboração, anual, do plano orçamentário e do balanço financeiro do N.E.B.;
- e) assinar documentos inerentes à pasta, juntamente com a coordenação ou, na ausência deste, com o secretário geral, entre os quais, balanços, cheques e demais títulos, de crédito;
- f) a gerência patrimonial e financeira;
- g) responder pela área de recursos humanos;
- h) administrar a utilização de bens ou instalações do N.E.B.



**ARTIGO 15** - O corpo de suplentes do N.E.B. é constituído de 04 (quatro) membros, sendo 02 (dois) do Colegiado Executivo e 02 (dois) do Conselho Fiscal.

## CAPÍTULO III

### DO CONSELHO FISCAL

**ARTIGO 16** - Compete ao Conselho Fiscal:

- a) Reunir-se ordinariamente, semestralmente, para discutir os planos anuais de ação orçamentário e os balanços anuais financeiros e patrimoniais;
- b) reunir-se extraordinariamente a qualquer tempo para fins de fiscalização;
- c) escolher entre seus integrantes um secretário.

**ARTIGO 17** - A eleição para o Conselho Fiscal e seus suplentes será distinta da eleição do Colegiado Executivo, devendo ser observado o Capítulo VII deste Estatuto.

## CAPÍTULO IV

### DO ABANDONO E PERDA DO MANDATO

**ARTIGO 18** - Ocorrerá o abandono de cargo quando o seu ocupante deixar de exercer injustificadamente as funções respectivas por 30 (trinta) dias ou ausentar-se, também injustificadamente, de pelo menos 3 (três) reuniões, nas quais, por força deste estatuto, deveria ter comparecido.

**ARTIGO 19** - A perda de mandato ocorrerá em caso de:

- a) renúncia ao cargo;
- b) eliminação do quadro social;
- c) abandono do cargo.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** - A perda do mandato ocorrerá automaticamente, nos casos das alíneas "a" e "b"; e com o trânsito em julgado, da penalidade ou da declaração, no caso da alínea "c" e artigo 16.

**ARTIGO 20** - Por deliberação de pelo menos 3/3 do Sistema Diretivo, poderá haver remanejamento de cargo.



## CAPÍTULO V

### DO SISTEMA DELIBERATIVO

**ARTIGO 21** - São órgãos do Sistema Deliberativo:

- a) o Colegiado Executivo;
- b) o Sistema Diretivo e
- c) a Assembléia Geral.

**ARTIGO 22** - As decisões dos órgãos deliberativos serão tomadas por maioria simples dos presentes.

**ARTIGO 23** - O Colegiado Executivo deverá se reunir, em seção ordinária, uma vez por mês e, extraordinariamente, sempre que a maioria de seus membros ou o secretario geral convocar.

**PARÁGRAFO ÚNICO** - De suas decisões definitivas é cabível recurso para o Sistema Diretivo, sem efeito suspensivo.

**ARTIGO 24**- O Sistema Diretivo deverá se reunir, em seção ordinária, semestralmente, ou extraordinária, sempre que for convocado pela maioria de seus membros ou pela maioria dos componentes do Colegiado Executivo.

**ARTIGO 25** - Compete ao Sistema Diretivo, como órgão de deliberação política;

- a) promover congressos, debates e outras atividades afins;
- b) decidir sobre questões administrativas, em grau de recurso; e
- c) deliberar a respeito de assuntos especificamente previstos.

**PARÁGRAFO ÚNICO** - Os recursos serão decididos na primeira reunião do Sistema Diretivo, verificada logo após sua interposição.

**ARTIGO 26** - Qualquer decisão só será válida na hipótese de participarem da reunião do Sistema Diretivo, a maioria de seus integrantes, sendo cabíveis recursos para a Assembléia Geral.

**PARÁGRAFO ÚNICO** - Se o recurso for improvido, o recorrente indenizará o N.E.B., as despesas com a realização da Assembléia Geral, especialmente convocada, "ad referendum" dessa mesma assembléia.

**ARTIGO 27** - A Assembléa Geral é soberana em suas decisões nos termos deste estatuto.



**ARTIGO 28** - A Assembléa Geral deverá se reunir em seção ordinária ou extraordinária sempre que for convocada por 20% (vinte por cento) dos associados, mediante abaixo-assinado dirigido ao Sistema Diretivo, ou pela maioria dos membros do Sistema Diretivo ou ainda, pela maioria dos componentes do Colegiado Executivo.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** - Executadas as Assembléas eleitorais, de apreciação do planos orçamentário e financeiro e do balanço patrimonial, as demais são extraordinárias.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** - A Assembléa Geral realizar-se-á com o quorum mínimo de maioria simples, em primeira convocação, ou então com 20% (vinte por cento) dos associados uma hora após a primeira convocação.

**ARTIGO 29** - Compete a Assembléa Geral:

- a) fixar contribuições aos sócios;
- b) decidir os recursos interpostos contra decisões do Sistema Diretivo;
- c) eleger o Sistema Diretivo e o Conselho Fiscal;
- d) demais questões especificamente previstas.

**PARÁGRAFO ÚNICO** - Serão sempre tomadas por escrutínio secreto, as decisões concernentes aos seguintes assuntos:

1. eleição de associado para cargo de direção;
2. eleição de associado para cargo no Conselho Fiscal;
3. tomada e aprovação das contas da diretoria;
4. julgamento dos atos do Sistema Diretivo, relativos a penalidades e perda do mandato.

## **CAPÍTULO VII**

### **DO PATRIMÔNIO**

**ARTIGO 30** - Constitui patrimônio do N.E.B. destinado a seus fins:

- a) as contribuições pagas pelos sócios;
- b) as subvenções, auxílios, doações de pessoas físicas ou jurídicas, estas públicas ou privadas, nacionais ou internacionais;
- c) os bens de qualquer natureza que possua ou vier a possuir;
- d) as rendas de qualquer espécie a ela atribuídas.

**ARTIGO 31** - A venda e o comodato de bem imóvel dependerão de prévia aprovação da assembléa geral, especialmente convocada para esse fim.

**ARTIGO 32** - No caso de dissolução do Núcleo seu patrimônio, será destinado primeiramente para a Organização Não Governamental Amigos de Poço Branco, ou ainda para entidades ou instituições afins de cunho filantrópico, governamentais ou não governamentais, desde que atuem em Poço Branco ou no Rio Grande do Norte.

**PARÁGRAFO ÚNICO** - Para validar a decisão deste artigo, ela deverá ser decidida em Assembléia Geral específica, por escrutínio secreto, e ainda assim na hipótese de participarem pelo menos a maioria absoluta dos associados quites.



## **CAPÍTULO VII**

### **DAS ELEIÇÕES**

**ARTIGO 33** - Os membros do Sistema Diretivo, à exceção daqueles integrantes do Conselho Fiscal, serão eleitos em processo eleitoral único, anualmente, de conformidade com o regimento eleitoral, observados os princípios estatutários e a legislação vigente.

**PARÁGRAFO ÚNICO** - No caso de inscrição de mais de uma chapa, será respeitada a proporcionalidade qualificada, obtida de acordo com a quantidade do votos de cada chapa.

**ARTIGO 34** - As eleições serão realizadas dentro do prazo máximo de 60 (sessenta) dias e mínimo de 30 (trinta) dias que anteceder ao término dos mandatos vigentes, devendo ser convocadas com antecedência máxima de 60 (sessenta) dias e mínima de 30 (trinta) dias, da data da realização do pleito, por edital, elaborado de acordo com os princípios estatutários.

**ARTIGO 35** - É eleitor todo o associado que na data da eleição tiver:

- a) mais de 01 (um) mês de inscrição no quadro social;
- b) pelo menos 16 anos; e
- c) quitado as contribuições até 02 (dois) dias antes do início das eleições.

**ARTIGO 36** - Não pode ser eleito para cargo do sistema diretivo:

- a) quem houver lesado o patrimônio público ou de qualquer entidade;
- b) quem integrar a comissão eleitoral, excetuados os representantes da chapa.

**ARTIGO 37** - O processo eleitoral será coordenado e conduzido por uma comissão constituída de 03 (três) pessoas, eleitas em assembléia geral ordinária (presidente, vice-presidente e secretário), além de 01 (um) representante de cada chapa.

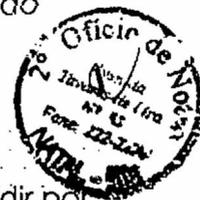
**ARTIGO 38** - Compete à Comissão Eleitoral:

- a) elaborar o regimento eleitoral, observando-se o disposto neste Estatuto;
- b) decidir sobre os recursos eleitorais e as impugnações de candidatura.

**ARTIGO 39** - O mandato da comissão eleitoral extinguir-se-á com a posse do Sistema Diretivo eleito.

**ARTIGO 40** - A validade da eleição independerá do número de votantes.

**ARTIGO 41** - Havendo vacância de cargo, o Sistema Diretivo poderá decidir pela realização de eleições complementares, a ser procedida na forma do regimento eleitoral aprovado em Assembléia Geral.



## CAPÍTULO VIII

### DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS

**ARTIGO 42** - Eventuais alterações deste estatuto só serão válidas se, em Assembléia Geral específica, forem aprovadas por mais de 20% (vinte por cento) dos associados quites.

**ARTIGO 43** - Este estatuto entrará em vigor na data de seu registro, após ter sido aprovado na Assembléia de fundação.

**ARTIGO 44** - O presente estatuto passará por revisão no prazo máximo de um ano, a contar de seu registro.

Poço Branco - RN, 13 de setembro de 1997

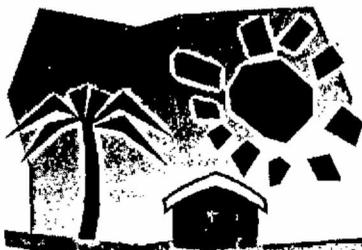
  
DR. ADERBAL FERREIRA SILVA  
OAB/RN 2711

  
JAIR FERREIRA DE SOUZA  
Residente da Assembléia

  
EMERSON INÁCIO CENZI  
Secretário da Assembléia

  
SERGIO ADRIANO DA SILVA CAVALHEIRO  
Coordenador Eleito

L D 8



## Aluna da UEL representa a América do Sul nas Filipinas

A estudante Caroline Matida, do 2º ano de Medicina, foi a única representante da América do Sul a participar das comemorações do Dia Internacional da Terra, realizado de 19 a 23 em Manila-Filipinas. Promovido pela ONU, o evento reuniu cerca de 400 jovens embaixadores, de 17 a 23 anos, de 30 países.

Um dos critérios para a escolha de Carolina foi a sua participação em um projeto relacionado ao movimento sustentável. Ela é uma das integrantes da ONG Amigos de Poço Branco. Segundo ela, um dos objetivos do encontro foi discutir a implementação da Agenda 21 e o progresso obtido a partir da Eco 92, no Rio de Janeiro. Segundo a estudante esta reunião foi um esforço conjunto para proteger o meio ambiente e propagar o programa do desenvolvimento sustentável.



Reitor e Caroline: esforço para proteger o meio ambiente

A notícia de sua viagem repercutiu até em Brasília. A professora Ruth Cardoso demonstrou interesse em conhecê-la pessoalmente, o que deverá acontecer no dia 22 de maio, em Porto Alegre, por ocasião da apresentação do relatório sobre o que foi debatido em Manila.

## Nova moradora de Poço Branco



Joenice: "Todos os universitários deveriam realizar trabalho de extensão"

A professora Joenice Bettanin Dias, formada em História na UEL, está há mais de dois meses morando no município de Poço Branco, a 60 km de Natal. Ela está participando do Projeto de Alfabetização de Jovens e Adultos, para 120 alunos de 14 a 60 anos. Ela integra a ONG Amigos de Poço Branco.

Além disso, está ministrando literatura para alunos de 2º grau do Centro Educacional Raimundo Rosa. Joenice não foi ao Nordeste só para trabalhar com ensino. Três vezes por semana ela enfrenta uma viagem de uma hora e meia até Natal para fazer especialização em Historiografia da América Colonial, na Universidade Federal de Rio Grande do Norte.

Joenice acredita que todo universitário deveria prestar um serviço à comunidade, como forma de dar retorno do que ela investiu nele e

colocar em prática tudo aquilo que aprendeu em sala de aula. "Se todos os alunos fizessem isso aprenderiam um pouco mais sobre geografia e relacionamento humano", acrescenta. Outro motivo que a levou a retornar a Poço Branco foi o alto índice de analfabetismo no município. Segundo levantamento do IBGE, 56% da população é analfabeta e a ONG Amigos de Poço Branco constatou que nas 18 escolas do município - num total de 1.102 alunos, de 1a. a 4a. série -, 503 aprovados, 206 evasões, 301, reprovados e outros 20 transferidos.

Previsto para um ano, o projeto de alfabetização começou com duas turmas, já está com seis e só não ampliou para 20 turmas por falta de verba. O projeto de alfabetização foi montado numa parceria com os professores Regina Alegro, Mariana Josefa de Carvalho, Geni Sanches e os estudantes de História Joenice, Silvio Alves, Emerson Inácio Cenzi e Jair Ferreira de Souza, a um custo de R\$1 mil mensais, por dois meses, com recursos da ONG, que é mantida por 30 acadêmicos e professores da UEL. Ou seja, R\$ 7,00 por pessoa, incluindo monitores e material escolar. Além de baixo custo, ela aponta uma outra vantagem. Graças ao projeto, os alunos vão poder realizar teste para supletivo e dar continuidade aos estudos.

**SAÚDE**  
**problema**  
**estrutural**

Pág. **3**

**Projeto**  
**rural**

Pág. **4**

**Alfabetização**  
**solidária**

Pág. **5**

**Solução**  
**para o lixo**

Pág. **5**

## Sempre solidária

A Universidade Estadual de Londrina sempre esteve presente nos projetos de solidariedade em atendimento às populações mais carentes e auxiliando para que essas descobrissem suas próprias forças e soubessem somar esforços reivindicatórios. Sempre que chamada ou convidada a UEL se fez presente e atuante da maneira mais clara, objetiva, participante, democrática e cristalina. Assim foi nas atividades de extensão com o CRUTAC - Centro Rural Universitário de Treinamento e Ação Comunitária, no Distrito de Paiquerê. Parte da comunidade daquela localidade e de professores, alunos e funcionários da Universidade aí está para comprovar os benefícios obtidos com essa participação. Foi a UEL também uma das instituições de ensino superior do País que teve a seu encargo a administração de um campi do Projeto Rondon, o Campus Avançado de Limoeiro do Norte, no Estado do Ceará, por mais de uma década, com atuação permanente, onde, juntamente com alguns organismos de fomento ao desenvolvimento e ministérios, realizou um trabalho de destaque, chegando, inclusive, a fixar profissionais naquela região do País.

Nesse período teve atuação integrada com as universidades cearenses, em especial a Universidade Estadual do Ceará - Participou também das Operações Nacional e Regional do Projeto Rondon, durante os períodos de férias.

Hoje, por definição administrativa, continua a UEL presente nas comunidades. É o caso do Campus Avançado de Colorado, do Centro de Extensão de São Jerônimo da Serra e dos Pólos de Extensão Universitária instalados nos quatro cantos do município de Londrina.

É assim que vemos a dimensão maior de uma universidade - no caso a UEL - perfeitamente em sintonia com o povo brasileiro, esteja ele mais próximo ou mais distante.

É exatamente por essa tradição da UEL e pela capacidade que ela tem em sempre estar ao lado dos mais necessitados que estamos em Poço Branco, lá no longínquo, mas muito brasileiro, Rio Grande do Norte. É assim que entendemos uma Comunidade Solidária.

Recebam, pois, os amigos - autoridades e povo em geral - um grande abraço do reitor da Universidade Estadual de Londrina, que, tenham a certeza, estará sempre presente onde houver possibilidade de realizar atividades que propiciem o desenvolvimento nacional.

Jackson Proença Testa  
Reitor da UEL

### EXPEDIENTE

Publicação da ONG - Amigos de Poço Branco

Redação: Antonio Marques Cervantes

Edição final: Leange Severo Alves

Diagramação: Marcos Antonio Bonato e

Moacir Ferri

Tiragem: 3 mil exemplares

Correspondência:

Londrina

A/c professor Jeferson M. Cesário

Deptº de Química - UEL

Caixa postal 6001

86051-990 - Londrina-PR

Poço Branco

ONG-Amigos de Poço Branco

Posta Restante

59560-000 - Poço Branco-RN

## Padrinho-amigo de Poço Branco

Natural de Poço Branco, o prefeito Fernando Cândido realizou trabalhos em diversas regiões do país. Morou dois anos em São

Paulo, foi mestre de obras da usina nuclear de Angra dos Reis, chefe da carpintaria na Itaipu e transferido para o Iraque. A seguir, trechos de sua entrevista concedida ao estudante de

História Rony Mazetti, dia 28 de janeiro. A

entrevista teve orientação da

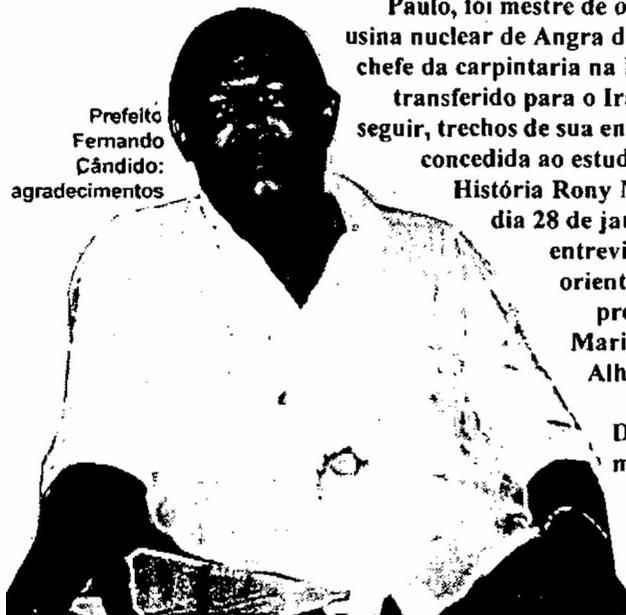
professora Maria Dulce

Alho Gotti, do

Departamento de

História.

Prefeito  
Fernando  
Cândido:  
agradecimentos



RM - Como o senhor vê a atual situação política, social e econômica de Poço Branco?

FC - A situação é esta que você está conhecendo: pobre. Existem outros municípios por aí que estão devendo ao estado e a outros órgãos, mas é a prefeitura que tem patrimônio. Poço Branco deve o que não tem. Quer dizer, você já observou que aqui não tem calçamento, prédio, máquina, carro, trator... Poço Branco deve em torno de R\$ 400 mil e não tem patrimônio algum.

RM - Embora o senhor tenha assumido a prefeitura há poucos dias, qual a expectativa frente a toda essa situação?

FC - Desde a campanha política eu venho dizendo que iria economizar o dinheiro público. Então, é nesse período de quatro anos pela frente que vou tentar reverter esse quadro: saldar essa dívida e tentar firmar alguns convênios através do Governo Federal, para que a gente possa fazer calçamento, creches, reforma de colégio e adquirir novos equipamentos.

RM - Qual a sua opinião sobre a ONG Amigos de Poço Branco?

FC - Através da ONG, Poço Branco passou a ser uma cidade conhecida em todo o Estado do Rio Grande do Norte, em nível nacional, através da televisão e de jornal. A gente está vendo o desempenho de vocês, a vontade de trabalhar pelo nosso município e pelo Estado. Poço Branco não tem como agradecer à Universidade de Londrina. O município nunca teve tanto movimento como está tendo depois que vocês chegaram aqui. Passou a ser uma cidade totalmente diferente, muitas visitas de Brasília, do Rio Grande do Norte mesmo e de secretarias. Através da vinda de vocês é que algumas portas, algumas janelas vão se abrir para que Poço Branco saia das dificuldades em que se encontra.

RM - É viável a continuidade dos trabalhos que a ONG está realizando em Poço Branco?

FC - É viável sim, como já disse. E os frutos não devem acontecer de imediato, mas eu acredito que vão chegando aos poucos e na medida que forem chegando vamos ser muito gratos a todos os esforços que vocês fizeram divulgando o nome de nossa cidade e trazendo alguns projetos que sejam em benefício dessa cidade. Nós queremos muito que vocês permaneçam e que sejam o padrinho-amigo de Poço Branco. Porque o município precisa de um padrinho que dê a bênção ao afilhado todos os dias. Poço Branco precisa de uma mão amiga e essa mão amiga vai sair lá do Estado do Paraná, se Deus quiser. Nós contamos com a contribuição do Paraná.



# Novas parcerias

A partir do dia 10, o professor Jéferson Moriconi Cesário estará, durante dois anos, conjugando as tarefas do Departamento de Química com a presidência da ONG de Poço Branco, em substituição à professora Mariana Josefa de Carvalho Almeida, do Departamento de História. A exemplo da UEL, ele pretende incentivar parcerias com outras instituições de ensino da região e mesmo do Estado do Rio Grande do Norte; promover ações mais estreitas com o Programa Comunidade Solidária, em Brasília, para conhecer melhor os projetos que estão sendo desenvolvidos no Brasil, na área social.

Juntamente com a professora Joenice Bettanin Dias - que vem desenvolvendo Projeto de Educação para Jovens e Adultos - e de outros estudantes que estarão em Poço Branco, o professor Jéferson pretende organizar a equipe para promover maior

or número de ações sociais em Poço Branco, um dos 100 municípios mais pobres do País. Segundo ele, a equipe da ONG vem trabalhando com afinco em tudo o que faz. Para o presidente da entidade, é importante a participação do aluno nos projetos. "Ele rompe com sua visão intramuros da universidade, conhecendo de perto uma outra realidade do país que lhe chega retratada apenas através da imprensa. Essa sua inserção na realidade brasileira ajuda na sua formação profissional", acrescentando que a "interação do aluno com as comunidades pobres e excluídas grava uma imagem viva em sua consciência e que nunca mais será por ele esquecida".

Para que haja um maior atendimento com as comunidades, principalmente as mulheres e crianças, Jéferson sugere a criação de mais ONGs - com participação



Jéferson: "Integrantes da ONG trabalham com garra e paixão".

maior de estudantes - , e parceria com prefeituras, IES, associações, entre outras entidades.

## SAÚDE Problema estrutural

Realizar exame parasitológico, cursos sobre saúde da mulher e da criança e primeiros socorros. Estas foram algumas das atividades que Caroline Kazue Matida e Gustavo Merheb Petrus, do curso de Medicina, tinham em mente quando chegaram em Poço Branco, em janeiro.

Os planos de viagem foram alterados logo no primeiro dia, quando visitaram a feira livre de João Câmara. Surpresos, eles constataram que a carne de boi e frango vendida ali era exposta ao sol das 6 horas ao meio dia, sem nenhum cuidado. Caroline e Gustavo se limitaram a dar orientações à população dos distritos para que eles adquiram a carne o mais cedo possível.

Os futuros médicos não descansaram. Antes de conversar com a população sobre suas atividades no município, os alunos reuniram-se com os agentes comunitários para receber informações sobre a cidade. Só então foram feitos cursos sobre primeiros socorros, saúde da mulher e da criança, higiene corporal, soro caseiro, organização comunitária e aleitamento materno. Em conjunto com outros agentes de saúde e higiene básica orientaram a população quanto ao uso de latrina, higiene corporal e ferver a água para diminuir doenças em geral. Através de vídeos e palestras, promoveram orientações sobre afogamento, insolação, picada de cobra, animais, queimaduras, ferimentos em geral. Para dar continuidade ao trabalho, os alunos promo-



O prefeito e o vice também fizeram exame de tracoma

veram o curso de capacitação para agentes comunitários de saúde do PACS (órgão governamental).

Foi constatado no distrito de Acauã alto índice de tracoma em crianças e adultos, devido à falta de higiene. Em parceria com a FNS - Fundação Nacional de Saúde foram feitos diagnósticos, tratamento e informada a população sobre os cuidados com a doença. Ainda com a FNS, os alunos colaboraram na distribuição de 300 latinhas para exame de fezes, sendo retornadas 272 delas. Desse total foram constatados 141 casos de lombriga, 120 verminoses e sete casos de barriga d'água. Todas as pessoas foram medicadas pela FNS, receberam instrução e educação básica sanitária. "Graças ao apoio técnico da fundação não teríamos conseguido realizar todos os exames", relatam os alunos. "A questão da saúde é um problema estrutural: hospital sem equipamentos, lixo nas ruas, 5 mil pessoas sem água potável, um terço das casas sem banheiro, e nas que possuem não há água em vários deles, o saneamento inexistente. A água potável por si só já resolve grande parte dos

problemas. Não há ações básicas nessas áreas", aponta um relatório da ONG.

Como o grupo constatou casos de desnutrição, eles pretendem fazer projeto de combate à desnutrição (diagnóstico, tratamento e principalmente de prevenção para todas as famílias) e enviar a Brasília para aprovação. A idéia é pegar um distrito como modelo, provavelmente Acauã, para a produção de frutas da região (acerola, caju, cultura existente) e horta. Uma prática incentivada é a criação, pela população, de galinhas e outros pequenos animais que acaba se tornando uma "caderneta de poupança", pois o sertanejo, durante a seca, além de ter uma fonte de alimentação animal poderá ser negociado na feira.

Nos 25 dias que permaneceram em Poço Branco, Caroline e Gustavo observaram que, apesar de todas as dificuldades as pessoas são felizes. "Ao mesmo tempo que sinto saudades, estou fazendo falta lá", confessa Caroline.

# Plano de desenvolvimento rural

Os alunos Norton Polo Benito, Carolina Alcover, Patrícia Moreira Marques e Roberto Tomazoni da Cruz, do curso de Agronomia, iniciaram em janeiro o diagnóstico para o Plano de Desenvolvimento Rural de Poço Branco. Orientado pela professora Cláudia Pereira da Silva, o grupo percorreu assentamentos e acampamentos do Movimento Sem-Terra; conversou com agricultores; reuniu-se com as lideranças rurais, Cooperativa, Sindicato dos Trabalhadores Rurais, Emater-RN, Emparn, Serviço Nacional de Aprendizagem Rural, Departamento de Agropecuária UFRN, entre outros.

O objetivo foi o de levantar as principais dificuldades: escolaridade, modo de vida e utilização de água. A partir desses dados, o grupo poderá montar um projeto para reativar cooperativas e formar associação de pequenos produtores. Os resultados vão fazer parte do plano a ser enviado para a Secretaria Nacional de Desenvolvimento Rural e para a comunidade de Poço Branco para que a implantação do projeto saia de um esforço conjunto. Enquanto isso, o agrônomo André Albanese, ex-aluno da UEL, formado em 96, está dando prosseguimento às etapas do PDR.

Norton explicou que o município produz caju, mandioca, coco, milho e feijão e que o extrativismo não tem produção organizada. A mandioca, por exemplo, é destinada à fabricação de farinha; o feijão se restringe ao consumo e para venda em feira; o milho para consumo humano e de animais. Quanto ao caju há um grande desperdício, uma vez que



Reunião com produtores rurais

a comunidade só aproveita a castanha, vendendo-a, geralmente, para atravessadores. A idéia é fazer um trabalho com a comunidade para melhor aproveitar melhor o fruto, transformando-o em suco ou doce, através de uma associação comunitária para beneficiamento do produto.

A previsão é do diagnóstico ficar pronto em julho deste ano, quando os estudantes voltarão para apresentar o diagnóstico e os projetos e mobilizar a comunidade e órgãos de extensão rural para aplicar as propostas. Em síntese, a proposta prevê a melhoria de vida dos pequenos produtores em todos os setores, para que adquiram independência e possam produzir renda.

O trabalho do grupo não ficou só na diagnose da região. Eles aproveitaram o tempo para organizar palestras e realizar o Seminário Municipal de Desenvolvimento Rural - com o apoio da Emater e Emparn - para cerca de 80 agricultores de todos os distritos. Participaram autoridades municipais e o Dr. Aldo Medeiros, da Emparn. Também foi

apresentado um vídeo sobre organização comunitária, produzido pela Universidade Solidária.

Uma vez que não é costume da região consumir legumes e verduras - a alimentação é a base de farinha, feijão verde e carne de sol -, a ONG, através de André Albanese, organizou dois canteiros experimentais para plantio de leguminosas resistentes ao calor, nos sítios dos senhores Raimundo Cacheado e João Apóstolo; e na Escola Estadual de 1º e 2º graus Estudante José Francisco Filho, foram feitos 40 canteiros, com a participação de 30 estudantes para ajudar na merenda escolar.

A ONG levou plantas medicinais do Sul para serem cultivadas em canteiro experimental com plantas medicinais do Nordeste. O canteiro, que fica ao lado da Delegacia, está sendo cuidado por detentos, como um trabalho comunitário. A ONG agradece ao Iapar e ao Departamento de Agronomia da UEL pela doação de sementes e plantas.

## Água encanada em Acauã

Quatro dias de trabalho, em sistema de mutirão, foram suficientes para minorar a falta de água no distrito de Acauã, que se arrastava há 34 anos. A parceria teve apoio do poder municipal, que cedeu canos e um encanador; Cia de Água e Esgoto do Rio Grande do Norte, que deu apoio técnico e ligou a água; Associação Recreativa de Poço Branco, que entrou com trator; e a colaboração de 25 moradores da comunidade, que cavaram o leito da estrada para instalação dos canos. A ONG organizou e deu apoio logístico ao trabalho.

O custo da obra foi de cerca de R\$600,00 com cola, luvas de cano, combustível, lanches, entre outras pequenas despesas. Os 3 mil metros de canos usados, que

foram cedidos pela prefeitura, estavam depositados na CAERN. A água foi trazida do distrito de Contador para uma cisterna, com capacidade para 14 mil litros, onde os caminhões-pipa depositavam água no passado. Até então, as mulheres eram obrigadas a carregar água, através de baldes de 20 litros, e andar 4 km até a barragem, cuja água é imprópria para consumo.

No século XIX, Acauã foi um quilombo. Em 1962, com o represamento do rio Ceará-Mirim, suas terras foram inundadas, assim como de outras comunidades. Hoje, os 160 moradores, 35 famílias, são obrigados a trabalhar nas fazendas ao redor de sua "nova" vila, mas sem a posse das terras que tinham anteriormente.



A água Jorrou em Acauã dia 31 de janeiro. Foi uma festa

O Programa Universidade Solidária está ampliando de 38 para 120 o número de municípios atendidos, assim como otimizando parcerias para combate ao analfabetismo no Brasil, principalmente no Nordeste onde se encontram as maiores taxas entre crianças e adolescentes. Enquanto na região Sul apenas 3,7% dos adolescentes com idade entre 15 e 17 anos permanecem analfabetas, no Nordeste esta proporção atinge 26,1%. Para falar da proposta de alfabetização, esteve na UEL, dia 11, a coordenadora executiva do Projeto Alfabetização Solidária, Regina Célia Vasconcelos Esteves. Participaram da reunião, professores e alunos da UEL e representantes da ONG Amigos de Poço Branco, CEC, UEPG e Secretaria de Educação de Jataizinho.

O programa procura consolidar o modelo solidário, unindo cinco parceiros: Governo Federal (por meio do MEC), Conselho da Comunidade Solidária, empresas, universidades e prefeituras. Regina informa que além de Capela-Alagoas, a UEL - através da ONG - passará a operar também em Poço Branco. Capela foi adotada pela distribuidora de combustíveis Ipiranga. Quanto a Poço Branco, a empresa-parceira será decidida em breve, na cidade de S. Paulo, com 80 grandes empresários. Terão como alfabetizadores, jovens do próprio município que estejam cursando o 2º grau, magistério ou 8ª série do 1º grau e que receberão bolsas de um salário mínimo, tendo portanto a garantia de trabalho e, sobretudo, vão estar se mobilizando para a solução de um grande problema social brasileiro.

## Alfabetização Solidária

Segundo Regina, o Projeto Alfabetização pode ser usado no todo ou em parte como referência por outras instituições que queiram trabalhar com alfabetização, com baixo custo, gestão simplificada e fácil de ser reproduzido. Ela acredita que o problema do analfabetismo só será resolvido pela sociedade como um todo. A idéia é levar possíveis alfabetizadores para as IES, para que possam ser capacitados.

A professora Solange Mezaroba, da Psicologia Social e coordenadora do Projeto de Alfabetização de São Jerônimo da Serra, há 8 anos, viaja em maio, para Capela, onde vai selecionar monitores alfabetizadores que irão receber treinamento na UEL nas férias de julho. Já a professora Mariana Josefa de Carvalho, de História, e o setor de educação da ONG farão o mesmo em Poço Branco.



Regina Esteves: "A previsão é atender, de julho a dezembro, 30 mil alunos de 120 municípios"

## Solução para o lixo

A cidade de Poço Branco foi a única do país que contou com o retorno de alunos e professores pelo PUSOL - Projeto Universidade Solidária - para implantar os projetos desenvolvidos pelos grupos de estudo da ONG. A presença dos paranaenses trouxe frutos para a cidade. Um deles foi a construção do aterro sanitário provisório para o lixo hospitalar.

Segundo o relatório da ONG, o lixo urbano espalhava-se pelas ruas a céu aberto,

sendo consumido por animais domésticos. Para complicar o problema, o lixo hospitalar misturava-se com tudo, inclusive com a comida dos animais domésticos, contribuindo para a disseminação de doenças. "Quando chegamos lá observamos que era urgente dar

destino ao lixo hospitalar", afirma o químico Giuliano Marchiani. A questão do lixo foi discutida em palestras e de educação ambiental com agentes de saúde e comunidade, grupo ambientalista e autoridades municipais. Além de levar o problema a órgãos estaduais e federais em Natal, os estudantes da ONG foram conhecer o aterro sanitário da capital.

O professor Jéferson Moriconi Cesário, do Departamento de Química, Giuliano Marchiani (formado em Química em 96) e Elson José Delavi (Geógrafo, formado em 96) fizeram uma pesquisa para quantificar e qualificar o lixo domiciliar da cidade, para permitir a destinação definitiva, planejar a coleta regular, a reciclagem e a compostagem, gerando recursos para administrar o aterro. A maior parte do lixo é orgânico, podendo virar adubo. A obra do aterro sanitário provisório do lixo hospitalar envolveu universitários e Prefeitura Municipal, sendo construída em 19 dias. Sua inauguração foi a segunda obra da nova gestão - o mutirão de Acauã foi a terceira. "Foram soluções simples, eficientes e baratas que deram resultados, para um problema que arrastava há muitos anos", diz o relatório.



Pesquisa quantificou e qualificou o lixo da cidade



**N**as visitas aos distritos, as alunas Rúbia Carla Piovezan, Luciane Margarida L. Pereira e Ariane Antonangelo Baracat, (Serviço Social) e Clarice R.C. Ferreira (Psicologia), constataram que cerca de 800 pessoas não tinham certidões de nascimento. Após entendimento com a Prefeitura e o cartório local a taxa foi reduzida de R\$18,00 para R\$ 6,00. O município vai arcar com 100 registros mensais.

Outro fato que chamou a atenção da ONG é o problema para com os portadores de necessidades especiais física e mental, em torno de 70 pessoas. Como não existe tratamento médico na cidade, a equipe entrou em contato com o S.O.S. Crianças, CRI-Centro de Recuperação Integral (terapeuta, assistência social, psicológica, psiquiátrica e neurológica), de Natal, que se dispôs a enviar equipe de médicos, assistentes sociais e orientadores duas vezes por semana a Poço Branco. A Clínica Professor Heitor Carrilho irá cuidar de 10 crianças, de até 18 anos, com treinamento vocacional incluído. Outros órgãos também estarão engajados nessa luta. Um deles é o Sepa-Serviço de Psicologia Aplicada da UFRN, que irá discutir um projeto envolvendo a UEL, UFRN, ONG e

## Atendimento de Serviço Social



A maior parte das crianças não têm documentos

Prefeitura Municipal voltado para os portadores de necessidades especiais e familiares.

Outra proposta dos alunos foi a criação da Secretaria de Ação Social, que vai providenciar, entre outras funções, o registro de nascimento e atendimento a portadores de necessidades especiais.

Dando prioridade aos distritos de Lagoa de Juazeiro,

Contador, Acauã e Pousas, as alunas de Psicologia e Serviço Social ministraram cursos de saúde básica da mulher e da criança, primeiros socorros, planejamento familiar, sexualidade, organização comunitária, entre outros. O município enfrenta problemas de cidade grande devido sua proximidade com Natal: drogas, turismo sexual, trabalho infantil, entre outros. Elas disseram que, por

enquanto, estão pesquisando os problemas para poder agir. Quanto ao trabalho infantil, já entraram em contato com a Delegacia do Trabalho para dar apoio na montagem do projeto preventivo e esclarecimento à comunidade sobre o tema para juntos buscar a solução. Os demais problemas poderão ser estudados junto com a Secretaria de Ação Social de Poço Branco.

## Higiene bucal

A cultura de extrair os dentes é um grave problema na região, pois de cada oito semanas de funcionamento do gabinete dentário, apenas uma é para restauração. A ONG acredita que as palestras sobre a importância da higiene bucal e as consequências para a saúde devido à falta deles - como a má absorção de alimentos que aumenta a desnutrição - contribuirá para modificar essa idéia.

Segundo o levantamento feito pelas acadêmicas de Odontologia, Alessandra de Barros Mendes e Cláudia E. Consalter, muitas crianças com menos de 10 anos não apresentavam alguns ou todos os dentes. Além das palestras e uso de vídeo, as alunas montaram teatro de marionetes na cidade e nos

distritos para centenas de crianças e ministraram cursos para os agentes de saúde, alertando-os sobre os cuidados com os dentes.



Alessandra demonstra a escovação correta

# Atividade física nas escolas

Orientado pela professora Eurídia Ramos Barleta, o aluno Luiz Claudio dos Santos Cortez (do 5º ano do curso de Educação Física) visitou as 18 escolas do município e realizou um diagnóstico das atividades realizadas fora do período escolar.

Embora conste no currículo - diz ele - não tem nenhuma atividade física e nem de educação artística nas escolas municipais, ficando restrita apenas às escolas estaduais. Essa falta de recreação acaba fazendo com que a criança fique desmotivada em sala de aula. Para atividades de recreação em escolas do município, Luiz Cláudio levou tintas, revistas, jornais e cordas, mas ao chegar constatou que a tinta era pouca em relação ao número de crianças em cada distrito. A solução acabou surgindo de lá. O coordenador de esportes (Cristovão) fabricou tinta, utilizando maisena e pó para tingir roupa, assim como confeccionou

pincéis utilizando sisal e gravetos. Com isso, houve uma troca de conhecimento e atingiu o objetivo proposto. Outra atividade do aluno foi auxiliar o coordenador a montar cronograma de eventos esportivos para atrair pessoal, e a construção de uma maquete de parque infantil, que pode ser construído em todos os distritos e escolas em regime de mutirão, utilizando troncos de coqueiro, sisal e material reciclado. A idéia - segundo o estudante - é lançar projetos conscientizando a comunidade para que ela mesmo busque soluções para resolver seus problemas, a exemplo do mutirão da água.

Ele conta que a integração da equipe foi muito importante para atingir os objetivos da ONG. Graças a isso, foi possível realizar dois encontros com grupos de 3a. idade, ressaltando a importância de Educação Física - já existem dois centros de con-



Luiz Cláudio: maquete de parque infantil com material disponível no local

vivência para idosos; colaborou nas apresentações dos cursos, recreações para crianças, reuniões no mutirão da água, entre outras atividades.

Agora, a professora Eurídia está avaliando os dados coletados, para a elaboração de

projetos que visem a melhoria das condições das crianças daquele município, no aspecto escolar, social e familiar. A intenção é propor que mais universitários conheçam a realidade em que se encontra a educação.

## Uma brisa diferente no movimento estudantil

O movimento estudantil no Brasil está entrando numa nova fase deixando para trás o romantismo teórico-revolucionário e buscando alternativa que afasta-se da militância partidária, ao empunhar bandeiras do dia-a-dia dos estudantes e não determinações de parte da sociedade.

Entre vários exemplos cito o Movimento Cadê o R.U.? e a Comissão Pró-Construção do Instituto de Referência em Ciências Humanas-IRCH, suas realizações fizeram História no Campus de nossa Universidade. Ao mesmo tempo as sadias recepções aos calouros, feitas pelos veteranos de Medicina, Arquitetura e Odontologia fizeram da UEL destaque em todo o Brasil, sem esquecer das acadêmicas de Serviço Social que tiveram a coragem de lutar contra o assédio sexual e do apoio dos futuros biólogos à Biblioteca Central. A lista é imensa.

Mas aqui quero destacar os acadêmicos que atuam na Organização Não Governamental Amigos de Poço Branco, que ganharam confiança e simpatia de toda uma cidade. Ao meu ver souberam perceber a oportunidade que se abriu em 96 com o Projeto Universidade Solidária, ao preocuparem-se com a situação dos habitantes daquela pequena comunidade de brasileiros. Trabalho que tem inspirado o surgimento de outras ONGs, que espero brotarem pelos jardins da UEL.

Quando Joenice Bettanin Dias, que se formou em História e está coordenando seis alfabetizadores e 120 alunos de 14 a 60 anos no interior do Nordeste e ainda convoca todos os estudantes a desenvolverem projetos

em benefício de brasileiros excluídos, percebe uma flor que produzirá sementes de uma revolução silenciosa. A ida de mais cinco estudantes para Poço Branco demonstra isso.

Fico feliz e orgulhoso pelo fato da Assessoria Estudantil ter sido procurada por esses acadêmicos e, na medida do possível, ter

podido apoiar um trabalho tão corajoso e dignificante. A seriedade e o reconhecimento em nível nacional que esses estudantes têm conseguido me faz dizer com orgulho: são estudantes da UEL.

Ludovico José Bonato  
Assessor de Assuntos Estudantis

## Seminário

O aluno Emerson Cenzi, de História, representou a ONG no Seminário Nacional sobre Projeto Alfabetização Solidária - Projeto Piloto. O seminário foi realizado em São Paulo, nos dias 16 e 17 de abril, com o objetivo

de avaliar 38 municípios do Norte e Nordeste que apresentam maior índice de alfabetização. Um desses municípios foi Poço Branco, que a partir de maio, fará parte do Projeto Alfabetização Solidária.

## Projetos sociais

Poço Branco está atraindo outros integrantes da ONG. Os alunos Jair Ferreira de Souza, Vander Agriani Pereira, Sergio Adriano Cavalheiro e Emerson Cenzi, do curso de História, dentro de um mês tomam-se alunos especiais da UFRN até a efetivação da matrícula. Os quatro membros da ONG embarcam para aquele município a fim de desenvolver projetos sociais. Eles pretendem mudar radicalmente o modo de vida: cidade, emprego... "O município está precisando de alguém que fique lá perma-

nente", para poder trabalhar junto com a comunidade projetos de melhoria de qualidade de vida da região", afirma Jair.

No mesmo esquema, o aluno Edivaldo Cesar Melegari, do curso de Administração Pública, da FECCEA-Faculdade Estadual de Ciências Econômicas de Apucarana, vai atuar junto com os alunos da UEL naquela comunidade na área de administração, entre outros.





**ORGANIZAÇÃO NÃO  
GOVERNAMENTAL ASSOCIAÇÃO  
AMIGOS DE POÇO BRANCO**

**ESTATUTO SOCIAL**

**POÇO BRANCO - R. N.**

**LONDRINA - P. R.**

**ORGANIZAÇÃO NÃO GOVERNAMENTAL ASSOCIAÇÃO AMIGOS DE POÇO BRANCO**

**ESTATUTO**

**CAPÍTULO I  
DA ASSOCIAÇÃO**

**ARTIGO 01** - A Organização Não Governamental Associação Amigos de Poço Branco, é uma sociedade civil com personalidade jurídica de direito privado, filantrópica e sem fins lucrativos, com sede e fórum na cidade Londrina, no Estado do Paraná, constituída para a finalidade de promover o desenvolvimento sócio-econômico, comunitário, auto-gestionário e auto-sustentável do município de Poço Branco, no Estado do Rio Grande do Norte.

**PARÁGRAFO ÚNICO** - Doravante a Organização Não Governamental Associação Amigos de Poço Branco, será referida neste estatuto como O. N. G. .

**ARTIGO 02** - Atendidas as regras que este estatuto vier a estabelecer a O.N.G. observará os princípios de: Isonomia, Equidade, Democracia, Impessoalidade, Publicidade, Tolerância, Respeito, Consenso, Moralidade, Responsabilidade, Paz, Ética, Solidariedade, Autonomia, Justiça, Fraternidade, Cidadania, Organização, Transparência, Honestidade, Humanismo, Cooperação, Comunicação, Ampla Defesa, do Contraditório, a Multi e Interdisciplinaridade .

**ARTIGO 03** - Para exercer e cumprir suas prerrogativas e deveres, a O.N.G. trabalhará em cooperação com diversas organizações governamentais e não-governamentais, difundindo seus princípios e métodos de trabalho, em espírito solidário, através da rede inter organizacional promovendo medidas pertinentes para o desenvolvimento de ações conjuntas, tais como a celebração de acordos, contratos, convênios, etc..

**ARTIGO 04** - Poderá ser sócio desta O.N.G. a pessoa física que tiver interesse em realizar atividades humanistas, em espírito de colaboração e de acordo com os princípios fixados neste Estatuto.

**PARAGRAFO UNICO** - O ingresso no quadro de sócios deverá ser requerido, por escrito ou oralmente, ao Sistema Diretivo da O.N.G. a quem compete deferir ou indeferir, de acordo com os princípios estatutários.

**ARTIGO 05** - São direitos e deveres dos associados:

REB...  
1º OFÍCIO  
PESSOAS JURÍDICAS  
LUIZA LUISA SOUTO  
DIRETORA

- a) observar as normas estatutárias, principalmente seus princípios;
- b) propor, debater e votar nas reuniões do sistema diretivo ou assembleia geral, as medidas que julgar conveniente aos interesses da O.N.G.;
- c) votar e ser votado para cargos eletivos .

**ARTIGO 06 - É dever do associado:**

- a) promover o fortalecimento da O.N.G., criticando construtivamente e participando dos projetos a serem desenvolvidos;
- b) observar e exigir o cumprimento dos dispositivos deste estatuto.

**ARTIGO 07 - O associado, quando cometer desrespeito ao estatuto ou decisões dos órgãos deliberativos, está sujeito a penalidades de advertência, suspensão ou eliminação do quadro social, cabendo à diretoria executiva a dosagem e aplicação da pena conforme a gravidade, que passará a surtir seus efeitos, inclusive para fins de recurso, a partir de sua comunicação por escrito ao mesmo.**

## **CAPÍTULO II DO SISTEMA DIRETIVO E DA EXECUTIVA**

**ARTIGO 08 - O Sistema Diretivo é constituído dos seguintes órgãos:**

- a) Diretoria Executiva, composta de 03 (três) membros;
- b) Corpo de Suplentes, composto de 03 ( três) membros;
- c) Conselho de Gerência de Projetos, composto pelos gerenciadores de cada projeto, não eletivo.

**ARTIGO 09 - Compete à Diretoria Executiva, composta pela Presidência, Secretaria Geral e Secretaria de Finanças:**

- a) representar a O.N.G., podendo nomear mandatários;
- b) convocar os demais órgãos deliberativos;
- c) elaborar em conjunto com o Conselho de Gerência:
  - 1- os planos anuais de ação e o orçamentário;
  - 2- os balanços anuais: financeiro e patrimonial;
- d) solicitar e reunir relatórios e análises sobre o desenvolvimento de atividades dos órgãos do Sistema Diretivo;
- e) contratar assessorias para a O.N.G.;
- f) indicar os membros do Conselho Consultivo;

g) Instalar Sub-sedes da O.N.G., fora da sede.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** - A representação da Diretoria Executiva ~~cabera~~ <sup>cabera</sup> automaticamente ao presidente em exercício, e somente poderá ser cassada, total ou parcialmente, por tempo determinado ou indeterminado, através de decisão de 2/3 (dois terços) dos membros integrantes do referido órgão.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** - A Diretoria Executiva, por decisão de pelo menos 2/3 (dois terços) de seus integrantes, poderá restringir ou extinguir as atribuições de quaisquer dos diretores, sendo que tais decisões só terão eficácia jurídica após referendadas pelo sistema diretivo.

**ARTIGO 10** - A denominação "diretor" será utilizada, indistintamente, para todos os membros do Sistema Diretivo.

**ARTIGO 11** - Mediante prévia aprovação da Diretoria Executiva, o diretor poderá ser convidado para trabalhar junto à O.N.G. em período integral ou parcial.

**PARÁGRAFO ÚNICO** - Na hipótese do caput deste artigo, o Sistema Diretivo poderá destinar ao diretor uma remuneração mensal, a título de verba de representação, em valor nunca inferior ao salário mínimo legal.

**ARTIGO 12** - A O.N.G. poderá firmar contrato de trabalho ou de prestação de serviços com membros do Sistema Diretivo, à exceção daqueles que *integrarem a Diretoria Executiva*.

**ARTIGO 13** - A presidência compete:

- a) representar a O.N.G.;
- b) convocar e, preferencialmente, presidir as reuniões, assembléias gerais, encontros e congressos;
- c) coordenar, orientar e responder pela execução das atividades atribuídas aos órgãos do sistema diretivo;
- d) iniciar processos cícitorais, na forma e nos casos previstos neste estatuto;
- e) assinar documentos inerentes à própria pasta ou às demais.

**ARTIGO 14** - A Secretaria Geral compete:

- a) substituir o presidente;
- b) preferencialmente, secretariar as reuniões, assembléias gerais, encontros e congressos convocados pela O.N.G., elaborando as súmulas, atas, relatórios e resoluções;
- c) editar o calendário geral de atividades da O.N.G., distribuindo-o aos diretores e associados;

1.º OFÍCIO  
PESSOAS JURÍDICAS  
LUIZA LUÍS FERREIRA  
2023/0000000

- d) solicitar e reunir relatórios e análises sobre o desenvolvimento de atividades dos órgãos do sistema diretivo, junto aos gerenciadores de projeto;
- e) executar os serviços de notificações e correspondências;
- f) juntamente com o presidente ou com o tesoureiro, assinar balanços, cheques e demais títulos de crédito;
- g) organizar e manter em ordem os documentos da O.N.G..

**ARTIGO 15 - Ao secretário de finanças compete:**

- a) assegurar os recebimentos dos créditos da O.N.G., conferindo-os por ocasião dos pagamentos respectivos;
- b) compor, anualmente, balancetes financeiros da O.N.G.;
- c) elaborar relatórios resumidos da situação financeira da entidade para assegurar informações atualizadas aos membros da diretoria executiva e aos demais órgãos do Sistema Diretivo;
- d) coordenar a elaboração, anual, do plano orçamentário e do balanço financeiro da O.N.G.;
- e) assinar documentos inerentes à pasta, entre os quais, juntamente com o presidente ou, na ausência deste, com o secretário, balanços, cheques e demais títulos, de crédito;
- f) a gerência patrimonial e financeira;
- g) responder pela área de recursos humanos;
- h) administrar a utilização de bens ou instalações da O.N.G..

**ARTIGO 16 - A suplência da D.N.G. é constituída de um corpo de suplentes composto de 03 (três) membros.**

### **CAPÍTULO III DOS CONSELHOS DE GERÊNCIA DE PROJETOS E CONSULTIVO**

**ARTIGO 17 - Compete ao Conselho de Gerência de Projetos:**

- a) Reunir-se ordinariamente, a cada 15 dias, para discutir os projetos: metas, andamento, a inter e multidisciplinaridade, etc.;
- b) informar sobre os andamentos dos projetos ao Sistema Diretivo e a Sub-sede;
- c) Escolher entre os gerenciadores um coordenador do Conselho de Gerência.

**ARTIGO 18 - Cabe a cada gerenciador:**

- a) viabilizar o projeto em conjunto com o Sistema Diretivo, Sub-sede e órgãos conveniados;
- b) responsabilizar-se pelo projeto dentro dos princípios estatutários;
- c) elaborar informes, sugestões, metas, etc. sobre o andamento do projeto.



d) zelar para que o projeto atenda ao objetivo do Programa de Desenvolvimento.

**ARTIGO 19** - O Conselho Consultivo será composto por no mínimo 03 (três) e no máximo 05 (cinco) membros.

**PARÁGRAFO ÚNICO** - Os membros do Conselho Consultivo deverão eleger, dentre os mesmos, um coordenador do órgão.

**ARTIGO 20** - Compete ao Conselho Consultivo:

- a) Juntamente com a Diretoria Executiva e Conselho de Gerência, fazer o plano anual de projetos do Programa de Desenvolvimento de Poço Branco;
- b) prestar assessoria à Diretoria Executiva relativamente a questões do Programa;
- c) supervisionar o desenvolvimento do programa, juntamente com a Diretoria Executiva;
- d) emitir relatórios e pareceres quanto aos projetos;
- e) servir como órgão consultivo às ações desencadeadas pelo Conselho de Gerência.

#### **CAPÍTULO IV DA SUB SEDE E CONSELHO DE ENTIDADES**

**ARTIGO 21** - A O.N.G. terá Sub-sede na cidade de Poço Branco, no estado do Rio Grande do Norte.

**ARTIGO 22** - Cabe aos integrantes da Sub-sede, formar o Conselho de Entidades de Poço Branco, formado por representantes das instituições que atuam em projetos do Conselho de Gerência e mais um representante da O.N.G.

**ARTIGO 23** - É função do Conselho de Entidades em conjunto com o Sistema Diretivo, criar e gerir os fundos voltados para educação e desenvolvimento de Poço Branco.

**ARTIGO 24** - O Conselho de Entidades deverá opinar e apontar possíveis falhas no Programa de Desenvolvimento, na gestão financeira, patrimonial e no plano anual de ação, emitindo pareceres.

**PARÁGRAFO ÚNICO** - Para tanto cabe ao Sistema Diretivo viabilizar o debate junto ao Conselho de Entidades, na cidade de Poço Branco, fazendo os esclarecimentos necessários.

RECIBO  
1º DE JUNHO  
PRES. LUIS...

**ARTIGO 25** - A Sub-sede desta O.N.G. será composta e administrada em conformidade com as deliberações de seus integrantes observadas as finalidades e os princípios constantes neste estatuto.

**ARTIGO 26** - O regimento interno da Sub-sede só terá vigência e eficácia jurídica após aprovado pela Sistema Diretivo da O.N.G.

### **CAPÍTULO V DO ABANDONO E PERDA DO MANDATO**

**ARTIGO 27** - Ocorrerá o abandono de cargo quando o seu ocupante deixar de exercer injustificadamente as funções respectivas por 40 (quarenta) dias ou ausentar-se, também injustificadamente, de pelo menos 5 (cinco) reuniões, nas quais, por força deste estatuto, deveria ter comparecido.

**ARTIGO 28** - O diretor perderá o mandato se:

- a) renunciar ao cargo;
- b) for eliminado do quadro social;
- c) abandonar o cargo.

**PARAGRAFO PRIMEIRO** - A perda do mandato ocorrerá automaticamente, nos casos das alíneas "a" e "b". Com o trânsito em julgado, da penalidade ou da declaração, no caso da alínea "c" e artigo 27.

**ARTIGO 29** - O diretor, por deliberação de pelo menos 2/3 do Sistema Diretivo, poderá ser remanejado de cargo.

### **CAPÍTULO VI DO SISTEMA DELIBERATIVO**

**ARTIGO 30** - São órgãos do sistema deliberativo:

- a) a Diretoria Executiva;
- b) o Sistema Diretivo ; e
- c) a Assembléia Geral.

**ARTIGO 31** - As decisões dos órgãos deliberativos sempre serão tomadas por maioria simples dos presentes

11.01.00  
PESSOAS JURÍDICAS  
LUIZ LUIS DOS SANTOS

**ARTIGO 32 - A Diretoria Executiva deverá se reunir, em seção ordinária, uma vez por mês e, extraordinariamente, sempre que a maioria de seus membros ou o presidente convocar.**

**ARTIGO 33 - De suas decisões definitivas é cabível recurso para o Sistema Diretivo, sem efeito suspensivo.**

**ARTIGO 34 - O Sistema Diretivo deverá se reunir, em seção ordinária, trimestralmente, ou extraordinária, sempre que for convocado pela maioria de seus membros ou pelo presidente da entidade ou, ainda, pela maioria dos componentes da Diretoria Executiva.**

**ARTIGO 35 - Compete ao Sistema Diretivo, como órgão de deliberação política;**

- a) promover congressos, debates e outras atividades afins;
- b) decidir sobre questões administrativas, em grau de recurso; e
- c) deliberar a respeito de assuntos especificamente previstos.

**PARÁGRAFO ÚNICO - Os recursos serão decididos na primeira reunião do Sistema Diretivo, verificada logo após sua interposição.**

**ARTIGO 36 - Qualquer decisão só será válida na hipótese de participarem da reunião do Sistema Diretivo a maioria simples dos seus membros.**

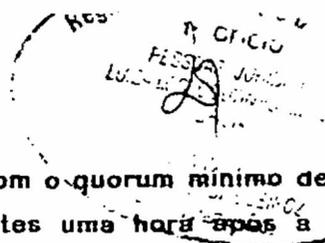
**ARTIGO 37 - Das decisões definitivas do Sistema Diretivo são cabíveis recursos para a assembleia geral.**

**ARTIGO 38 - Se o recurso for improvido, o recorrente indenizará à O.N.G. as despesas com a realização da assembleia geral, especialmente convocada, "ad referendum" desta mesma assembleia.**

**ARTIGO 39 - A assembleia geral é soberana em suas decisões nos termos deste estatuto.**

**ARTIGO 40 - A assembleia geral deverá se reunir, em seção ordinária ou extraordinária sempre que for convocada por 20% (vinte por cento) dos associados, mediante abaixo-assinado dirigido ao Sistema Diretivo, ou pela maioria dos membros do Sistema Diretivo ou pelo presidente da entidade ou, ainda, pela maioria dos componentes da Diretoria Executiva.**

**PARÁGRAFO PRIMEIRO - Excetuadas as assembleias eleitorais, de apreciação do plano orçamentário financeiro e do balanço patrimonial, as demais são extraordinárias.**



**PARÁGRAFO SEGUNDO** - A Assembléia Geral realizar-se-á com o quorum mínimo de maioria simples, em primeira convocação, ou então com os presentes uma hora após a primeira convocação.

**ARTIGO 41** - Compete a Assembléia Geral:

- a) fixar contribuições aos sócios ;
- b) decidir os recursos interpostos contra decisões do Sistema Diretivo;
- c) eleger o Sistema Diretivo, à exceção dos Conselhos Consultivo e de Gerência;
- d) demais questões especificamente previstas.

**PARÁGRAFO ÚNICO** - Serão sempre tomadas por escrutínio secreto, as decisões concernentes aos seguintes assuntos:

- 1- eleição de associado para cargo de direção;
- 2- tomada e aprovação das contas da diretoria;
- 3- julgamento dos atos do Sistema Diretivo, relativos a penalidades e perda do mandato.

## **CAPÍTULO VII DO PATRIMÔNIO**

**ARTIGO 42** - Constitui patrimônio da O.N.G. destinado a seus fins:

- a) as contribuições pagas pelos sócios;
- b) as subvenções, auxílios, doações de pessoas físicas ou jurídicas, estas públicas ou privadas, nacionais ou internacionais;
- c) os bens de qualquer natureza que possua ou vier a possuir;
- d) as rendas de qualquer espécie a ela atribuídas.

**ARTIGO 43** - A venda e o comodato de bem imóvel dependerão de prévia aprovação da assembléia geral, especialmente convocada para esse fim.

**ARTIGO 44** - A dissolução da Associação, e conseqüente destinação de seu patrimônio, só será válida se decidida em Assembléia Geral específica, por escrutínio secreto, e ainda assim na hipótese de participarem pelo menos a maioria absoluta dos associados quites.

## **CAPÍTULO VIII DAS ELEIÇÕES**

**ARTIGO 45** - Os membros do Sistema Diretivo, à exceção daqueles integrantes do Conselho Consultivo, da Sub-sede, Gerência de Projetos, serão eleitos em processo eleitoral único, bienalmente, de conformidade com o regimento eleitoral, observados os princípios estatutários e a legislação vigente.

**ARTIGO 46** - As eleições serão realizadas dentro do prazo máximo de 60 (sessenta) dias e mínimo de 30 (trinta) dias que anteceder ao término dos mandatos vigentes, devendo ser convocadas com antecedência máxima de 60 (sessenta) dias e mínima de 30 (trinta) dias, da data da realização do pleito, por edital, elaborado de acordo com os princípios estatutários.

**ARTIGO 47** - É eleitor todo o associado que na data da eleição tiver:

- a) mais de 01 (um) mês de inscrição no quadro social;
- b) pelo menos 16 anos; e
- c) quitado as contribuições até 02 (dois) dias antes do início das eleições.

**ARTIGO 48** - Não pode ser eleito para cargo do sistema diretivo:

- a) quem houver lesado o patrimônio público ou de qualquer entidade;
- b) quem integrar a comissão eleitoral, excetuados os representantes da chapa.

**ARTIGO 49** - O processo eleitoral será coordenado e conduzido por uma comissão constituída de 03 (três) pessoas, eleitas em assembleia geral ordinária (presidente, vice presidente e secretário), além de 01 (um) representante de cada chapa.

**ART. 50** - Compete à Comissão Eleitoral:

- a) elaborar o regimento eleitoral, observando-se o disposto neste Estatuto;
- b) decidir sobre os recursos eleitorais e as impugnações de candidatura.

**ARTIGO 51** - O mandato da comissão eleitoral extingue-se-á com a posse do Sistema Diretivo eleito.

**ARTIGO 52** - A validade da eleição independe do número de votantes.

**ARTIGO 53** - Havendo vacância de cargo, o Sistema Diretivo poderá decidir por realização de eleições complementares, a ser procedida na forma do regimento eleitoral aprovado em Assembleia Geral.

## CAPÍTULO IX

OFICIO  
 PESSOAS JURÍDICAS  
 LUÍZA LÓSI CONTINHO MENDES  
 OAB/PR

**DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS**

**ARTIGO 54** - Eventuais alterações deste estatuto só serão válidas se, em assembleia geral específica, forem aprovadas por mais de 20% (vinte por cento) dos associados quites.

**ARTIGO 55** - Este estatuto entrará em vigor na data de sua aprovação da assembleia geral.

**ARTIGO 56** - O presente estatuto passará por revisão no prazo máximo de um ano, a contar de seu registro.

Londrina - PR, 24 de março de 1.996.

*Carlos Roberto Scalassara*

**CARLOS ROBERTO SCALASSARA**

ADVOGADO  
 OAB/PR 125



*Emerson Inácio Cenzi*  
**EMERSON INÁCIO CENZI**  
 Presidente da Assembleia

*Jair Ferreira de Souza*  
**JAIR FERREIRA DE SOUZA**  
 Secretário da Assembleia

*Mariana Josefa de Carvalho Almeida*  
**MARIANA JOSEFA DE CARVALHO ALMEIDA**  
 Presidente eleita

DISTRIBUIDO SOB N.  
**7061**  
 12 ABR 1996  
 Ao 1.º Of. Reg. Título

CARTORIO SIMONI - 4º OFÍCIO DE NOTAS  
 401, PARANA, 150 - LONDRINA-PR  
 FRANCISCO LUIZ SALINET JR - Tabelião  
 Fone: (32) 374711 - 322-0930  
 RECONHEÇO e dou-te por SEMELHANÇA a(s)  
 Titulo(s) de:  
 0022965-CARLOS ROBERTO SCALASSARA.....  
 EM TESTEMUNHO DA VERDADE  
 LONDRINA, 12 de Abril/1996

**CARTORIO SIMONI**  
 CRISTINA S. M. DE OLIVEIRA  
 AUXILIAR JURAMENTADA  
 LONDRINA - PARANA

**CARTORIO SIMONI**  
 2º OFÍCIO DE NOTAS  
 LONDRINA-PR  
 Reconheço a(s) firma(s) de  
*Emerson Inácio Cenzi*  
 do que dou fé.  
 Londrina, 12 de Abril 1996  
 Em testou da verdade.  
*Jair Ferreira de Souza*

**TABELIONATO ACCIOLY DE BARROS**  
 5º OFÍCIO COMARCA DE LONDRINA  
 Reconheço a(s) firma(s) de  
*Emerson Inácio Cenzi*  
 do que dou fé.  
 Londrina, 12 de Abril 1996  
**MARINO ACCIOLY DE BARROS**  
 TABELIÃO  
**ROSE SILENE CATENACCE**  
 - E. JURAMENTADA -  
 CPF 831.429.500-18

Tabelionato Accioly de Barros  
 5º Ofício  
 MARINO ACCIOLY DE BARROS  
 Tabelião de Notas  
 Comarca de Londrina

VISTO:

**DADOS ESTATÍSTICOS DE POÇO BRANCO  
DADOS DO I.B.G.E. DO CENSO DE 1991.**

**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E DO DESPORTES  
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL**

**UF: RN**

**MUNICÍPIO: POÇO BRANCO**

**DADOS DEMOGRÁFICOS**

<b>POPULAÇÃO MASCULINA</b>	<b>5.301</b>
<b>POPULAÇÃO FEMININA</b>	<b>5.147</b>
<b>POPULAÇÃO EM ZONA URBANA</b>	<b>5.536</b>
<b>POPULAÇÃO EM ZONA RURAL</b>	<b>4.912</b>
<b>POPULAÇÃO DE 0 A 6 ANOS</b>	<b>2.167</b>
<b>POPULAÇÃO DE 7 A 14 ANOS</b>	<b>2.361</b>
<b>POPULAÇÃO DE 15 A 17 ANOS</b>	<b>758</b>
<b>POPULAÇÃO TOTAL</b>	<b>10.448</b>
<b>NUMERO DE FAMILIAS INDIGENTES</b>	<b>1.230</b>

**DADOS EDUCACIONAIS**

<b>ESCOLAS</b>	<b>ESTADUAIS</b>		<b>MUNICIPAIS</b>		<b>PRIVADA</b>
	<b>RURAL</b>	<b>URBAN</b>	<b>RURAL</b>	<b>URBAN</b>	<b>URBAN</b>
<b>NUMERO DE ESCOLAS</b>	5	3	4	17	1
<b>PRÉ-ESCOLA</b>	2	0	2	0	1
<b>ENSINO FUNDAMENTAL</b>	2	3	2	17	1
<b>ENSINO MÉDIO</b>	1	0	0	0	0
<b>NÚMERO DE ALUNOS</b>	1.492	67	358	1.008	176
<b>PRÉ-ESCOLA</b>	156	0	116	0	44
<b>ENSINO FUNDAMENTAL</b>	1.198	67	242	1.008	132
<b>ENSINO MÉDIO</b>	138	0	0	0	0
<b>Nº. DE PROFESSORES</b>	52	4	25	46	8
<b>PRÉ-ESCOLA</b>	8	0	5	0	1
<b>ENSINO FUNDAMENTAL</b>	38	4	20	46	7
<b>ENSINO MÉDIO</b>	6	0	0	0	0

<b>TAXA DE ANLAFABETISMO DE 11 A 14 ANOS</b>	<b>47,80%</b>
<b>TAXA D ANLAFABETISMO D 15 ANOS MAIS</b>	<b>58,90%</b>

**DADOS ECONÔMICOS**

<b>PROPORÇÃO DE CHEFES DE DOMICILIO - FAIXA DE RENDA:</b>	
<b>ATÉ ½ SALARIO MÍNIMO</b>	<b>38,50%</b>
<b>ATÉ 1 SALARIO MÍNIMO</b>	<b>77,10%</b>
<b>ATÉ DOIS SALÁRIOS MÍNIMOS</b>	<b>94,40%</b>
<b>MAIS DE DOIS SALÁRIOS MÍNIMOS</b>	<b>5,60%</b>

**DADOS DE SANEAMENTO BÁSICO**

<b>PROPORÇÃO (%) DE DOMICÍLIOS COM FORNECIMENTO INADEQUADO DE :</b>	
<b>ÁGUA</b>	<b>83,50</b>
<b>ESGOTO</b>	<b>99,90</b>

O.N.G. AMIGOS DE POÇO BRANCO

PROGRAMA POÇO BRANCO

RELATÓRIO

O. N. G. AMIGOS DE POÇO  
PROJETO UNIVERSIDADE SOLIDÁRIA II.- PUSOL - II  
UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA - UEL

POÇO BRANCO - R. N.

LONDRINA - PR

JANEIRO/MARÇO 1997

# O.N.G. AMIGOS DE POÇO BRANCO

## RELATÓRIO FINAL

### 1. VIAGEM PRECURSORA.

O fato de termos dado continuidade ao Projeto Universidade Solidária I, jan./96 e retornado em jul./96, com a ONG fundada, proporcionou uma boa coleta de dados e informações sobre Poço Branco e o Nordeste, permitindo um suporte para planejar, trabalhar e se envolver com a comunidade.

Vale lembrar que a idéia do Programa Poço Branco, surgiu como objetivo da ONG Amigos de Poço Branco, parida a partir da integração povo da comunidade universitária, com o povo da comunidade de Poço Branco, provocada pelo PUSOL I.

### 2. PREPARAÇÃO E SELEÇÃO DA EQUIPE.

De acordo com as necessidades levantadas pelas viagens anteriores, a seleção acabou se distribuindo pôr áreas, da seguinte forma:

- a) acadêmicos que conheciam Poço Branco e fundadores da ONG que estavam envolvidos em projetos;
- b) pôr áreas específicas: Agronomia, Serviço Social, Educação Física, etc., e;
- c) estudantes que vieram trazer idéias de projetos - Odonto, Medicina, etc.

Assim, fizemos discussões com vídeos, fotos, dados estatísticos, relatos de vida, enfim recursos que retratavam Poço Branco, Rio Grande do Norte e o Nordeste, ao mesmo tempo debatendo assuntos relacionados pôr exemplo: universidade, política, governo, problemas sociais, cultura, projetos, multi e interdisciplinaridade, finanças, movimento estudantil, organizações não governamentais, entre outros assuntos.

Foram feitas três oficinas: uma de antropologia, pela profª. Regina Murilo e o prof. Bruno Câmara Pinto, nascido em Taipú-RN do Departamento de Ciências Sociais e outra de desenvolvimento rural, pela profª. Claudia Pereira da Silva, do Depto. de Agronomia, todos da Universidade Estadual de Londrina.

No total nossa equipe foi de vinte e sete pessoas.

### 3. TRANSPORTE INTER-REGIONAL.

A UEL levou e buscou os estudantes, bagagens e equipamentos no aeroporto de Londrina e transportou três estudantes de kombi, seja na terra ou no ar, a viagem foi inesquecível. Só temos elogios a FORÇA AÉREA BRASILEIRA - FAB, e às tripulações. Foi bom saber que os pilotos da FAB estão em terceiro lugar, dentre as melhores tripulações de Hércules C-130 (ficam atrás dos EUA e pôr 0,5 ponto do Reino Unido). Estamos na torcida para que a FAB receba pelo menos mais 10 aviões desse tipo.

Nossas boas vindas ao R. N., veio com a deliciosa comida da terra, no jantar oferecido pelo 17º G.A.C. - Grupamento de Artilharia de Campanha, Quartel Jerônimo de

Albuquerque, em Natal, onde pernoitamos. De lá fomos a Poço Branco, na volta ficamos um dia a mais no Quartel, devido a chuvas no Sul.

Queremos expressar nossos agradecimentos ao Coronel Prisco, Capitão Mergulhão, Sargentos Adriano e Miscúla, ao Soldado Jarbas, aos cozinheiros, garçons e a todos no 17° G.A.C., que não mediram esforços em nosso atendimento.

#### **4. TRABALHO DE CAMPO.**

Distribuído pelas áreas de: Ações Urgentes; Administração Pública e Comunitária; Agricultura; Assistência Social; Cursos; Educação; História, Memória e Cotidiano; Meio-ambiente; Parcerias, Pesquisas e Coleta de Dados, Visitas e Saúde. Como anexo vai propostas para o futuro.

Criamos um fundo de viagem com recursos das 22 bolsas doadas pelo PUSOL II, permitindo cobrir as despesas de alimentação, materiais de consumo, reparos de equipamentos comunitários, custear o início do Projeto de Educação para a Cidadania, entre outras despesas.

##### **4.1 ALOJAMENTO.**

Como em 96, ficamos na Escola Municipal Aluísio Alves, o 17° G.A.C., enviou os beliches, colchões, roupas de cama e toalhas. Havia espaço para reuniões de trabalho e com a comunidade; sala de computadores (levamos três); refeitório, cozinha e quarto de hóspedes (utilizado pôr representantes da Fundação Nacional de Saúde e do PUSOL II) e também, salão e pátio para atividades diversas.

##### **4.2. ALIMENTAÇÃO.**

Todos os gêneros alimentícios foram comprados no comércio local, ficamos clientes de todos os mercados e mercearias da cidade. Nossa cozinheira foi a Sra. Raimunda Ferreira Lima e Silva, que se tornou uma segunda mãe de todos os londrinenses, além de experimentar-mos sucos e comida da região, de vez em quando Raimunda presenteava a todos com sanduíches e pizzas, só para matar a saudade.

##### **4.3. TRANSPORTE LOCAL**

Foi difícil, e como não tem posto de gasolina em Poço Branco, piorou, mas graças a UEL ( que enviou uma kombi) foi possível estar presente em todos os 14 distritos e pequenas comunidades rurais, cuja população varia de 70 `a 1.500 pessoas.

A FNS - R.N., durante uma semana, deixou outra kombi, que não pode ficar mais, pois tinha que atender outras equipes e dar conta de suas funções quotidianas. A Prefeitura, sempre que havia possibilidade de uso, cedia o ônibus escolar, as autoridades de Poço Branco e algumas vezes os próprios cidadãos contribuíam emprestando seus veículos.

Mas não foi suficiente, utilizávamos qualquer veículo que aparecesse, foi assim que conseguimos levar os canos para o mutirão de Acauã (caminhão da FNS), no qual até o Tenente Coronel Ranilson, do Quartel-General das forças Armadas, que veio nos visitar, emprestou seu carro para colaborar.

#### **4.4 DIVULGAÇÃO E MOBILIZAÇÃO.**

Em dez/96, Joenice B. Dias, do setor de Educação da ONG, foi à Poço Branco conversar com as autoridades eleitas e acertar a viagem, iniciando, assim a divulgação. Quando chegamos no Trampolim da Vitória, nos esperava a equipe da TV Cabuji (Globo). No dia seguinte, muitos já tinham visto a matéria de nossa chegada na tevê.

A imprensa de Natal deu uma boa cobertura para nossas atividades: foram duas reportagens na TV, 7 nos jornais Diário de Natal e Tribuna do Norte, e duas entrevistas na Rádio Baixa-Verde, de João Câmara.

Somou-se a divulgação corpo-a-corpo, o carro de som do prefeito (que chamava a atenção pelo sotaque diferente), mas foi importante o apoio de várias lideranças da comunidade.

#### **4.5 ATIVIDADES NO MUNICÍPIO.**

##### **4.5.1 - AÇÕES URGENTES.**

Ações de curto prazo que visam: resolver problemas emergenciais, chamar a atenção e fazer com que a sociedade, como um todo, se mobilizasse, principalmente, autoridades e órgãos governamentais. Dentro desse contexto obtivemos êxito no seguinte:

- a) Construção de aterro sanitário para o lixo hospitalar;
- b) mobilização da imprensa, Fundação Abrinq e o S.O.S. Criança, em favor das crianças portadoras de necessidades especiais;
- c) foi criada a Secretaria de Ação Social;
- d) discussões sobre convênios da Prefeitura Municipal com: Clínica Prof., Heitor Carrilho, Centro Reabilitação Infantil, Universidade Federal do Rio Grande do Norte e UEL;
- e) distribuição de gêneros alimentícios e refeições para pessoas que trabalharam conosco.
- f) mutirão d'água, obra em regime de mutirão que levou água potável para Acauã, após 34 anos.

Fomos conversar com autoridades, tanto em Natal como em Poço Branco, permitindo que hoje, estejam sendo feitos estudos para a implantação de vários programas sociais dos governos estadual e federal.

No âmbito Federal nos reunimos com: Fundação Nacional de Saúde - FNS/RN, Dr. Amaurilio José Ferreira Teles, coordenador regional e os setores de Educação e Engenharia; na U.F.R.N.: Prof. Arnon de Andrade, Pró-reitor de Extensão, Profª. Letiene, do Depto. de Psicologia Aplicada, Depto. de Agropecuária e com estudantes; com fiscais da Delegacia Regional do Trabalho - DRT/RN e o Programa Comunidade Solidária.

Já no âmbito Estadual: Sr. Fernando Freire, vice governador; Dr. Paulo Nogueira, da Secretaria de Trabalho e Ação Social - SETAS; Sr. Aldo Medeiros da EMPARN - Empresa de Pesquisa Agropecuária; EMATER/ RN, e com Engenheiro Sr. Paulo Varela, da Secretaria de Estado de Recursos Hídricos.

##### **4.5.2 - Administração Pública e Organização Comunitária.**

Dia 29/1 chegou Edvaldo César Melegari, administração pública da Faculdade de Ciências Econômicas e Administração de Apucarana, veio, chegou em 29/01. Ele e Rony Mazetti, estagiário no Centro de Documentação e Pesquisa Histórica da UEL, puderam constatar a necessidade urgente de qualificar servidores municipais na área administrativa, e de arquivos, assim como, treinamento para as entidades e existentes e estímulo para novas.

- a) elaboramos em conjunto com integrantes do Grupo Ecológico Heróis da Defesa Ambiental, proposta de estatuto para ser debatido em assembléia;
- b) foi fundada a Associação de Pais e Mestres da Escola Municipal Maria de Lourdes Costa, no distrito rural de Contador;
- c) feitas assembléias de professores e outra de pais, para eleger comissão organizadora para a fundar a Associação Municipal de Pais e Mestres.
- d) análise da situação de arquivo e administrativa da prefeitura.

#### **4.5.3 - AGRICULTURA**

Em setembro/96, começamos a esboçar o Plano de Desenvolvimento Rural de Poço Branco, com o apoio do Centro Acadêmico Terra Livre, quatro acadêmicos de Agronomia, sob a orientação da profª. Claudia Pereira da Silva, iniciaram em janeiro/97 o diagnóstico rural participativo.

Percorrendo as comunidades rurais, assentamentos e acampamentos do M.S.T., sítios, fazendas, conversaram com as pessoas do campo e, reuniram-se com lideranças rurais, Cooperativa, Sindicato dos Trabalhadores Rurais, Movimento dos Sem Terra, EMATER - R.N., EMPARN, Serviço Nacional de Aprendizagem Rural, Departamento de Agropecuária da UFRN.

Esse trabalho deu origem a realização do I SEMINÁRIO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL com a participação de aproximadamente 80 agricultores, autoridades municipais e do Dr. Aldo Medeiros, da EMPARN.

Levamos plantas medicinais do Sul, plantadas em um canteiro experimental, junto com plantas nordestinas, até 15/4, André Albanese, engenheiro agrônomo, (formado/96 da UEL), está em Poço Branco, dando prosseguimento às etapas do D-PDR. A previsão é do diagnóstico ficar pronto em julho deste ano. Sua ida foi possível com recursos do fundo de viagem e apoio da Prefeitura Municipal.

Atualmente o Engenheiro Agrônomo, André Albanese, formado na UEL, em 96, está em Poço Branco, dando prosseguimento às etapas do D-PDR. A previsão é do diagnóstico ficar pronto em julho deste ano.

Foram feitos dois canteiros experimentais para leguminosas resistente ao calor, temos até julho para conseguir as sementes, e 30 estudantes da Escola Estadual de 1º e 2º Graus Estudante José Francisco Filho, fizeram 40 canteiros para a horta da escola.

#### **4.5.4 - ASSISTÊNCIA SOCIAL**

Envolvendo toda a equipe, especialmente acadêmicos de Serviço Social, Psicologia e História, fomos olhar o que estava pôr trás das paredes das casas mais simples. Entre os inúmeros problemas, destaca-se o drama dos portadores de necessidades especiais, física e mental. Tanto a ÁGUA, CRIANÇA, O IDOSO, OS PORTADORES DE NECESSIDADES ESPECIAIS, TAMBÉM SÃO PRIORIDADE NÚMERO UM.

Em torno de 70 pessoas, nessas condições, estão sem acompanhamento médico, a maioria crianças, vivem isoladas (presas e até amarradas), distantes, da já tão distante infância das crianças brasileiras do Nordeste.

Uma situação tão grave, que cabe a pergunta: onde estava o povo alemão durante a ascensão de Hitler ?

Foi acionada a imprensa e o S.O.S. CRIANÇA, a repercussão foi suficiente para conseguir apoio junto à U.F.R.N., Secretaria de Trabalho e Ação Social, Centro Infantil de Reabilitação - CRI, e Clínica Prof. Heitor Carrilho.

O CRI se dispôs a enviar uma equipe com médico, assistentes sociais e orientadores, duas vezes pôr semana à Poço Branco e a Clínica prof. Heitor Carrilho irá cuidar de 10 crianças portadoras de deficiência mental, com treinamento vocacional incluído.

Mesmo com a criação da Secretaria Municipal de Assistência Social, o atendimento que estava previsto para iniciar até o fim de março, não começou, pois a Prefeitura, a FNS e a SETAS, que poderiam (ou deveriam) colaborar no transporte de crianças e profissionais, dizem que não tem condições.

Talvez o caminho para resolver o problema é a organização de pais e amigos para fundar a Associação Poçobranquense de Amigos dos Portadores de Necessidades Especiais.

O desrespeito à Constituição Federal é latente, pôr exemplo, de acordo com a Prefeitura Municipal cerca de 800 pessoas (maioria crianças), sem certidões de nascimento. O cartório local cobra R\$ 18,00 pôr registro. Após denúncias junto a representantes do Governo Federal, o cartório fez um acordo com o Sr. Prefeito, e reduziu o preço: R\$ 6,00. A municipalidade vai arcar com 100 registros pôr mês. Quando a último equipe retornou de kombi, 70 pessoas, a maioria crianças já tinham obtido o documento.

O problemas é que muitas crianças são criadas pôr avós, tios ou padrinhos, e exige-se a presença da mãe ou pai, quando não se possui o certificado da Maternidade, mas como é grande o números de nascidos em casa, a burocracia vence.

#### 4.5.5. - CURSOS

Foram organizados cursos do PUSOL II, da F.N.S., de introdução à informática, e atualmente o Engenheiro Agrônomo, André está em conversações com o Serviço Nacional de Aprendizagem Rural - SENAR, no intuito de estudar uma forma de levar cursos aos agricultores e aos seus filhos.

No mês de março/97 foi organizada a Semana Pedagógica para os professores do ensino básico e o início do treinamento, dos alfabetizadores.

Dessa vez, mesmo oferecendo os cursos na cidade, a prioridade foram os 14 distritos rurais. Os vídeos que trabalham com comunidades, como o Escola Legal e o de Organização Comunitária, devido à identidade comum, provocaram na pessoas um sentimento de que elas são capazes de se organizar e conseguir o que elas acham necessário.

Foram realizadas recreações, nas quais os estudantes da UEL cuidavam, orientavam e brincavam com a crianças enquanto seus pais assistiam os cursos, ou participavam de reuniões com outros estudantes, isso permitiu a perceber melhor o cotidiano das

comunidades e descobrir casos sérios problemas, pôr exemplo discriminação religiosa, a portadores de deficiência, entre outros.

#### **4.5.6 - EDUCAÇÃO**

A atuação da equipe se pautou em dois pontos básicos: implantar o Projeto de Alfabetização e fazer um levantamento da situação da educação. Um problema é a valorização das disputas políticos-partidárias, pôr parte dos professores, cujo piso salarial, pago pela prefeitura, oscila de R\$ 36,00 a R\$ 76,00, mensais.

Mesmo assim foi debatido os problemas que o levantamento feito mostrou de 96: o ensino básico municipal, teve na 1ª série, 1.121 alunos matriculados para apenas 61 na 4ª série, uma evasão de 18 % e 44 % de reprovação.

Constatamos que as crianças não vão ou abandonam a escola pôr quatro motivos principais: 1) centenas de crianças são sem-certidões, 2) despreparo de professores; 3) ajudar na economia doméstica, (casas de farinha, na colheita ou em casa, e 4) crianças não vão às aulas pôr não terem roupas e calçados. A solução de curto prazo é a criação de cestas-básicas-escola e a organização de pais e professores em associações, numa escola comunitária.

A situação das escolas, é precária e nada estimulante além de reformas, urgentes, para não prejudicar ainda mais a saúde das crianças, falta tudo o que uma escola precisa. Nos reunimos com igrejas, educadores, jovens crianças, avós, pais, autoridades, etc., a preocupação demonstrada indica que pode haver solução.

Dentro do projeto Educação para a cidadania, foi iniciado a seleção dos monitores-alfabetizadores. A Profª. Joenice Bettanin Dias, que se formou na UEL em 96, é a Coordenadora-pedagógica da ONG, residindo na comunidade, tem condições de acompanhar até a 50 (cinquenta) turmas, mas devidos a falta de recursos, estamos com 6 monitores-voluntários recebendo R\$ 60,00.

Como possuímos recursos apenas para o mês de abril, estamos contatando empresas e outras entidades, como a Federação das Industrias do R. N., para obter apoio, também, o departamento de Educação da UEL, poderá inserir Poço Branco no Projeto de Ensino à Distância para qualificação de professores até o segundo grau e dos alfabetizadores.

#### **4.5.7 - HISTÓRIA, MEMÓRIA E COTIDIANO**

A história da cidade é rica, remonta ao século XIX, a construção da barragem e a transferências de moradia, um forte impacto grande na vida quotidiana. A oralidade dos antigos moradores mostram isso, ao mesmo tempo que existem "brancos", nos quais encontram-se as crises e os momentos difíceis que a comunidade passou.

Percebe-se que o saudosismo não se resume à jovialidade passada, mas de uma forma de viver, uma cultura que está sendo modificada. Os universitários agem como agentes catalisadores desse processo, seja de revivendo o passado, seja desenvolvendo uma nova perspectiva.

É preciso considerar que a presença dos acadêmicos, alterou o cotidiano de muitas pessoas, assim tivemos uma visão distorcida de um amplo setor da comunidade, que será visto de uma outra forma, a partir de convivência quotidiana proporcionada pela fixação da residência em Poço Branco, assim, Joenice Bettanin Dias, continua fazendo a análise do cotidiano.

Outro aspecto da História que está sendo contada, é a da nossa entidade, pois esperamos que a Organização Não Governamental Amigos de Poço Branco, soe como uma boa nova, nas universidades e comunidades brasileiras.

#### **4.5.8 - MEIO AMBIENTE.**

O lixo urbano, espalhava-se nas ruas era alimentos para animais domésticos: cães, porcos, jumentos, gatos, vacas, etc. Não há coleta regular e para complicar o problema, o lixo hospitalar mistura-se com tudo, inclusive com o que os animais comem, tudo contribuindo para a disseminação de doenças.

Era urgente dar destino ao lixo-hospitalar. A obra do aterro sanitário provisório, envolveu universitários e Prefeitura Municipal, construído em 19 dias, foi previsto para durar quatro meses. Sua inauguração foi a primeira obra da nova gestão, o mutirão de Acauã a segunda. Soluções simples, eficientes e baratas. Seis funcionários municipais foram qualificados para trabalhar com o lixo-hospitalar.

Foi feito o diagnóstico qualitativo e quantitativo do lixo domiciliar da cidade, para permitir dimensionar a desatinação definitiva, planejar a coleta regular, a reciclagem, e compostagem, gerando recursos para administrar o aterro.

A questão do lixo foi discutida em palestras de educação ambiental com agentes de saúde, comunidade, o grupo ambientalista e autoridades municipais.

Em Natal, além de levar o problema a autoridades estaduais e federais, fomos conhecer o aterro sanitário da capital potiguar, lembra muito o inferno visto pôr Dante Alighieri.

#### **4.5.9 - Parcerias**

A primeira parceria foi com a Prefeitura Municipal, para viabilizar nossa ida à Poço Branco, que não faz parte do Programa Comunidade Solidária, ficaram responsáveis pelo pagamento das pessoas que trabalharam no alojamento e a ONG pela alimentação.

A grande parceria se deu com a comunidade, propostas simples, com apoio do poder municipal, resultaram em dois mutirões que levaram água para Acauã e depois para Samambaia; a parceria entre a prefeitura e cartório está levando certidões de nascimento a dezenas de pessoas; o lixo hospitalar não fica mais espalhado e em conjunto com a coordenador de esportes, Cristóvão e o acadêmico de Educação Física, Luiz Carlos, fizeram uma maquete de um parque infantil, que pode ser construído em todos os distritos e escolas em regime de mutirão, utilizando troncos de coqueiro, sisal e material e reciclado.

Esperamos que as autoridades locais tenham percebido que obras faraônicas não resolvem os problemas da população, que em muitos casos obras comunitárias, simples e baratas podem solucioná-los.

Com a FNS, o trabalho envolveu cursos, palestras educativas e treinamento para os agentes de saúde, verificação de tracoma, levantamento parasitológico, enfim uma parceira que esperamos aumentar no futuro.

Percebe-se que os órgãos federais e estaduais no R.N., trabalham isoladamente, uma parceira envolvendo Ongs, UFRN, FNS, governo estadual, prefeituras e comunidades, tende a dar um bom resultado.

#### **4.5.10 - Pesquisas e Coleta de Dados;**

O estudo que cada povo diferente faz um do outro já é uma pesquisa. Gente da Universidade e gente do Interior do Nordeste, a junção disso ainda vai dar o que falar.

Foram feitos vários levantamentos: documentos históricos; prontuário da Maternidade, resíduos sólidos, escolas de educação básica, da captação à distribuição da água, quantificação de portadores de necessidades especiais, o diagnóstico participativo da situação dos agricultores e suas famílias, situação administrativa da Prefeitura Municipal e amostragem parasitológica.

#### **4.5.11 - Saúde**

##### **4.5.11.a - MEDICINA**

A questão da saúde é um problema estrutural: hospital sem equipamentos, lixo nas ruas, 5.000 pessoas sem água potável, um terço das casas sem banheiro, e não há água e várias delas, saneamento inexistente. Água potável por si só, já resolve grande parte dos problemas. Não há ações básicas nessa área.

Foram feitos exames por amostragem nas fezes de quase 300 pessoas (55% contaminadas com lombrigas), tem famílias inteiras com o parasita, fora outros como a giárdia, amebas, e outros. Foi assustador, inclusive aos técnicos da FNS, o alto índice de tracoma nas crianças. Em Acauã todas as mulheres e crianças foram examinadas, contaminação em 60 % no grau 2.

A presença na maternidade foi constante, às vezes, até de madrugada, ajudando a cuidar de pacientes e conversando com os funcionários, assim como no posto. Foram prestados pequenos atendimentos de emergência, como curativos e transporte de doentes e pesquisados os prontuários.

Quase todos os integrantes da equipe foram atingidos por uma virose, dos 13 homens, 11 foram atingidos e das 14 mulheres, 8. Os sintomas são, um extremo cansaço, muita moleza e preguiça, enjôos e vômitos, diarreia e uns e intestino preso em outros. Raimunda com seus chás, carinho e pelo um dia de cama, resolve o problema. Só que parece, essa virose está ligada ao stress.

Outra coisa que nos preocupou foi o fato de levarmos para a comunidade víruses típicas do Sul, como vírus de gripe. O alerta partiu em vista de um dos vigias da escola, o Cristiano, precisar ser hospitalizado e ter ficado de cama por cerca de dez dias, melhorou após tomar vitamina C.

##### **4.5.11.b - HIGIENE BUCAL**

O pior problema desta área, é a cultura de se arrancar os dentes, visto que de cada 8 semanas, apenas uma é para restauração. Acreditamos que após as palestras que sobre a importância dos dentes e as consequências para a saúde da falta deles, como a má absorção de alimentos, que aumenta a desnutrição, contribuirá para modificar essa ideia. Pois foram encontradas muitas, com menos de 10 anos, não apresentavam alguns ou todos os dentes.

Além das palestras e o uso do vídeo, foi montado um teatro de marionetes, que foi apresentado na cidade e nos distritos para centenas de crianças e curso para os agentes de saúde, para discutir a importância de cuidar dos dentes.

#### 4.5.12 - VISITAS

Da FNS/RN, tivemos um contato maior com o Depto. de Educação, Dra. Lubélia foi a Poço Branco e apresentou sua equipe para ajudar, Reginaldo, Carlos e Emetério integrou-se com a medicina, Carlos e Emetério, juntos organizamos cursos, audiências, palestras, debates, reuniões e visitas. Colocaram a nossa disposição todo o seu conhecimento sobre a região e sua população.

A imprensa veio várias vezes e a repercussão foi imediata, as matérias sobre as crianças ficaram boas. A repórter Virgínia da TV Cajubi, afiliada da Globo, ficou sensibilizada com a situação, soubemos mais tarde que a reportagem foi vista em Londrina e em São Paulo.

Os jornais diários fizeram matérias bonitas a Tribuna do Norte, ao falar sobre a Joenice e o Diário de Natal em duas reportagens sobre as crianças. Água era um assunto polêmico. Em Poço Branco enquanto a maioria entendia que era a única forma de obter ajuda era chamar a imprensa, outros entendiam que estávamos mostrando apenas aspectos ruins da comunidade.

Da UFRN, viera, o Pró-Reitor de Extensão, Prof. Arnon; o Prof. João Telésforo, e estudantes de Serviço Social e Arquitetura, iniciamos uma discussão que aponta para firmar convênio entre a ONG e Prefeitura Municipal e a UFRN.

Mais tarde veio a Profª. Letiene do Depto. de Psicologia Aplicada, conheceu a forma de que estávamos trabalhando, levou documentos da ONG, para discutir com alunos da UFRN. Já se dispôs a colaborar com Secretaria de Ação Social de Poço Branco.

Coincidiu que o Grupo de Escoteiros e Bandeirantes do Ar Aviador Heraldo de Martins, sob o comando do chefe Pedro, ficaram uma semana hospedados em outra escola. Participamos de várias atividades em conjunto: limpeza de trilha ecológica, discussões sobre meio-ambiente e organização comunitária, cursos de primeiros socorros, noções de saúde básica, visita às obras do Aterro para o lixo hospitalar, enfim um intercâmbio produtivo que pode vir a ser uma parceria.

Recebemos representantes do PUSOL II, que vieram conhecer-nos, Ana Cristina Torres, do MEC e Paula Simas, assessora de imprensa do Programa Comunidade Solidária, ficaram pouco mais de um dia, a SETAS-RN enviou junto a secretaria-adjunta Marisa, que ficou mais tempo. Foi uma correria, Apressa aqui, arruma ali, organiza lá, londrinenses e poçobranquenses "aprenderam a nadar", mas o interessante é que parecia que cada um sabia o que fazer, e as coisas foram acontecendo. E tudo saiu melhor que o previsto.

Apesar da cerimônia de recepção ter sido longa, consideramos importante, pois são nesses momentos em que as autoridades locais fazem suas reclamações mostrado a como anda a situação de sua comunidade, permitindo-nos fazer ações que possam contribuir para resolver os problemas. Raimunda caprichou (de novo) no almoço, à tarde teve início o giro pôr Poço Branco, que encerrou-se na inauguração do aterro provisório para o lixo hospitalar, que foi emocionante.

À noite teve os cursos e uma confraternização na beira da barragem, e no meio disso tudo muitas conversas, sugestões, críticas, apoios, incentivos, etc. a passagem das duas permitiu-nos conhecer melhor o PUSOL e sua equipe.

O Tenente-Coronel Ranilson, veio verificar o mutirão de Acauã, pois alguns dias antes, convidamos a Profª. Ruth Cardoso, para vir na inauguração, que foi surpreendente. Conversando com ele, podemos perceber como o Exército, pode colaborar nesses projetos, seja com veículos ou com o Batalhão de Engenharia.

#### 4.6 - ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO

Ficou sob a responsabilidade da Secretaria Geral da ONG, que com seis acadêmicos, esforçou-se para que estudantes e professores pudessem se dedicar aos trabalhos com tranquilidade, assim foi montado uma espécie de escritório, com documentos, biblioteca, computadores, agendava audiências, ofícios, etc.

Eram feitas reuniões pôr áreas e gerais, onde eram colocadas necessidades, avaliações, sugestões, críticas, sempre dentro de uma perspectiva e multi interdisciplinaridade e sentido cooperativo.

#### 4.7 - DIFICULDADES ENCONTRADAS E SOLUÇÕES ENCONTRADAS

Transporte local                    levamos uma kombi;

Falta da água em seis distritos rurais e em centenas de casa, vimos que é possível atender a todos, só depende de um estudo, que já estamos fazendo, e fazer o orçamento, o mais caro vai ser a adquirir de caixas d'água.

Falta de telefone e notícias externas    estamos viabilizando rádio amador e discutir com estudantes de engenharia elétrica da UEL a possibilidade de se fazer uma pequena estação de telefone, utilizando sucata do SERCOMTEL.

### 5. CONTEÚDO

#### 5.1 - MATERIAL FORNECIDO (ADEQUABILIDADE, DINÂMICA, SUGESTÕES)

##### 5.1.a - VÍDEOS CURSOS.

Os vídeos tiveram e tem um papel importante, ou seja, é através deles que nos aproximamos das comunidades. O Brasil é a grande atração dos vídeos seja grandes cidades como São Paulo, Brasília etc., ou seja outras comunidades de com as mesmas dificuldades, agindo na busca de melhor qualidade vida, através da organização comunitária ou intervindo na escola de seus filhos,.

Pôr outro lado o problema da falta d'água traz uma frustração ao se ver os documentários sobre higiene corporal, bucal, com as crianças, com a casa, etc. todas as mães querem isso, mas como fazer se a água fica a quilômetros ? Os banheiros que aparecem em alguns vídeos são maiores do que algumas casas. porque levar uma realidade de novela ?

Também há aqueles que ficam fora da realidade, e mostram uma mundo paradisíaco para as pessoas, pôr exemplo o que dizer das piscinas cheias d'água, no vídeo de primeiro socorros ? Tem centenas de pessoas que querem Ir embora de Poço Branco para um local onde há água, só para poder tomar banho todos os dias. O que se passa na cabeça de um adolescente ao ver outros numa realidade de classe média, sonhada pôr ele ? São fora da realidade e mostram uma boa vida na cidade grande.

Alguns temas específicos são necessários, como orientação para professores, participação dos pais na escola, mostrando experiência de alfabetização e de

comunidades organizadas. Também documentários com temas como alcoolismo, prostituição, turismo sexual, homossexualismo, aborto, gravidez indesejada, entre outros assuntos são mais importantes no dia a dia do Nordeste do que passar creme ríase nos pêlos pubianos.

Os desenhos animados e os filmes chamaram a atenção, principalmente dos jovens, filmes como Pixote - A Lei do Mais do Fraco, e outros que mostram a realidade das grandes cidades e como estão vivendo seus parentes, são importantes, documentários nesse sentido podem ser realizados pôr universitários tratando desses temas. Ao mesmo tempo que se pode regionalizar os vídeos, no sentido de se descobrir o Brasil, isto é, trazer experiências de outras comunidades do Oiapoque ao Chuí, como se vive em outros estados.

#### **5.1.b. - BONÉS, CAMISETAS E CANTIS**

Os bonés e camisetas nos identifica junto à comunidade, o símbolo do Programa Comunidade solidária, adquiriu conhecimento e respeito. Levamos bonés da UEL e da ONG, uns 100 ficaram por lá.

#### **5.2 - TEMAS SELECIONADOS PELA EQUIPE - RESULTADOS**

Discutimos de forma setorizada ou não com a comunidade, temas como ONG, cooperação, educação popular, desenvolvimento sustentado, parcerias, projetos, associativismo, participação, cultura.

#### **6. PROPOSTAS PARA O APERFEIÇOAMENTO DO PROGRAMA**

- 01) Direcionar o marketing para acadêmicos normais e não "teens", vai melhorar a imagem do programa visto pôr muito em nossa universidade como uma convocação a acampamento de férias de verão para adolescentes.
- 02) Consideramos importante as universidades envolvidas no projeto, organizarem oficinas como pôr exemplo de: saúde, organização comunitária; educação popular, artes, antropologia e outras, não só como o objetivo de treinamento dos acadêmicos, mas para serem reproduzidas nas comunidades. No caso de ir com a equipe, além de professores, funcionários da Universidade, é importante que participem das oficinas.
- 03) Incentivar iniciativas que visam a dar continuidade aos projetos, seja através de projetos isolados, de organizações não governamentais, ou ainda em parceria com entidades locais.
- 04) Sugestão surgida da conversa com o Tenente-coronel Ranilson: maior presença do Exército que pode trabalhar em parceria com os estudantes. Pôr exemplo:
  - a) TRANSPORTE: combustível e manutenção - parceria com postos de combustíveis e distribuidoras e revendedoras de automóveis, Governo Estadual entra com cestas básicas para os soldados que trabalharem junto conosco.
  - b) BATALHÕES DE ENGENHARIA: o apoio desses batalhões serão bem vindos pequenas obras podem resolver grandes problemas, além do que tendo contato com prefeituras poderão ser feitas importantes parcerias.
- 05) Observar as eleições, houve prefeitos que aceitaram o Projeto, perderam a eleição e alguns dos novos prefeitos consideraram as disputas políticas.

- 06) Realização de encontros nacionais universidades, estudantes, e representantes das comunidades, possibilitando apresentação de trabalhos, troca de experiências e permitindo a formação de equipes conjuntas.
- 07) O Ministério da Educação poderia possibilitar a flexibilização de estágios obrigatórios nos cursos das Universidades, principalmente[ os de licenciatura, pôr ou seja, permitir o estágio curricular obrigatório em projetos de alfabetização, para a formação de educadores.
- 08) Estimular escolas de segundo grau a realizar projetos que envolva estudantes secundaristas e universitários, em projetos sociais, nas comunidades a que pertençam;
- 09) Rever os critérios de avaliação procurando levar em consideração a participação de universitários em projetos, sociais ou não, produção acadêmica e garantias autorais para projetos desenvolvidos pôr estudantes, assim como

O.N.G. AMIGOS DE POÇO  
BRANCO

---

PROJETO PILOTO DE  
EDUCAÇÃO  
DE JOVENS E ADULTOS  
3ª - VERSÃO

---

Londrina - PR / Poço Branco - RN  
1997

A TERCEIRA VERSÃO DO  
PROJETO DE EDUCAÇÃO  
DE JOVENS E ADULTOS,  
FOI ELABORADA  
CONSIDERANDO A  
EXPERIÊNCIA DE  
IMPLANTAÇÃO DO  
PROJETO. FOI REVISTO  
POR:

EMERSON INÁCIO  
CENZI;  
JAIR FERREIRA DE  
SOUZA;  
PROF<sup>a</sup>. JOENICE  
BETTANIN DIAS;  
RONY MAZETTO

DEDICAMOS ESTE  
PROJETO PILOTO AOS  
NOSSOS 120 ALUNOS,  
AOS MONITORES-  
ALFABETIZADORES E A  
POPULAÇÃO DE POÇO  
BRANCO

## **1 - ENTIDADE EXECUTORA:**

ORGANIZAÇÃO NÃO GOVERNAMENTAL AMIGOS DE  
POÇO BRANCO

Presidente: Prof. Jeferson Moriconi Cesário

### **1.1 - APOIO:**

PREFEITURA MUNICIPAL DE POÇO BRANCO - RN

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO  
NORTE ( EM CONVERSAÇÃO).

COMUNIDADE DE POÇO BRANCO.

## **2 - TÍTULO DO PROJETO:**

PROJETO PILOTO DE ALFABETIZAÇÃO DE  
JOVENS E ADULTOS.

## **3 - JUSTIFICATIVA:**

A necessidade de educação para jovens e adultos em Poço Branco, no Rio Grande Norte, foi observada no início de 96, quando 10 alunos e uma professora orientadora, todos da Universidade Estadual de Londrina - PR, participantes do projeto Universidade Solidária, ali ministraram cursos ligados à saúde, primeiros socorros, sexualidade e adolescência, em janeiro daquele ano.

Sensibilizados com a situação de exclusão social em que se encontra a maior parte da população daquele município, os universitários e professora, tomaram a iniciativa de discutir os problemas para buscar alternativas que possam contribuir para a

melhora da qualidade de vida na comunidade. Nessa perspectiva, com o retorno à Londrina, foi fundada, em março/96, a O.N.G. Amigos de Poço Branco que está implantando projetos nas áreas de saúde, desenvolvimento rural e educação.

Desde então a O.N.G. vem debatendo com as comunidades de Poço Branco formas de se garantir uma melhor qualidade de vida para a população carente daquele município. As discussões apontaram o analfabetismo como um dos principais problemas sociais da comunidade e da região, segundo os índices do IBGE/91(fornecido pelo Projeto Universidade Solidária/96) o analfabetismo atinge 47,8% na faixa de 11 à 14 anos e 58,9% da população com mais de 15 anos, gerando por consequência, outros problemas decorrentes da falta de estudo.

A partir dessa consideração foi elaborado o Projeto Piloto de Alfabetização de Jovens e Adultos, sob a coordenação pedagógica da Professora Joenice Bettanin Dias, que está residindo na comunidade e acompanhando seis monitores-alfabetizadores responsáveis por 120 alunos a um custo mensal, por aluno, de R\$ 6,34 (seis reais, trinta e quatro centavos). A ONG, está tentando buscar recursos para ampliar o custo para R\$ 20,00 por aluno. A proposta envolve também apoio para a qualificação de professores do ensino básico.

Sua execução iniciou-se em janeiro com a seleção de monitores, o início das aulas foi em março/97, assim como foi realizada a Semana Pedagógica. Em abril será feito o primeiro relatório do projeto.

#### **4 PRESSUPOSTOS TEÓRICO EPISTEMOLÓGICOS**

O processo pedagógico consiste, por um lado, na transmissão do conhecimento acumulado pelos homens ao longo de sua história, e por outro, na elaboração do conhecimento no decorrer do próprio processo. Para compreender os elementos que serão envolvidos nesse processo - o conhecimento, o aprendiz, o monitor - é necessário enxergá-los no interior da realidade que se pretende construir, somada a já historicamente construída.

A aventura humana tem, na cultura, o seu ponto de partida. O homem produz cultura e pela cultura se humaniza. A realidade já aludida nos antecedentes deste projeto mostra que a falta de oportunidades e estímulos para os moradores de Poço Branco, RN dificulta esse processo de humanização que, somado ao alto índice de analfabetismo, parece condenar a quase totalidade de seus habitantes a condições subumanas de existência e trabalho.

As várias atividades que precisam ser realizadas para responder à necessidade daquela população, como de qualquer outra em iguais circunstâncias impõe o desafio do auxílio mútuo. E esse enfrentamento se efetiva na produção da linguagem.

Utilizando a linguagem, o homem pode organizar a atividade prática do grupo, comunicando as informações necessárias.

*A linguagem - afirma LEONTIEV - não desempenha apenas o papel de meio de comunicação entre os homens, ela é também, um meio, uma forma da consciência do pensamento humano.*

Nessa perspectiva, a linguagem não só liberta o homem da sua subordinação ao concreto e ao imediato, permitindo-lhe operar na ausência dos objetos pela ação de uma consciência capaz do discernimento e da abstração, como é responsável, juntamente com a cultura e o trabalho produzido por ela, pela própria formação das faculdades que possibilitam a realização dessas operações.

Decorre dessa análise uma importante constatação: tanto a linguagem como a consciência não são faculdades naturais do homem; pelo contrário, são construções históricas, ou seja, o resultado de uma ação coletiva que os homens desenvolveram, no percurso de sua história.

Privar o homem da possibilidade de domínio da língua escrita, implica aliá-lo de condições privilegiadas de interação sócio-cultural que o colocariam em contato com o acervo de conhecimento codificados em língua escrita e, portanto, de condições e possibilidades de desenvolver formas de

pensamento mais elaboradas, compatíveis com o nível de desenvolvimento sócio-econômico já produzido pela sociedade.

Pesquisas realizadas por Luria (1986) de fato apontam diferenças culturais de pensamento entre grupos com diferentes graus de escolaridade e analfabetismo, conforme relata.:

*“estas tendências em contar com operações usadas na vida prática, foi o fato controlador no caso de pessoas analfabetas e que não tinham recebido qualquer educação. Os sujeitos cujas atividades ainda dominadas pelo trabalho prático, mas que tinham recebido durante certo tempo um programa de treinamento, tendiam a misturar modos teóricos e práticos de generalização. Pessoas que, de alguma forma eram mais educadas empregavam a classificação categórica como método de agrupar os objetivos, ainda que tivessem recebido apenas um ou dois anos de escolaridade. (Luria, 1986)”*

O que significa afirmar que a *função primária da linguagem muda à medida que aumenta a experiência educacional da pessoa*. (Luria 1988 p. 51).

Nesse sentido a alfabetização assume um papel fundamental: ao instrumentalizar o homem para a inserção na cultura letrada, cria condições de possibilidades de operação mental capaz da apreensão dos conceitos mais elaborados e complexos, que vem resultando do processo histórico.

Dada a dimensão de que se reveste este nosso desafio da forma como percebermos os elementos do processo, será determinado um ou outro procedimento metodológico.

## 5 - CONCEPÇÃO DE LINGUAGEM E DE ALFABETIZAÇÃO/ENCAMINHAMENTO METODOLÓGICO

O trabalho de alfabetização proposto parte da concepção de que a língua e seu ensino funcionará como um elemento integrador ou uma mola geradora de entendimento entre diversas áreas do conhecimento. Mais concretamente, a linguagem articula "visões de mundo" e a maneira de ensiná-la vai determinar um tipo de leitura da realidade.

Desse modo, assumiremos, enquanto pressupostos que a linguagem é uma forma de interação. Segundo J. W. Geraldi: *esta concepção implicará uma postura educacional diferenciada, uma vez que situa a linguagem como o lugar de constituição de relações sociais, onde os falantes se tornem sujeitos.*

Segundo, ainda, Geraldi;

*mais do que possibilitar uma transmissão de informações de um emissor a um receptor, a linguagem é vista como um lugar de interação humana: através dela o sujeito que fala pratica ações que não conseguiria praticar a não ser falando; com ela o falante age sobre o ouvinte, constituindo compromissos e vínculos que não preexistiam antes da fala. (1986, pg. 41 - 43).*

Convém afirmar que assim como Paulo Freire, vemos a alfabetização como um ato político e um ato de conhecimento, por isso mesmo, como um ato criador. Mesmo assim, e respeitando a forma como a própria comunidade quer o seu aprendizado, há a necessidade de fazer usar diferentes adaptações de várias metodologias, como a silábica e tema gerador.

Enquanto ato de conhecimento e ato criador, o processo de alfabetização tem no alfabetizando seu sujeito e no monitor o seu mediador assim como outros elementos da comunidade. Trata-se de um movimento dinâmico e esse dinamismo é o

aspecto central do processo. Daí decorre o fato do qual organizará o programa de alfabetização a partir de uma pesquisa do universo vocabular dos grupos, expressando sua real linguagem, os seus anseios, as suas inquietações, crenças e sonhos.

Serão aquelas palavras carregadas da significação de sua experiência existencial e não apenas da experiência do educador. Essas palavras virão através da leitura do mundo que os sujeitos fazem, repletas de significação. A partir de um processo dialógico, de meditação entre os agentes, inicia-se a sistematização, aceitando-se as escritas espontâneas, incentivando a produção de textos, numa escrita que venha espelhar as hipóteses elaboradas pelos sujeitos naquele contexto

As dificuldades motoras, ou mais especificamente, as caligráfico-motoras serão contornadas pela adoção da letra de imprensa maiúscula tanto na leitura como na escrita. A cursiva, fator dificultador, só terá entrada quando os sujeitos já estiverem lendo, pois como diz Cagliari, *ela só é necessária para se escrever depressa e o seu uso pressupões então o domínio do ato de escrita.* (Cagliari, 1989)

Não resta dúvida que para a leitura, devido à natureza dos materiais impressos, outras letras adentrarão só que no plano visual, apenas a fim de permitir a construção de referenciais, os tipos e alfabetos existentes, facilitando o processo de ler, o que para os adultos é mais importante até que a própria escrita. As palavras serão mais do que geradoras do conteúdo da alfabetização e sim geradoras de conhecimentos afins, nucleadores de conteúdos pertinentes a outras áreas.

Do ponto de vista pedagógico, esse processo de alfabetização significará um desenvolvimento das capacidades cognitivas, psicomotoras e afetivas do aprendiz. O que implicará em partir do cotidiano para, através da crítica, superá-lo pela incorporação. Segundo Cipriano Carlos Lckesi *Não há que se rejeitar o comum cotidiano, mas também não há que se permanecer nele. Há que toma-lo nas mãos para criticá-lo e supera-lo.*

## 6 OBJETIVOS

### a) OBJETIVO GERAL

- Que a partir do processo de educação, os cidadãos analfabetos de Poço Branco tornem-se agentes interdependentes de seu contexto sócio-cultural, contribuindo na melhoria da qualidade de vida do município.

### b) OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Capacitar monitores para desenvolver o trabalho de alfabetização.

Possibilitar aos alunos a apropriação do processo da leitura e da escrita Para ser utilizado como instrumento na conquista de qualidade de vida.

Identificar o papel do educando nos diversos grupos de sua comunidade.

## 7 DESENVOLVIMENTO DO PROGRAMA

### 7.1 LOCAL DE REALIZAÇÃO;

As aulas se darão nos colégios municipais, em galpões comunitários e em igrejas, conforme as condições das locais onde serão formadas as turmas. Sempre levando em conta o mínimo de condições para que isso não seja um fator de perda nas condições de se ministrar uma boa aula.

### 7.2 PÚBLICO ABRANGIDO

O público alvo é formado pela população carente, analfabeta e semi-analfabeta, que chega a 58,9 % da população com mais de 15 anos e 47,7 % da população de 11 à 14 anos, segundo o IBGE/91, e que por ser excluída pela sociedade em que vivemos, nunca teve o mínimo de condições para frequentar uma sala de aula de ensino regular.

### 7.3 EQUIPE RESPONSÁVEL

A equipe responsável pelo desenvolvimento será composta por uma coordenadora, graduada em História, que residindo em Poço Branco, que fará a seleção, qualificação e orientação dos monitores, que serão da própria comunidade e um grupo de estudantes com apoio dos Departamentos de Educação da UEL e UFRN.

Equipe;

- Coordenador pedagógico: coordena e presta toda a assessoria pedagógica aos monitores.
- Monitor: acompanha as turmas de alfabetização
- E uma assessoria pedagógica composta por professores e alunos universitários, que se instalarão na comunidade, e outros que manterão contato através de propostas de Educação à Distância.

## 8 SISTEMA E CRONOGRAMA DE AVALIAÇÃO

### 8.1 SISTEMAS DE AVALIAÇÃO

A avaliação do projeto será feita em forma de relatórios da coordenação pedagógica para os conselhos de gerenciamento e consultivo da O.N.G. Amigos de Poço Branco, além de informações coletados em sala de aula pelos monitores sobre o desempenho do aluno, e, ao final do projeto, será realizado um seminário com a participação das pessoas envolvidas.

### 8.2 CRONOGRAMA DE AVALIAÇÃO

Período/execução	abr	mai	jun	jul
Relatório do coordenador	xx		xx	
Avaliação pelos conselhos		xx		xx
Informações coletados pelos monitores	xx	xx	xx	
Avaliação dos dados dos monitores		xx	xx	xx
Seminário de avaliação do projeto				xx

## 9 CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO

período dez96/jun97	dez	jan	fev	mar	abr	mai	jun
divulgação do projeto	xx						
seleção dos monitores		xx	xx	xx			
qualificação dos mon.				xx	xx	xx	xx
formação das turmas				xx			
operacionalização				xx	xx	xx	xx

## 10 DESPESAS MÍNIMAS COM MATERIAL E PESSOAL\*

DESPESAS MÊSES	Bolsa da Coordenadora	Auxílio dos 06 Monitores	Material didático pedagóg.	Uso de compu- tador	Viagens Londrina P. Branco	Adminis- tração projeto
DEZ/96					210,00*	50,00
JAN						50,00
FEV	400,00					50,00
MAR	400,00	360,00	100,00		350,00*	50,00
ABR	400,00*	360,00*	100,00*	100,00*		50,00*
MAI	400,00*	360,00*	100,00*	100,00*	700,00*	50,00*
JUN	400,00*	360,00*	100,00*	100,00*		50,00*
JUL	400,00*	360,00*	100,00*	100,00*		50,00*
TOTAL	2.400,00	1.800,00	500,00	400,00	1.260,00	400,00
TOTAL GERAL	6.760,00					

(\*) Todas as despesas com asteriscos ainda não tem previsão de recursos.